

John Carter Brown
Library
Brown University

815

Charles B. Johnson



ETHIOPE RESGATADO,

EMPENHADO , SUSTENTADO ,

Corregido, instruido, e libertado.

DISCURSO

THEOLOGICO-JURIDICO;

EM QUE SE PROPOEM O MODO

de commerciar, haver, e possuir validamente, quanto
a hum, e outro foro, os Pretos cativos Africanos,
e as principaes obrigações, que correm a quem
delles se servir.

CONSGRADO

A

SANTISSIMA VIRGEM

MARIA

NOSSA SENHORA.

Pelo Padre

MANOEL RIBEIRO ROCHA,

*Lisbonense, Domiciliario da Cidade da Bahia; e nella Ad-
vogado, e Bacharel formado na Universidade de Co-
imbra.*

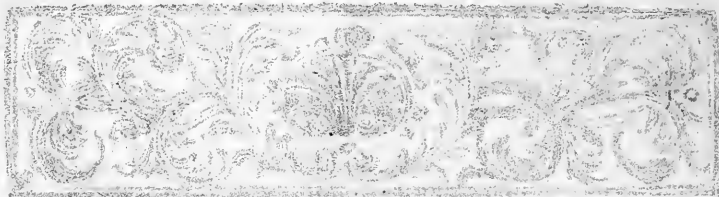


LISBOA:

Na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno

M. DCC. LVIII.

Com todas as licenças necessarias.



ORATIO

CONSECUTORIA

SANTISSIMA VIRGENI

MARIA

NOSSA SENHORA

1800



Reservado para o uso do

Arcebispo de Braga

Em 15 de Junho de 1800

Deo

21



ORAÇÃO

CONSECRATORIA

A

SANTÍSSIMA VIRGEM

MARIA

NOSSA SENHORA.



*Profundamente humilhado:
na vossa soberana presen
ça, oh Santíssima Virgem Mãe de
§ ii Deos,*

Deos , Rainha dos Ceos , e terra , po-
nho a vossos pés este Discurso , que sem
talento , e quasi já sem alento escrevi ,
persuadido de que possa ser grato , e
proveitoso a alguns , ainda que não se-
ja bem visto , e bem recebido de todos.

Se nelle se diviza alguma luz de
sciencia , e algum fervor de caridade ,
vós Senhora a communicastes , e o in-
fluistes ; porque vós sois o Sol , em quem
depositou Deos todos os resplandores
da sabedoria , para illustrar nossos en-
tendimentos , e todos os ardores da ca-
ridade , para inflamar nossas vontades ,
como disse o vosso servo , e devoto
Ricardo de S. Lourenço ; * e por isso
vosso he , e a vós o consagro , não tanto
por modo de offerta , quanto por via de
restituição.

Bem reconheço o quanto das mi-
nhas mãos sahe impuro , e indigno das
vossas aras ; mas , qual pobresinho rega-
to,

*
Lib. 2. de
Laud. S.
Virg.

to, que turvo com as infecções terref-
tres, ainda assim busca, e se restitue ao
mar, donde manou, para outra vez
fluir com nova pureza, e actividade *
assim se encaminha, e dirige a vós, que
sois o mar, * isto he, a congregação de
todas as perfeições, de todas as excel-
lencias, e de todos os dotes da graça,
e da natureza, * para que voltando pu-
rificado com o perdão de seus defeitos,
possa com a nova actividade das influ-
encias do vosso soberano patrocínio
obrar nos corações de quem ler, aquel-
les effeitos, que se não podem esperar
sómente da pequena industria de seu
Author.

Ecclef. 1. 7.

Fr. Jos. à D.
Bened. pag.
216. n. 10.

Genef. 1.
10.

Fazei pois, clementissima Senhora,
que no uso, e possessão dos miseraveis
cativos nos conformemos com os dicta-
mes da justiça, que nelle se expendem
suavizados [quanto foy possível, e adap-
tavel] com as modificações da pru-
den-

Proverb. 8.
20.

Ibidem 21.

Et 35.

dencia, e equidade. E que em todas as
mais occurrencias tomemos sempre pe-
las vias medias, que são as vossas ve-
redas, * e por ellas nos encaminhay em
vida à participaçõ das riquezas do
vosso amparo, * e na morte à fruiçã da
vida, e felicidade eterna. * Amen.

Indigno escravo vosso



Manoel.

AR.



ARGUMENTO,

E RAZAM DA OBRA,
a quem ler.



MAYOR infelicidade , a
que póde chegar a crea-
tura racional neste mun-
do , he a da escravidão ;
pois com ella lhe vem adjunctas to-
das aquellas misérias , e todos aquel-
les incomodos , que são contrarios ,
e repugnantes à natureza , e condi-
ção do homem ; porque sendo este
pouco menos que o Anjo , pela ef-
cravidão tanto desce , que fica sen-
do pouco mais , do que o bruto ;
sendo vivo , pela escravidão se jul-
ga

ga morto ; sendo livre , pela escravidão fica sujeito ; e nascendo para dominar , e possuir , pela escravidão fica possuido , e dominado. Trabalha o escravo sem descanso , lida sem socego , e fatiga-se sem lucro , sendo o seu sustento o mais vil , o seu vestido o mais grosseiro , e o seu repouso sobre alguma taboa dura , quando não he sobre a mesma terra fria.

No serviço o quer seu Senhor ligeiro como o Cervo , robusto como o boy , e soffrido como o jumento ; para lhe ver os acenos o quer lince , para lhe ouvir as vozes o quer fatyro , e para lhe penetrar os pensamentos o quer aguia. Tudo isto , e muito mais quer que seja o triste escravo ; mas que ao mesmo passo , em que for tudo para elle , para si seja sempre nada ; nada para

para o descanso, tudo para o trabalho; e do trabalho, nada para os misteres, e uso proprio, tudo para os lucros, e interesse alheyo.

Ainda assim, que a tudo isto, e a tanta miseria, e aniquilação, fique reduzido hum gentio cativado em guerra publica, justa, e verdadeira de hum com outro Principe, naquellas regiões, onde supposto por falta da luz da fé se não observe a Ley Evangelica, observa-se com tudo o direito natural, e o das gentes; ou que a todas fique sujeito outro gentio, que nas mesmas terras cometteo algum delicto grave, e proporcionado à pena da privação da liberdade; ou aquelle, a quem seu pay, por summa indigencia, e necessidade extrema vendeo, na falta de outro remedio, para sustentar os alentos vitaes, que às vio-

lencias da fome se estavaõ finalizando ! Infelicidade he , e infelicidade grande; porém he justa , porque em taes circumstancias justos saõ , por direito natural , e das gentes , estes titulos , para a escravidão se contrahir , e se haverem de soffrer todas as suas nulidades , e abatimentos.

Porém que fóra destes justos titulos , e circumstancias legitimas , tenhaõ tolerado as miserias , afflicções , angustias , e aniquilações da escravidão , ha muito mais de dous seculos , milhares , e milhares de Pretos Africanos , barbaramente cativados pelos seus proprios compatriotas , por furtos , por piratarias , por falsidades , por embustes , e por outros semelhantes modos , que a malicia daquelles infieis , instigada do demonio , tem inventado , e cada

da dia inventa , nas suas incultas ,
rudes , barbaras , e inhumanas re-
giões de Guiné , Cafraria , e Ethio-
pia , onde nem se observa o direito
natural, nem os das gentes, e nem
ao menos as leys da humanidade?
Esta por certo ainda he mayor , e
muito mayor desgraça ; porque sen-
do a servidaõ em si mesma a mayor,
que póde sobrevir à humana creatu-
ra nesta vida; a mesma multidaõ,
e innumerabilidade de tantos pre-
tos, que violentamente a tem sof-
frido, a constitue indizivel , im-
menfa, e inexplicavel.

E que sobre tudo isto , poden-
do os Comerciantes Catholicos (sem
prejuizo , e diminuiçaõ deffes mes-
mos lucros, e interesses, que actu-
almente tiraõ destas alheyas desgra-
ças) resgatar por comercio os di-
tos injustos, e furtivos escravos, pa-

ra que venhão servir, não *jure domi-
nii*, senão sómente *jure pignoris*, em
quanto não pagarem, ou não com-
pensarem em longos, e diuturnos
serviços o preço, e lucros da sua re-
dempção; e isto valida, e licitamen-
te sem peccado, sem encargo, e
sem escrupulo; seja tal a cegueira,
e hallucinação da humana ambição,
que hajaão de commerciar nelles por
titulo de permutação, e compra,
com aquisição de dominio *in re
prorsus aliena*; approvando aquellas
barbaridades, dando-as por justas,
por legitimas, por racionais, e por
humanas.

E nessa conformidade lhos
comprem, e os conduzaão, como se
fossẽm verdadeiros, e legitimos ef-
cravos; e depois lhe venhão vender
a liberdade, e o dominio, como se
na verdade o houvessem adquirido
nel.

nelles, para que perpetuamente fir-
vaõ como taes; e sendo do sexo fe-
minino, se transfunda a mesma ef-
cravidaõ em todos os seus descen-
dentes; e isto com peccados innu-
meraveis, e inevitaveis encargos,
escrupulos, e remorsos da consci-
encia? Esta naõ sómente he desgra-
ça, e fatalidade grande; e naõ só-
mente he miseria mayor, que essa
mesma mayor miseria destes cati-
vos; senaõ que he a infelicidade ma-
xima, e sobre todas; porque topa
naõ menos, que na condemnação
eterna de muitas almas christãs.

Esta, pois, me metteo na maõ
a penna para a formatura do Opus-
culo presente; na primeira parte
do qual mostro, que se naõ pôdem
comerciar, haver, e possuir estes
Pretos Africanos por titulo de per-
mutação, ou compra, com acqui-
sição

fição de domínio, sem peccado, e gravissimos encargos de consciencia. Na segunda, e terceira, concluo, que muito bem se podem elles commerciar, haver, e possuir validamente em hum, e outro foro, com os mesmos lucros, e interesses, que actualmente tem, por via, e titulo de redempção, com aquisição sómente de direito de penhor, e retenção, para nos servirem como escravos, até pagarem o seu valor, ou até que com diuturnos serviços o compensem; ficando depois disso [se viverem] totalmente desobrigados, e restituidos à natural liberdade, com que nasceraõ.

E porque a todas as pessoas, que assim os possuirem *jure pignoris*, sempre lhe correm, por servos, e domesticos, as mesmas obrigações principaes, que aliás lhe correriaõ,
se

se os possuísem *jure domini*; que faç
as do sustento, da correcção, e da
instrucção na Doutrina, e bons
costumes; todas estas expendo na
quarta, quinta, e mais partes pos-
teriores do mesmo Opusculo; ao
qual por isso appliquey o titulo de
*Ethiope resgatado, empenhado, susten-
tado, corrigido, instruido, e liberta-
do*; isto he, *Resgatado* da escravi-
daõ injusta, a que barbaramente o
reduziraõ os seus mesmos nacio-
naes, como se diz na primeira par-
te. *Empenhado*, no poder de seu pos-
suidor, para o respeitar como Se-
nhor, e lhe obedecer, e o servir co-
mo escravo, em quanto lhe não pa-
gar, ou compensar com serviços o
seu valor, como se diz na segunda,
e terceira parte. *Sustentado*, como
se explica na quarta. *Corregido*, co-
mo se expende na quinta. *Instruido*
na

na Doutrina, como se declara na sexta; e nos bons costumes, como se mostra na setima. E ultimamente *Libertado*, por algum dos quatro modos mencionados na oitava.

E este he o argumento, e a razão da obra; da qual porém não peço ao Leitor perdaõ, nem com elle entro em desculpas, e satisfacções; porque o mesmo estudo, que nesta materia fiz para minha propria instrucção, excitado de escrúpulos sobre a illegitimidade das escravidões destes pretos, he o que agora, ou mais, ou menos bem arrumado aqui lhe cõunico, por satisfazer com isso à obrigação, que cada hum tem de pôr a logro, em utilidade do proximo, o talento, que Deos lhe deu, tal qual o recebeo.

E para descargo da conta, que do meu lhe houver de dar, não me
he

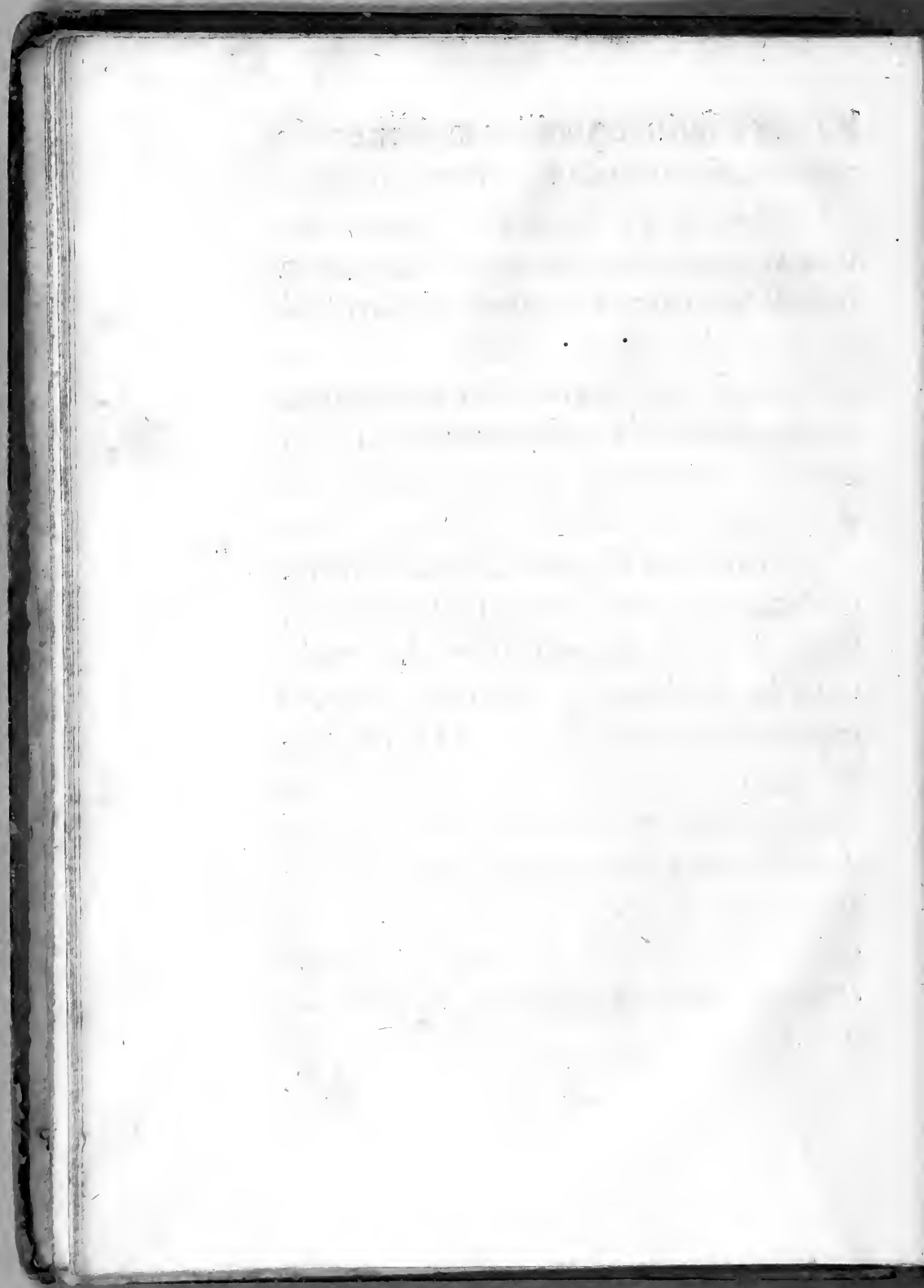
he necessario conciliar a benevola
aceitação de todos , nem tambem
effeituvar a utilidade de muitos; so-
brado lucro será para a minha pouca
industria, que ao menos algum trif-
te, e melancolico timorato se agra-
de , e se aproveite das doutrinas
deste Discurso , segurando a sua
consciencia nesta parte , pelo mo-
do, que nelle lhe aponto.

Pois diz S. Joaõ Chrysostomo,
que hum só proximo, que lucremos,
desviando-o do caminho da perdi-
ção, he bastante a contrapezar pec-
cados innumeraveis, e servir no Jui-
zo final de preço , e satisfação da
nossa alma; *ut habet Orat. 5. advers.*
Jud. ibi: Sæpe una anima, quam lucra-
ti fuerimus, potest innumerabilium pec-
catorum pondus abolere, animæque nos-
træ pretium in extremo Judicii die
fieri.

V alleat.

§§§

RE-



REVERENDISSIMO DOMINO,

Nec non

DOCTORI SAPIENTISSIMO

EMMANUELI RIBEIRO
R O C H A ,

*Absolutissimum Opus de Æthiope redempto
doctissimè concinnanti.*

EPIGRAMMA.

U T miseras redimant Maurorum è compede gentes;
Tres Mariæ pietas instruit alma Duces.
Tantæ molis erat meditata Redemptio, vires
Ut simul unitas exigat una Trium!
Hinc tamen, Emmanuel, parva est non gloria, ut unus
Quod fecêre olim Tres, mediteris Opus.

A L I U D.

Q Uas tibi divitias Sapiaentia contulit olim,
Quæ tibi vel Latio præmia digna foro,
Æthiopum expendis pro libertate; nec ultra
Sub misero pateris consenuisse jugo.
Id liber Emmanuel, libri ac industria, menti
Id quoque materies comprobât apta tuæ.
Hinc Operi pretium: quodnam? fortasse requiris:
Libertas vendi quo solet, illud erit.

*P. Emmanuel Xaverius Societat. Jesu,
Sacra Theolog. Vesperarius.*

*Reverendissimo Domino, necnon Sapientissimo
Doctori Emmanueli Ribeiro Rocha, con-
cinnatissimum opus de Æthiopæ redempto
eruditissimè elucubranti.*

EPIGRAMMA.

O Bscuros Libyæ populos, quos dira coegit
Servitii injustum fors subiisse jugum,
Legali redimit ductu Ribeirus, & illis
Ad libertatem nobile pandit iter.
Nec satis hoc, reliquas Orbis pennatus in oras
Jura utriusque Fori, qua valet arte, ferens,
Incautos redimit Dominos, Barathrique solutos
A^u ditione, Poli perdocet ire vias.
Insignem virgâ Moysen quid mirer, aperto
Quamvis Ifacidas duxerit ille Mari?
Per legum pelagus calamo qui liberat omnem
Orbem, prodigio splendidiore præit.

A L I U D.

P Ro servis librat dum tot momenta Ribeirus;
Olli pro votis Regula cuncta cadit:
Dum Textus agitat dominanti penna volatu,
Nil servile sonans pagina fida refert:
Corpora dum redimit, liberosque asserit, omnes
Captat heros, menti blandaque vincla jacet.
Se Rivum haud præfert, quanquam sonet, iste Ribeirus
In Nilum sapidis undique crevit aquis.
Nimirum trino Jure æstuat, indè volumen
Ter magnum in parvâ currere mole facit.
Qui super ò sævæ Babilonis Flumina desles,
Concine ab hoc libri margine liber ades.

*P. Emmanuel à Sanctis Societat. Jesu,
Studiorum generalium Præfectus.*

Sapient-

Sapientissimo Dôctori Emmanueli Ribeiro Rocha, librum de Æthiope redempto mirificè scribenti.

EPIGRAMMA.

H Aclenus ingemuit vili sub pondere proles,
Heu! libertatis Gens aliena suæ.
At jam servili respirat libera vinclo,
Nec finit hoc ultra prævaluisse jugum,
Præcipiti postquam Rivus scidit impete nodum,
Quo tanquam immitti compede victa fuit.
Hinc Rivo assurgit quam maxima gloria! Quantus
Fluxit honor superi Numinis assimilis!
Quam libertatem quondam Deus attulit, ipsam,
Perdita quæ fuerat, nunc liber iste dabit.

A L I U D.

G Ratum opus, imperio Dominos quod ponere fræna,
Et sua quod servos quærere jura, docet.
Scilicet ostendis captos in pignora servos
Ad libertatem jus retinere suam.
Omne quod, & quantum libro hoc concluditur, aurum,
Perdita libertas quo redimatur, erit.
Solut tu poteris una vice reddere, quantum
Tot Domini servis eripere suis.

P. Joannes Nogueira Societat. Jesu Theologus.

In ejusdem Sapientissimi A. laudem.

EPIGRAMMA.

Quis populis, Angola, tuis, quis demat Alumnis
Tam servile jugum, fusca Loanda tuis?

Quis vobis vindex, Assertor quisve paratus,
Quis ferat afflictis Rhetor amicus opem?

Hanc præsto *Emmanuel* industrius afferet; ipse,
Nomine quod præfert,, mite *Levamen* erit.

A L I U D.

Queis potum Senogala dedit, queis Gambia, Gentes
Servili tentas eripuisse jugo.

Non operam perdes, Ribeire, scientia Rivum
Te nova non vacuo nomine ferre sinet;

Nempe scientificos latices dum mente refundis,
Reddere dealbatos vel potes Æthiopas.

Thomas Honoratus Societat. Jesu, Philosophia auditor.

*Em louvor do Reverendissimo, e Sapientissimo
Author.*

S O N E T O.

A Qui fãhe à luz, da escura gente
(De huma Rocha a empenho cavalheiro)
Salva já a liberdade; e de hum Ribeiro
Ao lume d'agua vay clara, e corrente.
De tal Rocha tão viva, e eminente
Conceito nenhum cahe, morto, ou rasteiro;
Tão firme soa o Direito, e tão inteiro,
Que dos Doutos contrahe toda a Torrente.
He Rocha de Doutrinas tão fecunda
Que de Deos levemente concitada
Com influencias o Orbe todo inunda.
Rocha he, que em correntes desatada,
Para livrar a tantos, sem segunda,
Por mão do Omnipotente, foy talhada.

O U T R O.

E Sfe povo infeliz, que a crueldade
Tem por seus interesses cativado,
Por vós fica, ò Ribeiro, resgatado;
Por vós hoje recobra a liberdade.
Atéqui sem respeito à humanidade
Tinha as Leys a cubiça violado;
Mas em vós o Direito restaurado
Faz ceder a ambição hoje à verdade.
Mas que fazeis? Não vedes que os Remidos
Da escravidão cruel, que os opprimia,
A' vossa sujeição ficam rendidos?
Assim he; porém já sem tyrannia,
Só cativos do amor, e agradecidos,
Todos querem ser vossos à porfia.

OU-

OUTRO

Quem diria já mais, que na dureza
De huma Rocha a ternura descobrisse!
Mal cuidava o cativo, nella visse
Seu amparo feliz, sua despeza.

Pasma o mundo de ver, que a fortaleza
A compaixão na Rocha hoje se unisse,
Huma, e outra os officios repartisse,
Huma desse o valor, outra a despeza.

No valor como Rocha ao sofrimento
Desprezais a qualquer, que vos maltrate,
Para pôr o cativo em livramento:

A despeza porém para o resgate
Dará o ouro do vosso entendimento;
Que não tem preço igual ao seu quilate.

De varios Anonymos da Companhia de Jesus.

Em

Em louvôr do Eruditíssimo Author.

S O N E T O.

D Eu huma *Penha forte* o fundamento
Para a redempção pia Mauritana ;
Agora novamente da Africana
Huma Rocha nos dá o documento.
Não sabe discernir o pensamento,
Qual mais seja, entre ambas, soberana,
Conhecendo, que influencia Mariana
Interveyo em hum, e outro intento.
Cuido porém, ò Rocha, em tal desenho,
Que em fuster tanto pezo, e tanto porte,
Mais forte se nos mostra o vossô engenho ;
Porque vós, escrevendo desta forte ,
Sobre vós tomais só, em tal empenho ,
O que só, não tomou o *Penhasforte*.

O U T R O.

N Aõ lamente já mais seu triste estado
O escravo infeliz, e sem ventura ;
Não chore não, seu fado, e sorte dura ;
Porque já não será tão desgraçado.
Amparo, protecção, zelo, e cuidado,
Este livro, oh Ribeiro, lhe assegura ;
Porque o engenho vossô aqui se apura,
Até o deixar de todo libertado.
Rendido pois a tal bem, e a tal favor
O Ethiope, fazeis, que em quanto vivo,
Vos respeite, e venere por Senhor.
Fazeis, que o Africano affaz esquivo
Nunca mais seja escravo de rigor,
Mas que sempre de amor fique cativo.

Do Doutor Luiz da Costa e Faria.

*Em louvor do Author, que padecendo penosa
enfermidade por mais de vinte annos, ain-
da assim compoz este livro.*

DECIMAS.

H Um tal livro compozestes,
Qual ninguém premeditou;
Para vós Deos o guardou;
Porque vós lho merecestes.
Mas se enfermo escrevestes,
O que ninguém escreveu,
Cuida o pensamento meu,
Que em cousa de tanto porte
Quiz Deos confundir o forte,
Pois ao enfermo elegeu.
Para resgate tão novo
Fostes, qual Moysés, eleito:
Vós o fazeis tão perfeito,
Que libertais todo o povo.
A dizer tanto me move,
Por ver nesta occasião,
Que vós com a penna na mão
A todos haveis librado;
Aos Brancos de peccado,
Aos Pretos de escravidão.
Mais do que diamantes mil,
Mais do que o ouro, e a prata,
A huns, e outros resgata
Vossa erudição subtil.
Memoravel no Brasil
Sejais, e em toda a Nação;
E da fama alto pregaõ
Publique em gyro rotundo,
Que obrastes no Novo Mundo
Copiosa redempção.

*Do Padre Francisco Gomes do Rego; Beneficiado na Sé da Bahia.
Elias*

Elias da Mota Bahia, Amanuense do Reverendissimo Author, por se achar com a pena na mão, com a devida venia, e reverencia, lhe offerece como appendix aos precedentes Elogios, o seguinte

S O N E T O.

N Aõ presumo, Senhor, que em causa tanta
O meu plectro rasteiro, e impolido;
Afinar possa o merito subido,
Que em vós hoje se exalta, e se levanta.
Rompe sim o affecto, e se adianta,
Mostrando, que em meu peito agradecido,
Retumbaõ (qual o ecco repetido)
Os louvores, que a fama vos decanta.
Com pasmo destd, e suspensão do mundo,
De infinitos resgata a liberdade,
Vosso engenho subtil, douto, e profundo.
E se pôde medirse infinidade,
He a gloria de resgate taõ fecundo
Aos remidos igual na immensidade.

E a seguinte

D E C I M A.

T Aõ liberal vos mostrais,
Douto Senhor, nesta empreza,
Que excedem toda a grandeza,
As liberdades, que dais.
Porém quando assim obraes,
Com universal effeito,
Nota o meu rude conceito,
Que em resgate taõ activo
Sempre vos ficou cativo
Todo o Corpo do Direito.

§§§§ ii

LI.

LICENÇAS.

DO SANTO OFFICIO.

Approvação do M. R. P. M. Fr. Lourenço
de Santa Rosa, Qualificador do San-
to Officio, &c.

ILL.^{mos}, E EX.^{mos} SENHORES.

POr ordem de Vossas Illustrissimas li este livro, intitulado *Ethiope resgatado, empenhado, sustentado, corregido, instruido, e libertado*. Discurso Theologico, Juridico, em que se propoem o modo de commerciar, haver, e possuir validamente, quanto a hum, e outro foro, os Pretos cativos Africanos, e as principaes obrigações, que correm a quem delles se servir. Confagrado à Santissima Virgem Maria Santissima nossa Senhora, pelo Padre Manoel Ribeiro Rocha Lisbonense, Domiciliario da Cidade da Bahia, e nella Advogado, e Bacharel formado na Universidade de Coimbra. Obra tão pia, tão devota, e tão douta, que não faltando às pontualidades do sagrado Texto, às regras do Direito Canonico, às Leys do Direito Civil, e das gentes, falla com tanta clareza nas Theologias praticas, e especulativas, como se as estivera dictando da cadeira, que mais parece Expositor, que Advogado; pois com as humildes persuasões das moralidades soube unir as mais altas maximas da Politica; e entre os cujos numeros da Eloquencia, offerece facil intelligencia a todos sua claridade, admirando com os discursos Evangelicos os entendimentos mais rudes, aproveitando com as ponderações moraes as almas mais perversas, instruindo com as observações politicas os corações mais obstinados, e persuadindo com as doutrinas mais elevadas os animos mais depravados, induzindo com claros exemplos a seguir o solido das virtudes, e isto com palavras tão suave,

suaves, que escutando-as com gosto o sentido, refundem na alma grande aproveitamento, como já ponderou Santo Agostinho: *Ut dum suavitatem carminis mulcet auditus, divini sermonis pariter utilitas inferatur.* Acho neste Opusculo ponderado, o que nas obras da graça se manda executar; o que já observou Plinio da providencia nas obras da natureza, que para fazer sem horror appeteciveis as medicinas, disfarçou sua amargura prudentemente com flores: *Pinxit remedia in floribus, visaque ipsa animos invitavit, etiam deliciis auxilia permiscens*; introduzindo razõs elmente as reprehensões azedas aos commerciantes dos escravos, com os bellos matizes de tão solidas doutrinas, e de tão maduros conselhos; que me parece será este livro depois de impresso de tanto applauso para todos os que o lerem, assim como o foy para mim util, e conveniente de o rever; pois encontro nelle huma doce violencia dos entendimentos, huma affluencia intrinseca, e extrinseca de virtudes nos periodos da sua Rhetorica, que se pôde dizer delle; o que delle tres vezes Tulio affirmou Vincencio Lirriense, que aos que com a viveza das sentenças não attrahe, com a energia das ponderações arrastra; e aos que com a efficacia das razões não obriga, com a eloquencia do estylo preciza; e com o subtil de seus argumentos convence. Sendo pois cada huma destas oito partes, ou discursos deste livro, hum attractivo para as virtudes, cada palavra huma victoria contra os vicios, e cada argumento hum triumpho para as almas verem a Deos: *Tanta nescio, qua rationum densitate ejus oratio conferta est, ut ad consensum sui, quos suadere non potest, impellat, cujus, quo pene verba, tot sententia, quot sensus, tot victoria.* Este he o motivo, que me obrigou a ler com grande gosto este livro; e ainda algumas cousas delle tres vezes, como foy a setima parte: *Ter pulchrum, quod ter lectum placet*, como disse o Grego; porque sua doutrina, conceitos, estylo, e erudição, me tem ensinado muito, e conciliado a estimação, que todos farão desta obra de tão grande Author, e Mestre optimo em o Ecclesiastico, Moral, Escriiturario, Canonico, e Juridico; e o que mais he, no espiritual, que bem mostra no que escreveo, ser guia das almas, que com sua doutrina, e exemplo, dará muitas a Deos; que por elle se pôde dizer: *Exivit sonus eorum*, em favor da liberdade dos escravos, que he

cousa, que não tem preço: *Libertas inestimabilis res est*; e assim julgo, que Vossas Illustrissimas podem dar licença para se imprimir este livro, como tão conducente ao bem das almas: nelle não acheys cousa, que encontre à nossa Santa Fé, e bons costumes: *Salvo melliori judicio*. Real Mosteiro da Esperança de Lisboa em 2. de Março de 1757.

Fr. Lourenço de Santa Rosa.

Approvação do M. R. P. M. Fr. Alberto de
S. Joseph Col, Qualificador do Santo
Officio, &c.

ILL.^{mos}, E EX.^{mos} SENHORES.

Esta obra intitulada *Ethiope resgatado, empenhado, sustentado, corregido, instruido, e libertado*, Author o Reverendo Padre Manoel Ribeiro Rocha, credito de Lisboa, assistente na Bahia, Advogado, e Bacharel formado na nossa Athenas Conimbricense, poem aos olhos do mundo patente a vasta noticia, que tem tanto no Direito Canonico, como no Civil. E não contente com a Jurisprudencia, de que he summamente dotado, em que estabelece as doutrinas, que elegantemente este seu erudito Discurso pondera, entra como se fosse professor de Theologia, e das sagradas Letras, a confirmar as razoes em que se estriba. Sempre me causou duvida o cativoiro dos Ethiopes; pois sendo a liberdade joya de inestimavel preço, não descubria justo titulo, para que gemessem debaixo de hum perpetuo jugo. Porém desterrada a minha ignorancia com a clara luz deste laborioso, e sabio Discurso, ficarão os possuidores destes escravos em boa fé, tuta consciencia, e justo titulo para a sua retenção. A utilidade desta obra, sendo com especialidade dirigida aos que tem semelhantes contratos, para todos pôde ser universal; pois d'elle se pôde tirar a emenda dos vicios, e reforma dos costumes: E como não contém cousa contra a nossa Santa Fé, e bons costumes, a julgo digna de licença, que seu

seu eruditissimo Author pede a Vossas Illustrissimas, para a eternizar na memoria das gentes por meyo do prélo. Lisboa Barraca de nossa Senhora do Carmo às Agoas lyres 21. de Março de 1757.

Fr. Alberto de S. Joseph. Col.

Vistas as informações pôde-se imprimir o livro, de que se trata, e depois voltará conferido para se dar licença que corra, sem a qual não correrá. Lisboa 22. de Março de 1757.

Abreu.

Trigozo.

DO ORDINARIO.

*Approvação do M. R. P. M. Paulo Amaro
da Companhia de Jesus, &c.*

EX.^{mo}, E R.^{mo} SENHOR.

VI com incrível gosto meu este pequeno livro, mas grande obra, que o Reverendo Doutor Padre Manoel Ribeiro Rocha, Advogado na Cidade da Bahia quer dar ao prélo, e provera a Deos a pudesse imprimir como dezeja, e pertende o seu santo zelo imprimir nos corações de alguns, que se empregão no commercio dos negros, pelo modo com que o praticaõ, tão prejudicial a suas almas, que he necessaria huma ignorancia, qual não considero possivel para os livrar de condemnação eterna; e não menos nos Senhores, que os compraõ, e os trataõ, principalmente na America; como se não fossem almas remidas com o sangue de Jesu Christo, tanto como as suas. Trata o Author a materia com tal clareza, que mostrando a injustiça, que se faz àquella miseravel gente, aponta o meyo, com que sem cessar o commercio, se pôde justificar, e purificar de tantas injustiças, que nelle se comettem; e em tudo discorre como grande Mestre, fundando-se solidissimamente nas regras do

Direi-

Direito Canonico, Civil, Municipal; e o que mais me admira, he que na Theologia falla como o mais douto Professor, e na intelligencia das Escrituras, e Santos Padres, como se toda a vida se empregara nestes estudos. Não fallo na sua vastissima erudição em toda a materia, com que exorna toda esta obra: Pelo que julgo, que não só se deve imprimir; mas se fosse possível, se devia imprimir com letras de ouro, e publicarem-se por ley inviolavel todas as suas decisões; porque só assim se evitariao tantas injustiças, que sem duvida se comettem contra estes miseraveis, e tão pouco attendidos escravos, e a ruina de tantas almas, que por essa causa se condenaõ, no que se mostra o Author fervorossimo Missionario, para em tudo ser consumado, exhortando a todos a piedade christã, que devem usar com os miseraveis escravos. Por todos estes titulos julgo a obra dignissima do prelo; porque não só nada tem, que offenda os bons costumes, mas antes toda se emprega em tirar peccados, e os da injustiça, que são tão perniciosos, e de tantas consequencias. Este o meu parecer. Vossa Excellencia mandará o que for servido. Lisboa Collegio de Santo Antão da Companhia de Jesus 27 de Março de 1757.

Paulo Amaro.

Vista a informação pode-se imprimir o livro de que se trata, e depois de impresso, e conferido torne. Lisboa 29 de Março de 1757.

D. J. A. de Lacedemonia.

D O P A Ç O.

Approvação do M. R. P. M. Theodoro Franco da Congregação do Oratorio, &c.

S E N H O R.

COm ponderação gostosa, obedecendo ao Real preceito de V. Magestade; reví o substancial livro, que o Reverendo Doutor Manoel Ribeiro Rocha, Advogado na Cidade da Bahia, pretende dar à luz publica, intitulado *Ethiope resgatado*; o qual nas solidas razões, em que se funda, nos textos, e authoridades, que allega, e na discreta piedade que respira, está mostrando a grande capacidade, zelo, e catholica erudição do Author desta obra, em que se interessa muito o espirital Reino de Christo, e a Real Coroa de V. Magestade; a cujas Leys me parece não repugna, nem se achará cousa offensiva à Ley novissima de V. Magestade de 1756., e à do Senhor Rey D. Pedro de 1680.: pelo que me parece dignissimo da licença, que se pede. V. Magestade ordenará o que for servido. Lisboa, e Congregação do Oratorio na Real Casa de Nossa Senhora das Necessidades 14 de Novembro de 1757.

Theodoro Franco.

Que se possa imprimir vistas as licenças do Santo Officio, e Ordinario, e depois de impresso tornará à Mesa para se conferir, e taxar, e dar licença, que corra, que sem ella não correrá. Lisboa 18 de Novembro de 1757.

M. P. Carvalho. Costa. Lemos.

SSSSS

DO

DO SANTO OFFICIO.

P O'de correr. Lisboa 11 de Junho de 1758.

Silva. Trigofo. Silveiro Lobo.

DO ORDINARIO.

P O'de correr. Lisboa 19 de Junho de 1758.

D. J. A. de Lacedemonia.

D O P A C, O.

Q Ue possa correr, e taxaõ em quatrocentos reis. Lisboa 21 de Junho de 1758.

Com quatro Rubricas.

INDEX

DAS PARTES DESTE DISCURSO:

- P** Rimeira parte. *Do que respeita ao foro interno*, pag. 3..
- Segunda parte. *Do que respeita ao modo lícito, e valido da negociação destes cativos*, 64.
- Terceira parte. *Do que respeita ao foro contencioso*, 110.
- Quarta parte. *Do que respeita ao sustento destes cativos*, 142.
- Quinta parte. *Do que respeita à correcção* 174.
- Sexta parte. *Do que respeita à instrucção na Doutrina Christã*, 224.
- Setima parte. *Do que respeita à instrucção nos bons costumes*, 264.
- Oitava parte. *Do que respeita aos ultimos fins destes cativos*, 293.
- Repertorio das cousas mais, e menos notaveis, 345.

INDEX

I. THE HISTORY OF THE

II. THE HISTORY OF THE

III. THE HISTORY OF THE

IV. THE HISTORY OF THE

V. THE HISTORY OF THE

VI. THE HISTORY OF THE

VII. THE HISTORY OF THE

VIII. THE HISTORY OF THE

IX. THE HISTORY OF THE

X. THE HISTORY OF THE

XI. THE HISTORY OF THE

XII. THE HISTORY OF THE

XIII. THE HISTORY OF THE

XIV. THE HISTORY OF THE

XV. THE HISTORY OF THE

XVI. THE HISTORY OF THE

XVII. THE HISTORY OF THE

XVIII. THE HISTORY OF THE


XIX. THE HISTORY OF THE

XX. THE HISTORY OF THE



ETHIOPE RESGATADO,

EMPENHADO, SUSTENTADO,
Corregido, Instruido, e Libertado.

I UITAS vezes tem
chegado aos ouvidos
dos Commerciantes,
e dos mais habitado-
res do Brasil, que pessoas doudas,
e timoratas reprovão a negociação,
compra, e possessão dos pretos ca-
tivos Africanos, em razão de não
ferem legitimamente cativados em
guerras publicas, justas, e verda-
deiras,

deiras , fenaõ em huns furtivos , e repentinos affaltos , que aquelles barbaros praticaõ , e consentem a seus vassallos.

2 Excitados presentemente deste successivo rumor, desejaõ muitos saber os encargos , e embaraços de consciencia, que nisto andaõ envolvidos; e o modo, e obrigações principaes, com que *aliunde* se poderão valida, e licitamente commerciar , haver , e possuir estes ditos pretos cativos , tanto pelo que respeita ao foro interno , como no que toca ao contencioso ; e como na censura de Direito se reputa por erro proprio não evitar o erro alheyo, *in cap. qui cum potest 2. de hæretic.*, por obrigado me dey a lhes communicar neste Discurso alguma luz , se não como pede a gravidade da materia,

teria, ao menos como permite a
tenuidade de minhas forças.

PRIMEIRA PARTE.

Do que respeita ao foro interno.

3 **E**M primeiro lugar fa-
bão os Commercian-
tes, que semelhantes assaltos, ain-
da que sejaõ permittidos pelos Reys
Gentios [verdadeiramente taes por
graça, e permissaõ Divina; *ut dat*
Portugal de donat. lib. 2. cap. 26. n. 33.]
naõ faõ guerras legitimas, fenaõ
humas invasões, que tem a nature-
za de roubos, latrocinios, e nego-
ciação piratica; *ut habet Molin. de*
just. & jur. disp. 35. §. quod de Æthio-
pum ibi: Et enim, dum Lusitanorum
navigia eò appellunt, aut anteaquàm

appellant , ut ea parata habeant , ii , qui in quibusdam pagis sub uno domino degunt , accedunt de nocte , aut aliquo alio tempore , ex locisque finitimis prædas agunt , & mñcipia , quæ vi capiunt , secum adducunt.

4 Et Rebello de obligat. just. lib. 1. q. 10. sect. 2. sub num. 12. ibi : Inter *Æthiopes* autem nihil regulariter de justitia belli curetur , sed totum jus eorum in armis positum sit , & qui potentiores sunt , maiores mñcipiorum prædas agant , adversarios intempesta nocte aggrediendo ; imò ipsimet nostri mercatores ingenuè fatentur , eorum bella verius esse dicenda latrocinia. Tum quod à suis quoque oppidanis quædam furto auferri soleant.

5 E por isso se devem regular pelo mesmo direito, e regras , que trataõ dos piratas , e ladrões , como en-

ensina Ægid. ad L. ex hoc jure ff. de just. & jur. l. p. cap. l. n. 20. versu: Sed & si Princeps aliquis ibi: Sed & si Princeps aliquis, qui habet potestatem bellum publicum decernendi contra nationes alias, illo non decreto, nec illato, subditis suis licentiam det prædandi res aliarum nationum, adhuc quod ceperint, non ut ab hostibus jure belli captum, sed, ut à prædonibus piratica injuria censebitur ereptum; ut talis præda sub eodem jure maneat, quod diximus in præda latronum, & piratarum.

6 E prosegue dando a razão: Aliud est enim, bellum publicum decernere, quo decreto, & illato ab eo, qui decernendi potestatem habet, in consequentiam venit, ut capta capiendum fiant ipsius belli jure à gentibus recepto; aliud, prædandi licentiam sive
ter-

6 *Ethiope Resgatado,*

terra, sive mari, directò, & principaliter decernere, & concedere; quod nemini licet tanquam quod naturæ jure vetitum sit.

7 De que se segue, que assim como, nas prezas reaes, não adquiram os piratas dominio algum, antes sem duvida se devem restituir a seus donos as cousas furtadas, como o mesmo Ægidio tem *ubi sup. n. 18. ibi: Illud inter omnes constat, res captas à prædonibus, & piratis, eorum nunquam fieri; id circò illis ereptæ, etiam ex intervallo, & postquàm ad suos detulerunt, veris dominis restituenda erunt; ut tradit Covarr. &c.*

8 Assim tambem aquelles Gentios *jure naturali* devem restituir à sua liberdade os homens, e mulheres, que apanhaõ nas prezas pessoas, ainda que sejaõ feitas com
fa-

faculdade , ou permissãõ dos seus Principes ; porque nelles naõ adquirem dominio algum , nem verdadeiramente ficaõ sendo seus cativos ; como , citando tambem a Ægidio , tem Arouca *ad L. 5. §. servi autem 1. ff. de stat. homin. n. 29.* *Postremò notandum est , quod si non ab hostibus , sed à latronibus , aut piratis , liber captus sit , non fiet ejus servus ; si-ve hi sint , qui sine jussu Principis de-prædantur , si-ve etiam cum licentia sui Principis , bello tamen non indicto ; L. hostes 24. ff. de captivis. L. hostes 118. de verb. signif. ut cum aliis Ægid. 1. p. de just. cap. 1. n. 18.*

9 E naõ tendo nelles dominio, claro he , que tambem os naõ podem vender ; *ex reg. text. in L. nemo plus 54. ff. de reg. jur. cum similibus.* Mas como sem embargo disto , os
Com-

Commerciantes navegando os seus portos, compraõ alli a troco de tabaco, e mais generos de suas carregações, os ditos furtivos escravos; por isso justamente reprovaõ pessoas doudas, e timoratas este genero de negociação; mayormente, porque a fazem, sem preceder exame, e averiguação da justiça, ou injustiça das escravidões daquelles mesmos cativos, que cada hum delles em particular compra nos ditos portos; pois sem este exame, e averiguação negoceaõ já com animo, e resolução de comprarem pessoas livres; pela noticia, presumpção, e verosimilidade, que tem disso; a qual presumpção sómente podiaõ, e deviaõ depor por via da dita previa inquirição.

10 Porque supposto não seja
ulti-

ultimadamente certa esta injustiça , he muito , e mais que muito , verosimel , como tem o sobredito Rebello , *sect. 2. sub n. 9. ibi: Ratio verò est; quia licet non sit certum omnino, saltem verosimilius præsumi debet, ejusmodi mancipia.... comparari in utraque Guinea, totaque Æthiopia, per injustitiam, maiori ex parte, ab ipsismet incolis, & nostris vendi, nec regulariter ejusmodi præsumptionem à mercatoribus deponi posse, nec debere.*

II Pois aquelles barbaros não sómente reduzem a cativeiro a infinitos, que apanhaõ nas suas chamadas guerras, senaõ tambem a muitos dos que comettem qualquer leve culpa, e aos seus consanguineos; e a este respeito todos os seus cativos o faõ injustamente por semelhantes vias contrarias todas, e re-

pugnantes ao direito natural , como pondera o dito Rebello , *dict. sect. 2. sub n. 12.:* *Alia verò pro levissimis culpis , quæ privationem libertatis non merentur , pœna perpetuæ servitutis plectantur à suis regulis. Alia etiam sine ulla prorsus culpa , sed quod filii , vel conjux , vel consanguinei sint ipsius delinquentis. Quos omnes titulos , constat apud omnes , jure etiam ipso naturali , insufficientes esse , ut homo libertate privetur.*

12 E naõ precedendo averiguação da justiça destes titulos , a respeito de cada escravo , dos que se houverem de comprar , como de facto naõ precede , e diz Molin. *disp. 35. §. Hoc posito ibi: Cum nullam inter Æthiopes inquisitionem Lusitani faciant de justitia belli , neque de aliis titulis , quibus mancipia , quæ ipsis venduntur ,*

duntur, in servitutem sint redacta; sed promiscue emant quæcumque ad eos afferuntur: que outra cousa se pôde dizer de semelhante commercio, e negociação, senão que he peccaminosa, e offensiva da caridade, e da justiça? De tudo isto a accusa, e condemna Rebello ubi sup. n. 40. ibi: Summa igitur doctrinæ traditæ est. Verisimilius esse negotiationem illam, quam nostri collectores, vulgo Tângomãos, e Pombeiros, de manu Æthiopum infidelium mancipia coemunt, promiscuè, e sine discrimine, in utraque Guinea, Angola, e Cafraria, illicitam esse, e condemnandam lethalis peccati contra charitatem, e justitiam.

13 *Et similiter, que outro conceito se pôde formar dos Comerciantes, que a exercem, senão de*

que peccaõ mortalmente , e andaõ em estado de eterna condemnação ? Salvo algum de ignorancia totalmente invencivel , o qual será taõ raro , que quãsi-naõ será nenhum ; como se atrevia a affirmar o dito Molina *de just. & jur. disp. 35. concl. 4. ibi* : *Mihi longè verisimilius est , negotiationem hanc ementium ejusmodi mancipia ab infidelibus , illis in locis , eaque indè asportantium , injustam , iniquamque esse ; omnesque , qui illam exercent , lethali ter peccare , esseque in statu damnationis æternæ ; nisi quem invincibilis ignorantia excuset , in qua neminem eorum esse affirmare auderem.*

14 E a razaõ de se julgar assim injusto este negocio , funda-se em Theologia certa, e inconcussa; conforme a qual he peccado mortal

contra justiça , e caridade , com obrigação de restituir , o comprar aquellas cousas , de que temos, ou devemos ter, presumpção de serem alheyas ; e se às compramos sem preceder exame , e averiguação , de que certamente são, de quem as vende, peccamos, e ficamos possuidores de má fé; sic Molina *ibidem* :

Ducor quoniam lethale est peccatum non solum contra charitatem, sed etiam contra iustitiam, cum onere restituendi, emere ea, de quibus verisimilis est præsumptio, aut esse meritò debet [quamvis avaritia obcæcante de ea non curetur] titulo injusto esse comparata, nec esse vendentium, ut siquis ea emat, de quibus verisimiliter debet præsumere ea esse furto comparata; sanè, si sine prævio examine, quo certò comperiatur non esse furto comparata, illa quis

quis emat , ut sibi omnino retineat , lethaliter peccat , nec est à principio bonæ fidei possessor.

15 Donde , como estes Comerciantes tem exuberantes fundamentos para se persuadirem , a que aquelles cativos , na mayor parte , forão mal , e injustamente reduzidos a servidaõ , como do que fica dito se colhe ; segue-se , que comprando-os sem previa averiguaçaõ do titulo da sua escravidãõ , e sem justa causa de facudirem de si a dita persuaçaõ , ou presumpçaõ em contrario , peccaõ na fôrma dita ; *sic etiam Molina ibidem : Cum ergo ex his , quæ hac , & precedente disputatione dicta sunt , & ex iis , quæ jam nunc expendemus , meritò quicumque illis in locis ejusmodi mancipia ab infidelibus emit , debeat sibi persuadere , ut plu-*

plurimum sine justo titulo in servitutem esse redacta; efficitur, ut emendo illa, sine ulla inquisitione de titulo, quo servituti sint subiecta, & sine justa causa depellendi præsumptionem, quæ est, aut esse debet in contrarium, lethaliter peccet, neque incipiat bona fide possidere.

16 Pois as liberdades, que nesta negociação se vendem, são coufa alheya, e propria dos miseraveis escravos, que sempre a retém, e não perderão o seu dominio; e os Comerciantes, comprando promiscuamente as mesmas liberdades, claro he que se expõem a perigo certo, e evidente de comprarem muitas, ou quasi todas com notoria injuria, e damno de seus donos, que são os mesmos cativos. E eisahi o peccado contra justiça; *ut etiam exponit*

Mo-

Molin. disp. 35. §. hoc posito post princip. in verbis ibi : Lethaliter peccare contra justitiam propter periculum, cui se exponunt emendi ea, quæ ementium non sunt ; emendiquè, in gravissimam mancipiorum injuriam, servitutem, seu potius libertatem, quam capti homines non amiserunt, & cujus dominium retinent ; tenerique similiter, modo explicato, eam mancipiis ipsis restituere. Atque hoc solum satis esse deberet, ad damnandam lethalis peccati injustitiæ negotiationem mancipiorum, de qua disputamus.

17 Em segundo lugar saibaõ tambem, que além do peccado contra justiça, e caridade, que assim comettem os Comerciantes nesta dita negociação, ficaõ contrahindo mais duas obrigações, huma de refarcir os damnos causados, e
ou-

outra de evitarem os futuros: quanto à primeira devem todas as vezes, que se offerecer occasião, inquirir a verdade sobre a justiça, ou injustiça das escravidões dos cativos, que tiverem comprado; e não podendo descobrir a certeza, ou não se offerecendo occasião para isso, (como de facto se não offerecerá, attentas as circumstancias de tempo, e lugar) estão obrigados a refarcir o damno causado, *pro quantitate dubii remanentis*.

18 Isto he, que estão obrigados a restituir a cada hum dos taes cativos [em detrimento de cuja liberdade fizeraõ estas compras, e negociação] não a parte do seu preço, ou valor de cada hum; senão a parte do damno, e daquelles interesses, que aliás tiveraõ, se cada

C
hum

hum delles existisse na sua liberdade, que he muito mayor, do que o seu valor; sic Molin. dict. disp. 35. §. si nihilominus ad fin. ibi: Sed teneatur, quoties se occasio obtulerit, veritatem inquirere; quòd si non se offerat, ut regulariter se non offeret, teneatur restituere mancipio (in cujus libertatis detrimentum emptio facta est) pro quantitate dubii, aut præsumptionis remanentis; non quidem partem valoris mancipii, sed partem ejus, quod sua (mancipii scilicet) intererat, liberum esse; quod sanè longè plus est, quàm commodum quod alii ex ipsius servitute reportant, atque adeò quàm valor mancipii.

19 E esta restituicão se o escravo estiver ausente em parte ignota, ou for morto, deve ser feita a seus herdeiros, e não os tendo, deve-se seguir a mesma ordem das outras ref-

restituições, fazendo-se aos pobres, ou dispendendo-se em outras costumadas obras pias, praticadas em casos semelhantes, e applicadas pela alma do defunto originario crédor da mesma restituição; *ut etiam habet Molin. disp. 36. concl. 2. in med. ibi: Quod si aliquod prædictorum mancipiorum fuerit mortuum tenetur illius hæredibus restituere. Quòd si hæredibus careat, restituendum id quidem erit pauperibus, aut in aliis piis operibus pro anima talis mancipii erit insumendum.*

20 E quanto à segunda obrigação, he certo que estes Commerciantes não cuidaõ em examinar o titulo da escravidão destes cativos, fenaõ que recebem todos quantos os Gentios lhes vendem, affirmando, que ainda quando quizeſsem

examinar a justiça, ou injustiça das suas escravidões, não podiaõ saber a certeza dellas; nem os mesmos Gentios haviaõ consentir, antes se haviaõ escandalisar de semelhante procedimento, como por confissão delles mesmos refere o dito Molin. disp. 34. §. *Lusitani ibi: Lusitani nihil omnino curant de titulo, quo ii, qui ipsi in commutationem pro mercibus venduntur, à suis, aut ab eorum adversariis in servitutem redacti sint: quin dicunt, nec si de titulo inquirere vellent, quidquam certi possent reperire; idque ægrè paterentur Æthiopes, non secus, ac inter nos ægrè ferret venditor mercis alicujus, si ab emptore interrogaretur de titulo, quo eam comparavit.*

21 E como nestes termos não tem via, nem modo de fazerem o exame, e averiguação necessaria, e de-

devida, estão obrigados, debaixo de peccado mortal , a absterem-se de semelhante commercio ; [salvo se por outra via licita o puderem , e quizerem praticar] porque se basta a suspeita , de que alguém costuma vender cousas alheyas para nos desviarmos de negociar com elle , muito mais nos devemos apartar, onde já tem passado de suspeita a ser verdade presumptiva , e ^{certeza} verosimel. *In terminis* Molin. disp. 35. concl. 2. ad fin. ibi: *Quòd si mercatores de titulis prædicto modo inquirere non velint ; cùm confiteantur Æthiopes vendere quàm plurimos prædicto modo injustè in servos, omnino à mercatura ejusmodi mancipiorum abstineant. Quando namque suspicio est aliquos vendere non sua , abstinendum est omnino à negotiatione cum illis. Idem dat Rebel. dict. sect. 2. n.*

10. ibi: *Quòd si non detur modus indagandi veritatem, prout regulariter non dabitur, desistendum esse sub peccato mortali ab emptione eorum.*

22 Em terceiro lugar, quanto aos compradores, e possuidores destes escravos, devem saber, que huns quando compraõ o fazem com ignorancia da justiça, ou injustiça destas escravidões; porque talvez nunca ouviraõ fallar nesta materia, nem a leraõ, nem por outro algum modo tiveraõ noticia della. E que outros, ou por lerem, ou por ouvirem, ou por outra alguma semelhante razaõ, já tinhaõ alguma noticia quando compraraõ; e já o fizeram com duvida de serem mal, ou bem cativados.

23 Estes compradores, e possuidores, que por ouvirem fallar na
ma-

materia , ou por lerem , ou por outra qualquer via , já tinhaõ alguma noticia quando compraraõ , e já o fizeraõ com duvida de fêrem os escravos bem , ou mal cativados , tem outra subdistinçaõ ; porque ou compraraõ a quem os possuia com má fé , (como *exempli gratia* aos negociantes) ou compraraõ a quem os possuia com boa fé : (como *exempli gratia* aos ignorantes) se compraraõ a quem possuia com má fé ; estaõ obrigados a fazer restituicaõ aos escravos *pro quantitate dubii* , assim , e do mesmo modo , que estaõ obrigados os Comerciantes , como a diante se explica ; Molin. *disp.* 36. *concl.* 5. *ibi* :

24 *Postrema conclusio.* *Qui dubius propter rationes nostras , aut propter quasculque alias , ejusmodi mancipia*

cupia emeret, aut acciperet de manu mercatorum, qui illa asportant, aut de quocumque alio, qui neque bona fide possidere cœpisset, neque successisset in titulo alicui, qui bona fide ea aliquando possedisset, sanè teneretur ad restitutionem mancipiis faciendam, maiorem, vel minorem, pro quantitate dubii, an justè à principio fuerint in servitutem redacta?

25. Sendo a razaõ, porque como nem tem boa fé *ex jure proprio*, pois a duvida lha exclue; nem tambem tem boa fé *ex jure authoris*, a quem cada hum comprou, pois os supponmos possuidores de má fé; naõ procede a seu respeito a regra, de que *in dubio melior est conditio justè possidentis*, e por conseguinte devem restituir o damno, e interesses *pro quantitate dubii*; ut *prosequitur Molin. ibi: Probatur conclusio, quoniam*

niam neque is, nec antecessores ipsius essent possessores bonæ fidei, ut melior esset conditio ipsorum possidentium; quare, cum succedant in jure dubio, an antecessores justè possiderint? tenentur ad restitutionem arbitrio prudentis, faciendam Mancipiis pro dubii quantitate.

26 E se pelo contrario compra-
raõ a algum possuidor de boa fé,
entaõ já tem lugar a dita regra; por-
que justamente possuem *ex jure sui*
authoris; e por isso podem reter os
escravos sem obrigaçaõ de lhe fazer
restituiçaõ; prout etiam Molin. dat,
eadem disp. 36. concl. 3. ibi: Tertia
conclusio. Etiam postquam quis, ex iis
quæ duabus præcedentibus disputatio-
nibus dicta sunt, aut aliunde, sibi per-
suaderet, Mancipia, quæ ex prædictis
locis asportantur, magna ex parte in-
justè esse redacta in servitutem, posset

licitè ea emere; non quidem dum possidentur ab iis mercatoribus, qui illa asportant; sed postquàm jam ab aliquo alio bona fide possideri cæpissent. Et profequitur: tenereturque postea moralem facere diligentiam, ut sciret an mancipium, quod emit, aut titulo gratuito eo modo cæpit possidere, legitimè à principio fuerit redactum in servitutem, idque si via aliqua occurreret, qua id sciri certò posset. Quòd si nulla occurrerit, ut regulariter non occurreret, vel facta morali diligentia, nihil certi possit reperiri, ad nullam restitutionem tenetur mancipio, sed licitè poterit illud possidere.

27 E quanto aos ignorantes; que saõ aquelles, a cujos ouvidos nunca chegou noticia alguma, nem tiveraõ razao de duvidar, se estes escravos vem bem, ou mal cativados,

dos, quer comprassem aos Commer-
ciantes, quer comprassem a qual-
quer outro possuidor de boa, ou
de má fé, bem os podem reter sem
obrigação da dita restituição; por-
que a sua ignorancia os faz possui-
dores de boa fé; e por isso a seu res-
peito procede a regra, de que, *me-
lior est conditio possidentis*. Molina
*disp. 36. concl. 4. ibi: Quarta conclu-
sio. Qui in posterum bona fide emerent
ejusmodi mancipia de manu mercato-
rum, qui illa ex Æthiopia asportant;
eo quod rationes dubitandi, an à prin-
cipio justè fuerunt in servitutem reda-
cta, ad eorum aures non pervenirent;
aut quia quacumque alia ratione essent
bonæ fidei eorum possessores, tuta conf-
scientia possent ea retinere, donec certo
illis constaret injustè fuisse in servitutem
redacta. Probatur conclusio, quoniam*

28 *Ethiope Resgatado,*

re vera essent bonæ fidei possessores : in dubioque melior esset ipsorum conditio , ut illa sibi retinerent.

28 De forte , que quem tem ignorancia , compra com boa fé , porque compra com credulidade de não ser a cousa alheya , no que a boa fé consiste ; e quem tem duvida , está indifferente para a boa ; e para a má fé ; porque a sua credulidade nem he de ser a cousa alheya , nem de o não ser ; e por isso ainda que não póde principiar posse de boa fé propria , póde com tudo continuar a posse de boa fé , que tivesse aquelle a quem succeder ; *explicat Molin. disp. 63. §. ex his.*

29 Donde se comprar a possuidor de boa fé , póde reter a posse , assim como a podem reter os que compraõ com ignorancia , por proceder

ceder a respeito de huns , e outros com igualdade a mesma regra , de que , *melior est conditio possidentis* ; razã porque os igualou a todos o mesmo Molin. *disp. 36. concl. 1. ibi : Sit ergo prima conclusio. Quicumque bona fide emerunt ejusmodi mancipia à mercatoribus , aut ea ulterius possident derivata ab iis , qui bona fide ea aliquando possidere cæperunt , quales regulariter sunt possessores omnes , de quibus in hac disputatione nobis est sermo , licitè illa retinent. - Esto autem dubitare incipiant propter ea , quæ disputationibus præcedentibus dicta sunt , aut propter rationes alias dubitandi , quæ occurrant , an justè in servitutem sint redacta , licitè illa retinent , neque ad ullam restitutionem tenentur.*

30 Dando a respeito de huns , e outros a razã no seguinte §. ibi :
Pri-

Primum, & præcipuum, quod longa hac conclusione asserere intendimus, ex eo est manifestum, quòd illi omnes, vel fuerint à principio bonæ fidei possessores suorum mancipiorum, vel iis successerunt in jure suorum mancipiorum, qui aliquando bonæ fidei possessores eorum fuerunt: ut autem in calce disputationis præcedentis ostensum est, quicumque bona fide aliquando cæpit possidere, ad nullam restitutionem tenetur, quousque sibi omnino constet, rem, quam possidet, suam non esse; eo quòd in dubio melior sit conditio possidentis.

31 A mesma resoluçãõ tambem nesta materia, além de Molin. tem Azor *Instit. moral.* 3. p. lib. 8. cap. 6. §. *sed quid speciatim, per totum, Rebel. de obligat. just.* lib. 1. q. 10. sect. 1. n. 2.; e todos uniformemente assentaõ, em que o comprador, e possuidor

dor de boa fé deve , se entrar em duvida , fazer a diligencia possivel para averiguar a verdade sobre a justiça , ou injustiça do escravo , que comprou ; e que não a podendo conseguir , o póde reter , sem obrigação de restituir ; sendo que sobre este ponto mais ha ainda que ver para sua completa , e ultimada decisaõ.

32 Porque estes AA. deixaraõ totalmente intacta [talvez por natural olvido] huma resoluçaõ não menos necessaria , que as precedentes ; a qual a respeito destes compradores , e possuidores de boa fé , he preciso expenderse ; e para a sua intelligencia supponhamos , que qualquer delles , quando a primeira vez ouvio fallar nesta materia , e entrou em duvida , procurou , como

mo devia, os donos dos navios, os Capitães, e mais pessoas, que negociavaõ no tempo, e occasiaõ, em que vieraõ os seus escravos, para inquirir delles a verdade do como se fez entaõ aquelle negocio, e se os escravos, que vieraõ, seriaõ por acaço bem cativados?

33 Supponhamos tambem, que lhe differaõ, que naquella occasiaõ se fez o negocio, como nas mais se tem feito; e que os escravos eraõ dos cativados naquellas guerras, ou assaltos dos Gentios; e que raros seriaõ os que entre elles viessem bem, e justamente cativados; e que ex vi desta reposta, formou o tal possuidor o seu discurso, dizendo: *Se raros seriaõ os bem cativados, mais factivel he, que os meus sejaõ dos que entaõ vieraõ cativados injustamente.*

E

34 E como este juizo propendeo mais para a parte da injustiça das escravidões, em taes termos entra a questão, e pergunta: *Se por razão desta mayor propensão está obrigado o possuidor de boa fé a fazer alguma restituição aos escravos, que com boa fé comprou, e com boa fé possui?* E porque acima fica dito com Molina, que as liberdades são a cousa alheya, que neste negocio se vende, e os cativos são os donos, he necessario tomar a resolução desta questão, [como se tomaõ todas as mais nesta materia] do que nella resolvem os Theologos, a respeito da cousa alheya, com boa fé possui-da.

35 E como com elles a resolve Sanch. *de matrimon.*, dizendo, que em taes termos está obrigado o pos-

E

fuidor

fuidor de boa fé a fazer restituicão de parte della, por razaõ da mayoria daquella propensaõ; *ut habet lib. 2. disp. 41. n. 19. ibi: Secunda conclusio: Possidens bona fide, si præmissa debita diligentia, dubius maneat; magis tamen propendeat in eam partem, quòd res illa aliena sit; tenetur partem restituere, pro ratione maioris illius propensionis. Quia tunc non est par causa. Sic Salon. 2. 2. q. 62. art. 6. controversia 4. Petrus de Ledesma de matrimon. q. 45. art. 1. ad 3. primæ sententiæ dubii secundi. Bannes 2. 2. ante q. 62. in præambulo ad illam, dubio ultimo concl. 2. Et in hoc casu videntur loqui Sotus, & Ledesma, quos n. 11. retuli, dicentes in dubio rem esse dividendam; aiunt enim, quando sub formidine judicatur res aliena.*

36 Segue-se, que a mesma restituicão

tituição devem fazer estes compradores de escravos, e possuidores de boa fé; pois não podem deixar de ter semelhante propensão, e formar o mesmo discurso, à vista da noticia, e fama constante, que corre de virem todos, e quasi todos, ou a mayor parte delles mal, e injustamente cativados; e à vista do que a este respeito dizem os mesmos Molina, e Rebello, que acima se transcreveraõ; e a razão he, porque isso, que elles dizem, junto com esta fama, e noticia, que geralmente corre na censura dos prudentes, presta cabal razão, e fundamento para se julgar, que o entendimento ex vi della, *per actum opinionis, vel per actum suspicionis*, assente, ou ao menos se inclina, e propende mais para a

parte da injustiça das escravidões.

37 E pela razão, e fundamento he que se regula fer qualquer duvida igual, e propriamente duvida; ou fer desigual, e propriamente opiniaõ, ou suspeita, ou escrupulo; como depois da explicação destes actos adverte Sanch. *de matrimon. dict. disp. 41. n. 3. ibi: Ad judicandum autem, non tam attendendum est, an adsit dubium, vel opinio, vel firmus assensus, quàm ad causas unde oritur; potest enim assensus ex tam levibus rationibus oriri, ut vir prudens potius scrupulum judicet; U è contra, possunt adeo urgere rationes scrupuli, ut potius sit scientia, vel opinio. Sic Sotus 4. d. 27. q. 1. art. 3. vers. tunc ergo.*

38 Pelo que, quando Molina, Rebello, Azor, e os mais AA. dizem, que os possuidores de boa fé, fei-

feita a moral diligencia, ou não havendo modo de a fazer ; se permanecerem na mesma duvida, podem reter os escravos, e não tem obrigação de lhes fazer restituição alguma ; pela regra de que, *in dubio melior est conditio possidentis* ; entende-se, quando a duvida for propriamente duvida ; isto he, quando o seu fundamento for igual a respeito dos possuidores, e a respeito dos escravos, *intellectu in neutram partem propendente* ; e não quando a duvida não for propriamente tal ; isto he, quando ella, e o seu fundamento propenderem mais a favor dos escravos, contra os mesmos possuidores ; aliás errariaõ os ditos AA. a sua doutrina ; o que se não póde dizer neste ponto, ainda que nelle fallaraõ com arte, e cautela ; de forte,

te, que os doutos bem entendessem, e os menos agudos, e os prejudicados se não offendessem, e perturbassem.

39 E a diversa razão he; porque supposto, quando a duvida he igual, ou igual o seu fundamento, tanto direito tem à propriedade da cousa alheya o possuidor de boa fé, como tem o duvidoso dono; contudo, como o possuidor de boa fé tem de mais o direito certo da posse actual, em que existe, neste deve ser conservado, e protegido em hum, e outro foro; e seria injustiça tirarlhe a posse que tem, e restituir a cousa ao duvidoso dono; *ut dat Sanch. de matrimon. dict. disp. 41. sub n. 12. ibi: Ergo cum dubio sit par utriusque causa, melior erit possidentis conditio, ut rem possit retinere; quia in foro*

foro externo, veritate cognita, protegetur hic in sua possessione, nec aliquid restituere compelletur: ergo *¶* in foro interno; quia judicia hæc diversa non sunt, nisi quando externum præsumptione ducitur, internum autem veritatem novit; ut dixi lib. 1. disp. 5. n. 20.; *¶* prosequitur ibi: Quia nulum aliud crimen in hac retentione admitti potest, nisi injustitiæ; hæc autem non est; quoniam injustitia inæqualitatem inter utriusque partis jura importat; hic autem nulla est inæqualitas; sed ea esset, restitutione facta; jus enim utriusque partis, licet æquale sit in dubio, quoad proprietatem; non tamen est æquale, quoad possessionem; possidens enim certus est juris possidendi: ergo si maneat in eodem jure possessionis, in quo potior est ejus causa, nulla est inæqualitas; *¶* proinde nec injustitia.

Pe-

40 Pelo contrario , quando a duvida , e o seu fundamento propendem mais para a credulidade de fer a cousa alheya , já entaõ , ex vi desta mayor propensaõ , tem o duvidoso dono mais direito à propriedade da cousa , do que tem o possuidor de boa fé ; e ainda que este , pela actual insitencia , tem mais direito à posse , do que elle tem ; com tudo , compensando o mayor direito , que o duvidoso dono tem à propriedade , com o mayor direito , que o possuidor de boa fé tem à posse , ambos vem a ficar em igualdade ; e por isso devem dividir a cousa entre si ; *ut dat Sanch. disp. 41. num. 19.* , já acima transcripto neste discurso no *num. 35.* ; o que outra vez confirma na mesma *disput. 41. num. 34. in verbis ibi : Dividendam esse rem promissam ;*

sam; sicut de possidente rem, quem opinatur, aut magis propendit esse alienam, diximus hac disp. n. 19.; teneri dividere pro dubii qualitate; quia maior iudicii determinatio, etiam cum formidine, sufficienter compensat excessum possessionis, quam alter habet.

41 De que se segue, que se a noticia, que chegar aos ouvidos dos possuidores de boa fé, for taõ diminuta, que elles naõ percebaõ serem mais os escravos, que vem mal cativados, do que os que vem legitimamente cativos; nestes termos, ainda poderãõ reter os escravos, que possuirem, sem obrigação de restituição alguma, em quanto lhes naõ sobrevier mayor noticia. Porém se a noticia, que chegar a seus ouvidos, for mais ampla, como de facto he, de sorte que percebaõ

E

ferem

ferem mais os escravos que vem mal cativados, do que os que vem legitimamente cativos; devem logo fazerlhe restituição *pro ratione maioris propensionis*; mayormente quando *in subiecta materia* as razões, em que se funda esta mayor propensão, são de si convincentes, e sufficientes a gerar no entendimento do possuidor do escravo, hum assenso opinativo, moralmente certo de ser elle injustamente cativado; o qual basta para o dito effeito, ainda estando pela opinião de Vasques I. 2. q. 19. art. 6. disp. 66. cap. 7. n. 42.; e de Salas. I. 2. q. 21. tract. 8. disp. unic. sect. 23. n. 231.

42. E porque tanto esta dita restituição *pro ratione maioris propensionis*, como a outra restituição *pro quantitate dubii*, seguem em tudo as regras

regras da restituição de cousa alhea frutifera; saibaõ tambem huns, e outros possuidores, que naõ sómente devem restituir aos escravos a proporcionada parte dos seus interesses, e serviços, que saõ os seus frutos; sennaõ tambem a proporcionada parte da mesma liberdade, que he a cousa alhea frutifera, que aqui tem de restituir.

43 E supposto esta restituição parece se naõ póde fazer especificamente, por ser a liberdade cousa indivisa, cujas partes saõ intellectuaes, e naõ saõ objectivè discretas, *ut est text. in L. Servus cõmunis sic ff. de stipul. servor. Gom. var. cap. 10. sub n. 7. Vinnio in §. erat olim 4. Instit. de donat. Arouca ad L. 5. ff. de stat. homin. §. 1. n. 10.; e tambem por que a liberdade da parte dos escra.*

vos he inestimavel. *L. Libertas*, e
L. non est, §. *infinita*, ff. *de reg. jur. text.*
in §. cum ergo 7. Instit. qui e quib.
ex caus. ubi etiam Vin.; e ainda
quando fosse estimavel, não tinha
lugar o pagar-se parte da sua estima-
ção ao duvidoso escravo; porque
isso era comprar parte de homem
livre; o que o direito não admitte,
conforme as leys que cita, e ex-
plica Arouca *ad L. 5. ff. de stat. hom.*
§. *1. n. 3. cum sequentib.*; as quaes pro-
cedem tanto na compra, e venda
total, como na parcial, pela regra
de que *quidquid dicitur de toto, quo-*
ad totum, dicitur de parte, quoad
partem. L. Quæ de tota, ff. *de reivind.*
L. Hæredes mei, §. *cum ita*, ff. *ad Senat.*
Consult. Trebel. Sanch. de matrimoni-
lib. 2. disp. 41. n. 33.

44 Com tudo ha modo de se
fazer

fazer nestes casos restituição específica daquella mesma parte da liberdade; que for devida *pro quantitate dubii*, ou *pro ratione majoris propensionis*; que he dar-se ao duvidoso escravo a liberdade toda; parte em restituição, e simultaneamente parte por venda; recebendo delle o justo preço da parte assim vendida; de sorte que se a nossa duvida, ou mayor propensão nos obrigar a restituir-lhe ametade da liberdade, e o escravo valer, *exempli gratia*, cem mil reis, devemos dar-lhe meya liberdade por restituição, e simultaneamente vender-lhe a outra meya por cincoenta.

45 E a razão he; porque a obrigação de restituir especificamente a propria coufa, se estende a qualquer modo possivel, pelo qual se possa

possa conseguir esse effeito; *ut deducitur ex text. in cap. si aliena 1. caus. 15. q. 6. ¶ in cap. peccatum 4. de reg. jur. in sexto. Navarr. in Sum. cap. 17. n. 10. ibi: Tenetur restituere eandem rem si potest. Et n. 24. ibi: Idipsum, quod acceptum est, vel debetur, si fieri potest.* Logo por este sobredito modo se deve fazer a restituicão especifica da parte da liberdade, de que fallamos; porque elle não sómente he modo possível, e factível; senão que tambem he livre dos sobreditos embarços; pois a liberdade da parte dos possuidores he divisível, e recebe o valor commum, e commua estimacão do preço porque se costumaõ comprar estes escravos; ainda que da parte delles seja ella indivisa, e inestimavel, *ut docet Vinnius ad §. cum ergo 7. Instit. qui,*

¶

U quibus ex caus. U Per. de revis, cap. 19. n. 16. U 21. E o direito que prohibe a compra de homem livre, não prohibe, antes permite venderse aos escravos a liberdade por dinheiro; *ut est text. in L. licet accepta 33. cod. de liber. caus.*

46 Além disto, tanto que os possuidores contrahirão má fé, ou cahirão na mayor propensão; logo acquirem os duvidosos escravos *jus à parcial restituição da sua liberdade*, que elles tem de lhe fazer, e por este *jus* ficam sendo seus focios em cousa commua, *scilicet*, na sua mesma liberdade; na qual o possuidor, e o escravo duvidoso, cada hum fica tendo a sua parte. E daqui consurgem mais duas disposições juridicas, que obrigão os possuidores a vender ao escravo a
outra

outra parte da liberdade simultaneamente, quando lhe restituirem a sua; a primeira consiste, em que quando dous socios tem de repartir a cousa commua a ambos, se ella não soffre divisaõ, deve hum comprar ao outro a sua parte, ou venderlhe a que tiver, aliás venderse a terceiro para repartir entre si o preço, *ex Valasc. de part. cap. 22. n. 15. in fine. Guerr. de divis. lib. 3. cap. 6. n. 16.*; e como nos termos, e caso em que fallamos, nem o possuidor, nem o estranho podem comprar a parte do escravo duvidoso; porque não podem comprar *in totum*, *vel pro parte* a liberdade de homem livre, *ut dictum*, & *probatum est*.

47 De necessidade para se fazer a devida repartição, e restituição

ção, deve o possuidor vender ao duvidoso escravo seu socio a parte, que nelle tem; pois as obrigações alternativas, se não podem por alguma objecção em contrario cumprir-se por hum dos modos alternados, *eo ipso* se devem cumprir, e fortir effeito pelo outro, que não tiver objecção alguma; *ut bene Cyriac. tom. 4. controvers. 576. n. 3. U* 4. *ibi: Unde cum alternativa est contenta uno tantum ex petitis; cap. in alternativis, de reg. jur. in 6. L. Si hæredes plures, ff. de condit. Inst. Alex. conf. 81. n. 2. vol. 2. Honded. conf. 25. n. 12. vol. 1.; U petitio non possit sortiri effectum in primo capite alternativæ, censetur purè, U simpliciter proposita in capite, in quo efficax esse potest; U cui nihil objici potest; atque in eo solo consistere dicitur.*

G

tur.

*tur. L. Stichum, aut Pamphilum 95.
§. 1. ff. de solut. L. Si duo rei 128. ff. de
verbor. obligat.*

48 A segunda disposiçãõ juridi-
ca he terminante , e especial a
favor das liberdades, e consiste em
que quando algum dos socios, que
tiver escravo commun lhe der, ou
quizer dar liberdade, deve o ou-
tro socio venderlhe a parte, que
tiver nelle, ou seja mayor, ou se-
ja menor, ou seja igual à sua. He
expresso *text. in L. 1. cod. commun.
serv. manumis. in verbis ibi: Neces-
sitate habente socio vendere partem
suam, quantam in servo possidet, sive
dimidiam, sive tertiam, sive quantam-
cumque. Et si plures sint socii: uno ex
his libertatem imponere cupienti, alios
omnes necessitate habere partes suas,
quas in servo possident, vendere ipsi,*
qui

qui libertatem servo imponere desiderat: sic etiam text. in §. erat olim 4. Instit. de donat. ubi Pichard. Vinn. Minsing. & cæteri Institutarii. Ægid. ad L. 1. cod. de Sacros. Eccles. initio 5. p. n. 6. Sylv. ad Ord. lib. 4. tit. 1. ad rubr. art. 6. n. 61. ubi plures.

49 E pör isso se o duvidoso escravo, nos termos em que fallámos, quizer como focio libertar-se a si proprio, como escravo, comprando para isso a parte igual, ou mayor, ou menor, que o seu possuidor de boa, ou de má fé nelle tiver, deve este como seu focio receber o valor della, e dar-lhe a liberdade; porque em tal caso o escravo duvidoso tem dous distinctos direitos, e sem confusão, sendo hum só, se reputa como se fossem dous homens para o dito ef-

feito; o que não he novo em Direito, nem envolve implicancia alguma, *ut explicat Reinos. observ. 54. n. 6. U 7. ibi: Tamen ubi jura duorum in eadem persona existunt, distincta remanent, U non confunduntur; sed considerantur, ac si duæ essent personæ; ut ex Bald. Potest enim eadem res intellectuali consideratione diversimodè censerì, ubi concurrunt plures intelligendi formæ, ex traditis per Bald. in L. 1. opposit. 3. cod. de servis fugit.*

50 Deinde quanto à restituicão da parte dos frutos *pro quantitate dubii, vel pro ratione maioris propensionis*; devem tambem saber, que por frutos, a respeito dos possuidores de má fé, se entendem todos os lucros, e interesses, que o escravo podia ter lucrado, se estivesse na
fua

fua liberdade; e a razão he, porque a restitução destes possuidores de má fé, dizem as leys, que ha de fer *cum omni causa*, *ut sunt text. in L. sed & partus*, ff. *quod met. caus.* *L. cum fundus*, ff. *si certum petat.* *L. Julianus*, ff. *de reivind.* *L. videamus*, §. *si actionem*, ff. *de usur.*, e nas palavras *cum omni causa*, se comprehende tudo o que se podia perceber, e lucrar no tempo da retenção; *ut explicat text. in L. præterea*, ff. *de reivindicat.* & dant Garcia de *expens. cap. 23. n. 47. Guerr. forens. q. 14. n. 10.*

51 E a respeito dos possuidores de boa fé, sómente se entendem por frutos as obras, ou serviços dos escravos; aliás a sua estimação, ou fallarios devidos desde o tempo da mayor propensão, em
que

que a boa fé cessou; porque o possuidor de boa fé faz os frutos seus até o tempo em que ella dura; como tudo em especificos termos de serviços de escravos tem *Peg. for. tom. 5. cap. 107. n. 124.*, e *seq.*, e geralmente em termos de qualquer outra cousa frutifera, *dat Moraes de execut. instr. tom. 3. cap. 10. n. 18. e n. 21. in fine.*

52 Donde (concluindo já este ponto das restituções) como a duvida da injustiça destas escravidões he desigual, e mais que *duvida*, por razão do seu fundamento, que na fôrma dita a faz ser propriamente *opinião*, ou *suspeita*, e esta desigualdade põem mais huma parte a favor dos escravos, de sorte que vem a ficar com duas na sua liberdade, e os possuidores de má fé
com

com huma taõ sómente, e a posse destes, como injusta, naõ compen-
sa alguma das ditas duas partes em
contrario.

53 Segue-se, que estes ditos pos-
suidores de má fé devem logo dar
liberdade aos escravos. Em duas
partes restituída, e na terça parte
vendida por seu justo preço. E de-
vem mais restituirlhe duas partes
da importancia dos lucros, e inte-
resses, que elles, se estivessem livres,
podiaõ ter percebido; abatendo,
ou descontando o preço da venda
da dita terça parte da liberdade.

54 E os possuidores de boa fé,
como compensando a terça parte
da sobredita duvida, ou do funda-
mento da mayoria da propensaõ,
com o excesso, ou mayoria da pos-
se, ficaõ em igualdade com os es-
cravos;

cravos; devem logo darlhe a liberdade. Na ametade restituída, e na outra ametade vendida por seu justo preço; e devem mais restituir-lhe a ametade da importancia dos serviços posteriores à noticia; descontando-lhe o preço da venda da ametade da liberdade. E se não chegar para este desconto, pagarão os escravos o resto a dinheiro. E se o não tiverem, continuarão no serviço de seus possuidores, até lho prefazerem; porque nas vendas de liberdade, primeiro se paga o preço, do que ella se entregue, e receba; *ut dat, & probat Sylva ad Ord. lib. 4. tit. ii. n. 9.*, e esta mesma prestação de liberdade, meya restituída, e meya vendida, e com o mesmo desconto na ametade da importancia dos serviços posteriores

res à noticia, devem tambem praticar os ditos possuidores com os partos das escravas, nascidos no tempo da ignorancia, e boa fé; porque a feu respeito procedem com igualdade as mesmas regras. E aos que nascerem depois da noticia, e no tempo da má fé, ainda se lhe deve mayor restituicão, pelo espolio, como adiante se expende.

55 Além disto duas cousas devem mais saber os compradores, e possuidores de boa fé. A primeira he, que exvi da noticia que tem, e da duvida em que com ella entráraõ, não podem vender os escravos, que possuem, sem gravame da consciencia. He questaõ, que excita em termos, e resolve o citado Azor.

Inst. moral. 3. p. cap. 6. §. Dubitari, ibi: Dubitari quis posset, an is domi-

H

nus

nus (*cum ancipitis animi est, jure ne an injuria possideat, quem emit servum*) tuto alteri vendat? Respondeo, minime: nam tunc ideo jure retinet, quia melior est conditio possidentis: ergo jus habet possidendi servum, non vendendi: quemadmodum etiam quando alias res possidemus, dum ambigimus, sint ne alienae, an nostrae? Jure quidem possidemus, vendere tamen non possumus; nec enim est idem jus vendendi, quod possidendi; e o mesmo procede a respeito dos partos das escravas nascidos no tempo da ignorancia, e boa fé; os quaes tambem se não podem vender, *ex identitate rationis*.

56 A segunda cousa, que tambem devem saber he, que exvi da dita noticia não podem comprar sem encargo de consciencia outro
algun

algum escravo ; porque a respeito de todos , e cada hum procede a mesma duvida de serem bem , ou mal cativados , e entra a doutrina de Azor *dict. cap. 6. §. quid si dubii* , ibi : *Quid si dubii sumus , an Æthiops sit servus effectus jure , an injuria ? Eum nè tuta conscientia emere poterimus ? Minimè verò : aliud est enim rem emere , aliud retinere , quam habemus . Nimirum jure retinemus , propterea quòd melior sit conditio possidentis . Sed ad emendum non habemus jus , cum dubitamus , sit , necne liber homo is , quem emere volumus .*

57 De que se segue , que tambem dos partos das escravas posteriores à mesma noticia se não podem senhorear , e se de facto se senhorearem , farão espolio , e ficarão obrigados a lhe restituir toda a

liberdade plenamente, com perdas, e damnos, na fôrma dos mais espolios, como adiante na segunda parte deste Discurso se diz; pois supposta a noticia que temos, nem como donos das escravas, nem como seus possuidores de boa fé, nos podemos senhorear dos partos *supervenientes*. Como donos não; porque já não sabemos se nós somos senhores dellas, ou se ellas são senhoras de si, para regularmos os partos, visto que por Direito pertencem ao dono da propriedade, como diz o *text. in §. in pecudum 37. Instit. de rer. divis. ibi: Partus verò ancillæ in fructu non est; itaque ad dominum proprietatis pertinet*; e como possuidores de boa fé também não; porque a boa fé cessou pela noticia *superveniente*, como

mo diz Molina *disp.* 36. §. *reliqua*; e além disso os frutos das escravas são os seus serviços, e não os seus partos, e por isso para se adquirirem, he necessario dominio, e não basta a posse de boa fé; Vinnius *in d.* §. *in pecudum, n. 2. post med.*

58 E eis aqui o que se passa no foro interno da consciencia, com a negociação, e possessão dos pretos cativos Africanos, praticada por via de compra, e permutação, com aquisição de dominio, sem preceder averiguação, e certeza da legitimidade da escravidão de cada hum. Os Commerçiantes andão em estado de condemnação; excepto fômente algum, aquem a sua total, e invencivel ignorancia o escuze, e estão obrigados a refarcir a todos os cativos, que assim
tive

tiverem commerciado , os damnos, e prejuizos resultantes da injustiça com que os extrahiraõ, ou fizeraõ extrahir das suas terras, e a cessarem deste negocio , por via de permutaçãõ, compra, ou qualquer outra acquisitiva de dominio.

59 As mais pessoas , que os compraõ para o seu serviço; huns se achaõ obrigados a lhe venderem a terça parte da sua liberdade, e restituir-lhe as outras duas, com os respectivos lucros, que elles poderão ter adquirido, se estivessem livres da escravidãõ, e outros se achaõ obrigados a lhe venderem metade da liberdade, e restituir-lhe a outra metade, com os respectivos serviços, que na escravidãõ lhe houverem feito, e huns, e outros inhabilitados para os venderem, e alhe-

alhearem, e tambem para comprem outros novos, com que se hajaõ de servir.

60 Mas se à vista destes horro-
rosos encargos, e destas detrimen-
tosas restituções, afflictos, e an-
ciosos desejaõ todos saber, se ha
outro algum modo, outra via, ou
outro genero de contrato, com
que possaõ (para o futuro) com-
merciar, haver, e possuir estes di-
tos cativos Africanos, (e para o
presente) revalidar, e fuster a pos-
se dos que existem na sua escravi-
daõ? Tomem nova respiração, e
entremos na segunda parte.

SEGUNDA PARTE.

Do que respeita ao modo licito , e valido , da negociação , e possessão destes cativos.

I. **R**ebello *de obligat. just.*
lib. 18. q. 23. sect. 5. n.
30. , fallando no ponto , de que a favor da Fé , se devêra promulgar Ley , para qualquer infiel , recebendo o sagrado Bautismo , ficar livre da escravidão ; diz , que este era tambem o meyo de se refecarem as iniquidades da negociação destes cativos , ibi : *Expediret maximè , non solum Summus Pontifex , sed etiam Rex Catholicus , præfatam legem favore fidei pro tota conquestione Lusitana , quàm primùm ferrent ,*
ad

ad tollendas injurias , quæ propter avaritiam fiunt in quàmplurimis infidelibus in servitutem injustam redigendis.

2 E proseguindo no n. 31. accrescenta (dando razão do seu dito) que moralmente fallando, não ha outra via, por onde se atalhem todos aquelles excessos nesta materia, que a fama tem publicado; principalmente a respeito dos escravos de Guiné; onde huns por violencia, outros por fraude, são cativados, e trazidos aos navios dos Portuguezes; outros pelos delictos alheios dos pays, dos filhos, dos consanguineos, da mulher, e do marido, são reduzidos a perpetuo cativo; outros o são em guerras injustas; outros nos repentinos, e furtivos assaltos; e outros por artificiosas inposiuras de homicidios.

e crimes fingidos, ibi: *Moraliter enim loquendo, nulla alia via videtur posse obviari multis incommodis, quibus injustè in servitutem rediguntur, ut fama fert, præsertim in Regione Guineæ. Quidam enim per vim, vel fraudem, ad navigia Lusitanorum trahuntur. Et prosequitur: Alii sine ulla culpa sua pro delicto patrisfamilias, perpetua servitute barbarè damnantur, nempe uxor, filii, & consanguinei. Alii bello injusto capiuntur, & pro mancipiis venduntur; ejusmodi enim barbari Æthiopes, nihil de jure belli curant; sed qui viribus superiores sunt, in vicinos prædas agunt. Alii absque necessitate à parentibus venduntur. Alii fraudulento artificio hominis occisi, cujus occisionis auctor ignoratur, redigunt plurimos in servitutem cum tota sua familia.*

3 Mas porque este meyo, posto que taõ infallivel para o intento, prejudicava à subsistencia, e continuacão do commercio, aliás util, e necessario ao Reino, difficullosa se faz a sua introduccão. Mais suave parece o modo habil, que agora temos de apontar; pois sem destruição do commercio pode evitar todos aquelles detrimentos, sendo como huma via media, que em toda a materia ardua se deve eleger a favor de ambas as partes; *ut habet Peg. tom. 7. for. cap. 241. sub n. 13. Arouc. ad L. 19. ff. de legib. n. 6.*

4 Segue elle tambem a regularidade das cousas furtadas, e roubadas pelos piratas, e ladrões; pois assim como ainda que nellas não acquiraõ elles dominio, e por con-

seguinte o naõ possaõ transferir;
ex L. Nemo plus 54. ff. de reg. jur.
cum similibus; todavia , seguramen-
 te se lhe pôdem comprar , com tan-
 to que estas compras , e negocio
 na realidade sejaõ hum resgate ,
 que das taes cousas se faça a favor
 de seus donos, a quem pagas as des-
 pezas , e o premio *pro labore* , sejaõ
 restituídas, *ut etiam dat Ægid. ad L.*
ex hoc jure 1. p. cap. 1. sub n. 18. ibi:
Quòd si non vi, sed pretio, à talibus
prædonibus, & piratis, res captas
aliquis etiam sciens, prudensque re-
demisset, præstare debebunt domini re-
demptionis pretium, si res sibi restitui
volunt &c.

5 Assim, e do mesmo modo
 os Comerciantes da Costa da Mi-
 na, Angola, e mais partes de Afri-
 ca, lícitamente, e sem gravame
 de

de consciencia, pôdem trocar pelo tabaco, e mais generos, que alli conduzem, aquelles escravos; com tanto, que neste negocio não fação mais que resgatallos, adquirindo nelles sómente hum direito de penhor, e retenção, em quanto lhe não pagarem o que no resgate despenderaõ, e o premio do seu trabalho; porque isto sem duvida he commercio licito, e livre de calumnia, e dolo, e expressamente permitido em Direito nas leys, que cita, e em que se funda Arouca ubi *supra* n. 27. ibi: *Et hujus quidem commercio redempti, singulare jus est, ut quanvis non sit servus redimentis, qui liber captus fuerat ab hostibus; tamen, quoad exolvatur pretium redemptionis, in causam sit pignoris constitutus, & in potestate redimentis retineri sine do-*
lo

*ad L. S. S. l. ff.
de stat. Comin.*

*lo possit. L. ab hostibus 2. L. Si liberum
II. cum sequentibus, cod. de postlimin.
revers. L. Qui testamento 20. §. potes-
tatis 1. ff. de testam. L. 3. §. si quis eum,
ff. de lib. hom. exhib. Et ibidem imme-
diatè, ibi: Non quod in libero homine
possit pignus consistere; sicuti nec ven-
ditio, nec commercium aliquod; sed
quia publicè interfuit ita jus constitui,
ut in causam pignoris maneret favore
libertatis; ut invitarentur ditiores ad
captivos redimendos, & liberandos;
ut docent Anton. Faber. &c.*

6 E naõ sòmente fica sendo a
dita negociaçaõ, por esta via, com-
mercio licito, e livre de calumnia,
e dolo; senaõ tambem positivamen-
te pio, e catholico; em razaõ de
que estes miseraveis gentios trazi-
dos a terras de Christandade, rece-
bem a santa Fé, e o sagrado Bau-
tismo.

tismo , com o que se livraõ da infame escravidão do demonio , e pelo tempo adiante pôdem satisfazer , ou com os proprios serviços extinguir a causa , ou direito da retenção em que ficaõ ; vindo assim a livrar-se completamente da injusta , e violenta escravidão , a que barbaramente os reduzirão os seus proprios nacionaes.

7 Sendo que pela outra via de compra , ou permutação , em ordem a adquirir dominio , até estes mesmos bons effeitos , degeneraõ em iniquidade. E ainda que o contrario lhes pareça aos Commerciantes actuaes , como parecia aos do tempo do dito Molina , por se capacitarem de ser muito santa , e louvavel caridade esta de conduzir infieis , para receberem a Fé , e o
Bau-

Bautismo, e andarem nutridos, e vestidos nas nossas terras; *ut ipse refert disp. 4. §. Lusitani, ibi: Denique quantum intelligere potui ex mercatoribus, qui ejusmodi mancipia in Æthiopia emunt, eaque inde huc asportant (cum quibus locutus sum, quique nihil eorum, quæ retuli, diffitentur) illi nihil aliud curant in hac negotiatione, quam suum lucrum, & commodum; miranturque si quis illis scrupulum velit injicere, satisque præclarum cum Æthiopibus, quos ita emptos asportant, factum esse putant; cum hac ratione ad fidem adducantur, & præterea longè meliorem vitam, quoad corpus, internos ducant, quam inter suos nudi, vilique cibo nutriti.*

8 Com tudo pôdem estar certos, que por meyo de injustiças não quer Deos a conversão dos infieis;

feis; *cum non sint facienda mala, ut eveniant bona*; como alli profegue o mesmo Molina, e que não pode haver mayor iniquidade, do que vender a cada hum delles a redução à Fé, e arecepção do sagrado Bautismo, a troco de huma injusta, e perpetua escravidão; como mais ponderou o supra citado Rebello lib. 1. q. 10. sect. 2. n. 16. ibi: *Certum est ea ratione non posse reddi justam servitutem, nec proindè mercaturam eorundem mancipiorum tantarum fraudum suspectam; cum non sint facienda mala, ut eveniant bona; talium enim damnatio justa est, ut Apostolus ait ad Roman. 3. Etenim si pro fide, quam suscipiunt, quocumque injusto titulo servire servitutem debent, profectò jam libertate propria baptismum emerent; quo quid iniquius?*

K

E

9. E proseguindo na explanação deste dito modo, e commercio de redempção de cativos, conformando-se com elle, pôdem os Comerciantes vender, e as mais pessoas em qualquer parte comprarlhe estes ditos furtivos, e resgatados escravos; ficando advertidos, de que verdadeiramente o que então vendem, he aquelle mesmo direito de penhor, e de retenção, que nelles adquiriraõ, e de que este mesmo tambem he o que verdadeiramente se lhe compra.

10. E que quando se tornarem a vender, ou se doarem, ou se penhorarem, e se rematarem, sempre em todos estes, e nos mais modos de alheação, o que se transfundirá de huns, em outros possuidores, será o mesmo direito de penhor;

penhor, e retenção; ficando obrigados a servir, e obedecer, até pagarem o preço do seu resgate, ou até que com os proprios serviços, o venhão a compensar; e ultimamente que sendo escravas, os seus partos nascem ingenuos, e livres de toda a sujeição.

II Porque tudo isto são expressas, e especificas disposições de Direito; conforme o qual nos cativos resgatados por commercio não se acquire dominio, senão sómente direito de penhor, e retenção; *ut est text. in L. ab hostibus 1. cod. de postlimin. revers. ibi: Ab hostibus redempti, quoad exolvatur pretium, magis in causam pignoris constituti, quàm in servilem conditionem esse detrusi videntur*; e por isso a todo o tempo, que offerecerem o seu valor, ou

K ii preço

preço do seu resgate, se lhe deve aceitar, e dar liberdade, e a isso podem os seus possuidores, se renuirem, ser compellidos pela justiça; como he expresso *text. in L. cum 6. cod. de postlimin. revers. in verbis*, ibi: *Ut siqui captos ab hostibus redemerint, accepto pretio, redemptos suos ingenuitati restituant: proponasque redemptorem tuum noluisse oblatum pretium à te, vel ab alio recipere: praeses provinciae efficaci instantia compellet eum legibus obtemperare.*

12 E do mesmo modo, havendo servido aos ditos seus possuidores o tempo, que bastar para ficar compensado o seu resgate, devem libertallos, conforme outro texto igualmente expresso, o qual prova esta, e a precedente conclusaõ; *in L. Diversarum 20. cod. eodem tit. in verbis*

verbis ibi: *Decet, ut redemptos, aut datum pro se pretium emptoribus restituere; aut laboris obsequio, vel opere quinquenii, vicem referre beneficii habituros incolumem (si in ea nati sunt) libertatem.*

13 E ultimamente que os par-
tos das escravas remidas nascem
ingenuos, e fem contrahirem a
cauza de penhor, e retenção, em
que ellas existirem, do mesmo mo-
do se acha expresso, e determina-
do em Direito; in *L. Præses Pro-
vinciæ 8. cod. eodem tit. in verbis ibi:*
*Cum eos, qui post redemptionem nas-
cuntur, ne pignoris quidem vinculo ob-
pretium, quod pro his datum non est,*
teneri, nullis auctoribus visum est, &
docet Arouca ad dict. L. 5. dict. §. I.
n. 33. ibi: Sed quid de natis ex illa,
quam quis ab hostibus commercio re-
demit?

demit? Respondeo, quòd adeo liberi nascuntur, quòd ne pignoris quidem vinculo tenentur, ob pretium, quod pro illis datum non est; contrariumque nullis auctoribus visum est. *L. Præses 8. cod. de postlimin. revers.*

14 Ecomo estas determinações de Direito commum, e Leys Imperiaes, por virtude da *Orden. do Rein. lib. 3. tit. 64. in principio*, também são leys nossas, que dispoem, e resolvem, o que ella não determinou, admittida esta via, devem ser observadas; ao menos com aquella modificação, que couber na esfera da prudencia, attentas as circumstancias de tempo, e lugar, que vem a ser na forma seguinte.

15 Manda a sobredita *L. cum 6. cod. de postlimin. revers.*, que os possui-

possuidores recebam o preço do resgate, e dem liberdade, e a isso, se necessário for, sejam compellidos. Deve-se observar esta ley com a modificação, de que por preço do resgate se não entenda o valor dos rolos de tabaco, porque foram resgatados na Costa da Mina, e mais partes, estes escravos; mas sim se entenda por preço do resgate o preço da primeira venda, que delles se fez na Alfandega, ou na porta dos Commerçiantes, incluído já o lucro do commercio.

16 Manda a *L. Diversarum 20. cod. eodem tit.*, que havendo estes ditos escravos servido a seus possuidores o tempo determinado, e sufficiente para a compensação do preço do resgate, fiquem expedidos, e livres daquella retenção, e penhor.

penhor. Deve-se observar esta ley com a modificacão, de que estes annos não sejaõ cinco, como esta ley determinou nas circumstancias daquelles tempos, e lugares do Imperio Romano, em que os cativos eraõ brancos, e muito avan-tejados os seus serviços.

17 Senaõ que sejaõ aquelles; que se proporcionarem ao mayor, ou menor preço da primeira venda de cada hum destes escravos, e à qualidade dos seus serviços; com declaracão porém, que se lhe não metaõ em conta para augmentar o computo, despezas dos alimentos, e vestuario; porque isso expressamente se prohibe na sobredita *L. Diversarum 20. in verbis ibi: Quibus si quidquam in usum vestium, vel alimonie impensum est, humanita-*
ti

ti sit præstitum; nec maneat victualis sumptus repetitio.

18 *Sic etiam* declara a sobredita L. *Præses Provinciæ* 8., que os partos das escravas remidas já nascem livres da escravidão, e sem contrahirem a causa de penhor, e retenção, em que ficáraõ constituidas suas mãys sómente, e não elles. Deve-se observar esta ley, com a modificação, de que fiquem servindo, e obedecendo a seus patronos, até terem a idade de quatorze, ou quinze annos; não por escravidão, nem por penhor, e retenção; sennão sómente por recompensa, e gratificação do beneficio da criação, e educação, que delles receberaõ.

19 Mas se aos possuidores lhes parecer pesada esta obrigação de

L

largar

largar os escravos, quando derem o seu preço, ou o tiverem compensado com diuturnos serviços, fação paralelo, e comparaçãõ della com a outra, em que ficaõ de lhe restituir a liberdade, e os interesses, *pro quantitate dubii*, sendo possuidores de má fé, (*vel pro maiori propensione*) sendo possuidores de boa fé, e logo reconhecerãõ ser mais leve, e mais suave, e se accomodarãõ com o vulgar, e juridico dictame, de que *malum minus tolleratur, ut gravius evitetur; ex L. absentem, ff. de pœnis*. Barbof. *loc. comm. liter. M. n. 27.*

20 Do mesmo modo, se lhes parecer tambem pesada a obrigaçãõ de largar os partos das escravas remidas, quando já chegarem a idade competente, considerem, que

que tambem pela outra via se não pódem senhorear delles , e que peyor será haver de os largar , e sobre isso pagarlhe os damnos , e interesses do tempo , que contra sua vontade os retivermos , e senhorearmos , e isso não *pro parte* , senão *in totum* ; porque como nascem na posse da liberdade natural , senhoreando-nos delles , lhe fazemos espolio logo a principio , por razão da nossa má fé , que pela noticia antecedente ao seu nascimento , contrahimos ; a qual nos impede entrar na sua possessão ; e por conseguinte ficamos obrigados a restituillos ao primitivo estado da sua liberdade , com todas as perdas , e damnos na fôrma dos mais espolios ; *ut pro regula dat Rebello sup. sect. 2. sub n. 10. ibi : Is tamen , qui ab ini-*

tio mancipium per malam fidem sua libertate spoliasset, restituere statim illud in pristinum libertatis statum teneretur, & cætera damna eidem compensare.

21 Vencida em fim, com a ponderação destas circumstancias, a nossa repugnancia, e determinados já a tomar esta verêda de redempção de cativos; na sua praxe não tem os Comerciantes, que alterar no modo de contratar com os gentios; porque sempre, quanto a elles, ha de ser o mesmo acto externo de trocar os generos pelos escravos, e toda a alteração ha de ser comfigo, e com os compradores, a quem depois venderem: comfigo; porque se até agora dirigiaõ aquella troca a adquirir dominio, e esse era o seu animo; daqui
em

em diante a devem dirigir sómente a adquirir direito de penhor, e retenção: se até agora era o seu animo comprar, daqui em diante seja a sua intenção remir; porque como nisto não recebem os cativos prejuizo, senão que recebem grave beneficio, corre de plano a regra de que *sapientis est mutare consilium in melius*; *ex text. in cap. non debet de consaguin. ¶ affinit.*; *¶ in cap. mutare de reg. jur. in sexto*; e com os compradores, a quem depois venderem; porque lhes devem declarar, que aquelles cativos já não são comprados; senão que são remidos, e que o que lhes vendem, não he dominio, senão que he o direito de os possuir, e os reter no seu serviço, até que em dinheiro, ou em serviços lhe paguem o mesmo

mo preço que entaõ derem por elle, na conformidade do que adiante se diz; porque todo o vendedor tem obrigação de declarar ao comprador o estado, e qualidade da coufa, que vende; como com multidaõ de textos, que provaõ esta regra, tem Hermosilh. *ad L.* 62. *glos. l. n. 5. ubi alios.*

22 *Similiter* naõ tem tambem os possuidores, e compradores, que alterar mais do que o animo, e intençaõ; que se até agora era de comprar, e adquirir dominio, daqui em diante seja de adquirir somente direito de reterem os cativos no seu serviço, e em penhor, até serem pagos, ou satisfeitos do preço, porque compraraõ; e se para mais segurarem a sua consciencia, e se livrarem de duvidas até

até a respeito dos escravos, que já tem, e até agora possuíraõ com boa fé, quizerem desde logo arri-mar-se totalmente a este partido, bem o pôdem fazer; porque as compras destes escravos, reduzindo-se a actos de redempçaõ, tem validade no foro externo, como veremos na terceira parte deste Discurso.

23 Logo tambem a pôdem ter no foro interno, por via da mesma reducçaõ; pois esta naõ se funda em presumpçaõ alguma falsa, e por isso em ambos os foros se pôde praticar; *quia ubi forus externus non innititur falsæ præsumptioni, uterque forus idem judicat; ut habet Sanch. de matrim. lib. I. disp. 21. sub n. 2. U lib. I. disp. 5. sub n. 20. cum Sott. Covar. & Ledesm. quos citat; quan-*
to

to mais, que sem ser precisamente necessaria esta reduçãõ, bem podemos *recta via* remir os nossos escravos da servidaõ, em que presentemente existirem, para deste modo não sõmente nos livrarmos da duvida, em que agora entrámos, e da restituicãõ que *ex vi* della lhe devemos fazer; senão tambem para fostermos a nossa posse, e direito, por este novo titulo, e os ficarmos *ex vi* delle retendo no nosso serviço em causa de penhor, até soluçãõ do seu valor, ou compensaçãõ delle com os proprios serviços, como se tem explicado.

24 Porque quando o titulo da cousa, que possuimos, entra a ser duvidoso, podemos para declinar a superveniente duvida, uzar de outro titulo, que tambem nos seja
com-

competente, para por elle, como por nova aquisição, podermos fustter, e firmar a nossa posse, e direito à mesma cousa; *ut de jure probant, quos citat, idem docens Cancarius var. 3. p. cap. 3. n. 288. ibi: Facit quod notant Joann. Andr. Menoch. & Dominic. in cap. cum person. n. 11. de privileg. in 6. quod ubi dubium est de primo titulo potest res acquiri ex secundo, ad cautelam; allegant text. in L. 4. ff. ad L. Falsid. sequitur Cravet. cons. 16. n. 6. ubi dicit, rem semel meam posse acquiri de novo, ubi prima acquisitio sit dubia, vel secunda plenior; novè Decian. cons. 13. n. 1. vol. 2. Hoc idem pulchrè tradit idem Decian. cons. 271. in casu transmissio de Hispan. n. 10. & Salgad. de Supplicat. 1. p. cap. 2. n. 166. ibi: Cum nemo prohibeatur plura jura, &*

M

titulos

titulos cumulare , tam ad sui juris confirmationem , cum de eo certus est , quàm ad maiorem cautelam , quando de eo dubitat. L. 4. ff. ad L. Falsid. cap. Sacrorum. 12. q. 2. U cap. post electionem , de concess. præbend.

25 E a fôrma pode ser assentando cada hum comfigo , e determinando sinceramente em seu animo, que os escravos , e escravas , que de presente tiver , e possuir , desde logo os resgata a todos , e os ha por remidos da escravidão em que existem , ou seja justa , ou injusta , e os reduz , e transfere ao estado , e condição de cativos remidos , e o direito que nelles tem , o transfere , e reduz tambem a direito de penhor , e retenção no seu serviço , até que cada hum lhe pague , ou compense o seu valor ; e porque
nesta

nesta conta entraõ igualmente os partos das escravas nascidos até agora no tempo da nossa boa fé, se alguém fundado na regra de que *in dubiis tutior pars est eligenda*, allegar a seu favor, que como os não comprámos, melhor he, e mais seguro, darlhe logo pura, e liquida liberdade; não contendere-mos; porque isso mesmo diz tam-bem quem isto escreve; porém o não serem comprados, não tira o serem, e nascerem cativos, e que possaõ como taes, serem tambem resgatados; para o que não he ne-cessaria real, e visível numeracão do seu preço; antes basta a suppo-sição de que o damos como re-demptores; e o recebemos como donos; *per fictionem brevis manus; quæ deducitur, ex text. in L. Singu-*

laria 15. ff. *si certum petat. L. Certi*
9. §. *deposui*, ff. *eodem titul. cum simili-*
libus.

26 *Deinde* o que he melhor não derroga no que he bom; antes circunstancias occorrem algumas vezes, que trocada a scena, fica sendo melhor o que sómente era bom; principalmente quando (como no caso presente) aquillo que he *melhor* prejudica mais às partes no temporal, do que aquillo que sómente he *bom*; porque então *melhor* he, o que sómente he *bom*; para que muitos o sigaõ, e obrem bem; do que o que comparativamente he *melhor*; porque talvez poucos, ou nenhuns o sigaõ, e continuarão em obrar mal; como em termos, e materia quasi identica, diz Navarro *in Summa, seu Manual.*

nual. cap. 23. n. 95. ad finem ibi: Non obstat, quod melius faceret, qui gratis illum ab extrema illa necessitate liberaret. Tum quia id non arguit, hoc esse malum; quia bono melius datur. Tum quia utilius est dicere hoc, quàm contrarium, ne bona opera impedian- tur, cum illud nemo, vel rarus factu- rus sit, hoc verò multi facient.

27 E a regra de que in dubiis tutior pars est eligenda, fômente pro- cede, e obriga como preceito; quando a duvida he propriamente duvida, e duvida pratica; porque com ella ninguem pode obrar, pe- las razões solidíffimas, que expen- de Sanch. de matrim. lib. 2. dict. disp. 41. n. 6., e naõ quando he du- vida especulativa, e o entendimen- to opina fer huma parte menos se- gura, que a outra, como in præ- senti;

*senti; porque entãõ a dita regra sõ-
mente procede de conselho, e naõ
obriga, e por isso bem se pode se-
guir a parte, que opinarmos fer-
menos tuta; ex eodem Sanch. ubi
supr. n. 9. ibi: Dixi autem, in dubiis,
quando, scilicet, vere dubium est, in-
tellectu neutri parti adhærente; se-
cus enim est, quando probabiliter opi-
natur alteram partem minus tutam;
tunc enim potest eam amplecti, & in
hoc sensu, tantum consilium est, am-
plecti id, quod tutius est; sic docent
D. Anton. 1. p. &c.*

28 Remidos nesta fôrma os es-
cravos, e escravas, quando depois
se houverem de libertar da servidaõ
em que ficaõ, além do seu preço,
ou valor, devem pagar a estimaçaõ
de qualquer arte, ou officio, que
aprendessem no poder dos seus
possui-

possuidores. E sendo partos ingenuos nascidos das escravas depois de remidas, devem servir, e utilizar seus Patronos, até a idade de vinte e cinco annos, pelo beneficio de lhe ensinarem, ou fazerem ensinar, e aprender o tal officio.

29 A razão, quanto aos escravos, e escravas, he, porque pela redempção ficam sendo devedores do seu proprio preço, ou valor, e ficam em penhor, até pagarem esta divida, e como por sua vontade tacita, ou expressa aprendem a tal arte, ou officio, e com ella ficam melhorados, esta bemfeitoria, ou melhoramento pertence ao seu possuidor, por ser o crédor, que a fez, e procede a seu respeito expresso texto, que assim o dispoem; *in L. Si servos 25. ff. de pignorat. action.*

tion. ibi: Si servos pignoratos artificibus instruxit creditor, siquidem jam imbutos, vel voluntate debitoris, erit actio juncta glos. ad eandem ibi: Obligasti mihi servos tuos, quos instruxi in scriptura, vel in pictura, vel simili artificio: nunquid illa, quæ impendi, potero à te repetere? Dicit, quod si voluntate tua tacita, vel expressa impendam, expensas potero recuperare; secus si voluntas non intercessit.

30 E a razão quanto aos ingenuos partos das escravas, nascidos depois de remidas, he porque supposto as obras, ou serviços dos impuberes, na censura de Direito, bastão para compensar as despezas da sua criação, como se deduz do *text. in L. Cæterum 31. ff. de reivind. in verbis ibi: Pubertas ejus spectanda est; quia etiam in puberis aliquæ operæ*

operæ esse possunt: Com tudo para compensar as despezas da adiscencia do officio, ou artificio (que he como outra segunda, e superadita criaçaõ) na censura do mesmo Direito, saõ necessarios outros dez annos, que orsaõ até os vinte e cinco; como se deduz do *text. in L. Quòd si artificem 32. ff. eod. tit. ibi: Quòd si artificem fecerit; post vigesimum quintum annum ejus, qui artificium consecutus est, impensæ factæ poterunt pensari, juncta glos. verb. pensari ibi: Pensari: cum fructibus perceptis ante vigesimum quintum annum; eò quia præsumit lex eos tantos esse, ut benè inde satisfieri possit possessori, pro expensis in arte discenda factis.*

31 Mas se estes ingenuos quizerem satisfazer a dinheiro a estimaçaõ do tempo, que lhes faltar para

o complemento da sobredita idade dos vinte e cinco annos, não se lhes pode negar este beneficio; porque como prova, e diz Moraes *de execut. instrum. lib. 2. cap. 4. n. 3.* quem está obrigado a algum facto, não he precisamente necessario, que o obre; basta que pague o interesse; pois em outra forma contrahiria especie de servidaõ, que o Direito reprova nas pessoas livres, e ingenuas; *ut habet ibi: Quia obligatus ad factum, non tenetur præcisè facere; imò liberatur solvendo interesse.* *L. Quis ab alio, §. fin. ff. ^{Dere} jud.* *L. Cum ita stipulatus sim mihi, §. fin.* *L. Stipulationes non dividuntur, vers. celsus, ff. de verbor. obligat. quia aliàs si præcisè teneretur facere, certam subiret speciem servitutis; argum.* *L. Titio centum, §. 1. ff. de condit. & demonstr.* E

32 E o tempo que devem servir estes escravos, e escravas remidos, para se lhe compensar o seu preço, ou o seu valor, e ficarem livres, pode chegar a vinte annos; mas não os pode exceder. A razão de se poder extender tanto este prazo, sem embargo de prefinir o Direito, o espaço de cinco annos, he porque não sendo assim, não faz conveniencia dar cem mil reis, e mais de cem mil reis, como vulgarmente se dão por cada hum; e não havendo quem os tome por este preço, tambem não haverá quem arme navios, e embarcações, e quem maneye o commercio do seu resgate, e isto prejudica o Reino, e Conquistas no temporal; e no espiritual prejudica o serviço de Deos, e bem das almas, que re-

sulta do dito commercio, e transporte destes gentios, e sua conversão.

33 E além disso o Direito introduzio esta singularidade de ficarem os remidos constituidos em causa de penhor, e servindo como escravos, até pagarem, ou compensarem o seu preço, para que haja muito, quem se incline ao commercio de os resgatar, em que tanto interéssa a utilidade publica no espirital, e temporal; e porisso ainda que attentas as circumstancias do tempo, em que aquellas leys foraõ estabelecidas, e a qualidade daquelles cativos, lhe prefinio o espaço de cinco annos, que entaõ se julgou bastante; com tudo nos tempos presentes, para que tenha effeito o dito commercio,

cio, podemos agora interpretar, ampliar, e extender o dito prazo, até os annos que forem necessários, para se conseguir a pretendida utilidade; porque semelhante interpretação, ampliação, e extensão, o mesmo Direito a manda fazer nestes casos; *ut est text. in L. Nam ut ait 13. ff. de legibus, ibi: Nam, ut ait Pedius, quoties lege aliquid unum, vel alterum introductum est, bona occasio est, cætera, quæ tendunt ad eandem utilitatem, vel interpretatione, vel certè jurisdictione, suppleri. Et notat Arouca ad eundem text. n. 5. ibi: Jurisdictione suppleri: etiam si in jure singulari versemur, propter aliquam utilitatem introducto; nam producendum jus est, eòusque producatur utilitas; ut probatur in notanda specie. L. 1. §. magistrum 5. in fine; ibi:*

ibi: Eòusque producendam utilitatem
 navigantium, ff. de exercitor. actio-
 ne; quia etiam in exorbitantibus,
 quando sumus in favorabilibus, quibus
 jura favent propter publicam utilita-
 tem, fieri potest extensio, quæ tendat
 ad eandem utilitatem; ut ait text.
 hic, U docet Everard. in topicis.

34 E a razão porque não pode
 este prazo exceder o tempo de vin-
 te annos, he, porque por mais di-
 minutos que sejaõ os renditos an-
 nuaes dos bens rendosos, ou fruc-
 tiferos, sempre na censura de Di-
 reito, o seu rendimento de cada
 anno compensa, e iguala a vigesi-
 ma parte do valor, e estimação
 dos mesmos bens, que por isso na
Authent. de non alienand. collat. 2. tit.
1. cap. 3. §. quia vero 1. prope finem,
 se dispoz, que os predios suburba-
 nos

nos da Igreja se avaliassem, e que repartido o preço do seu valor por vinte annos, e computado o que tocava a cada hum, se arrendassem, ou dessem a emphyteutas, com a pensaõ annual da dita vigesima parte; *ut patet ibi: Sed æstimari suburbanum subtiliter, & reputari: & ex pretio collecto redditus possibiles in viginti annis computari: & ex redditibus ex hoc computatis, agi emphyteusim.*

35 O qual texto, e sua glosa fazem regra geral neste ponto, e nella se fundaõ todos os AA. assentando, em que os bens pouco rendosos tanto valem, quanto rendem no espaço de vinte annos; *ut videre est apud Mantica de tacitis, lib. 4. tit. 20. n. 12. & 13.*; onde explica, que isto se entende *in rebus, quæ sunt*

sunt parvi reditus; Aug. Barb. *voto* 10. n. 12. *Guerr. de inventar. lib. 1. cap. 11. n. 43.*; e como os escravos são bens frutíferos, cujos rendimentos, ou frutos, na censura do mesmo Direito, são as suas obras, e serviços; segue-se, que por mais inertes, e inúteis que sejam, quem delles se servir por espaço de vinte annos, sempre fica pago do seu valor, e por conseguinte não pode exceder o dito prazo.

36 E do mesmo modo se segue, que se o escravo depois de haver servido algum tempo, quizer libertar-se, e pagar o resto; dividido o seu valor em vinte partes, pagará cada anno, dos que lhe faltarem, pela vigesima parte do seu preço, ou estimação. *Exempli gratia*; tem o escravo servido dez annos, e quer

quer pagar os que lhe faltaõ: se elle valer cem mil reis; repartidos estes por vinte annos, sahe a cinco mil reis cada anno, e a cinco mil reis pagará cada hum dos annos que lhe faltar. E se por ser alfayate, ou sapateiro, ou por ter outro algum officio, que lhe mandamos ensinar, valer cento e cinquenta mil reis; repartidos por vinte annos, sahe a sete mil e quinhentos cada anno; e a sete mil e quinhentos, pagará o escravo, os que lhe faltaõ.

37 E porque póde vir em duvida a respeito dos escravos, que até agora possuimos com boa fé, se lhe devemos levar em conta os annos, que nos houverem servido, ou se devem, sem esse desconto, novamente principiar? Se responde,

de, que os serviços dos annos preteritos forão frutos, que o possuidor de boa fé fez seus, e quanto he por força desta razão, não se devem computar; porém como a liberdade he favoravel, e a servidão odiosa, e a ley do amor do proximo nos obriga a amar estes cativos (por mais indignos que nos pareçaõ) como a nós mesmos; internamente repugna, e se faz dura, e rigida esta desigualdade; e por isso nesta duvida, justo, e prudente conselho seguiremos, fazendo composiçaõ amigavel com os escravos sobre o tempo, que mais nos hajaõ de servir para serem livres; como diz *Rebello ubi sæpius dict. q. 1. sect. 2. sub n. 10. ibi: Id autem fieri poterit conveniendo cum mancipio, ut per certum tempus servi-*
at,

at, majus, vel minus, pro ratione dubii maioris, vel minoris, & deinceps sua libertate fruatur; pois em outra forma viremos a largallos já velhos, e incapazes de agenciar a sua vida, depois de consumida no nosso serviço; o que será *error peior priori*.

38 Este he o modo, com que valida, e licitamente se póde continuar a negociação, e a possessão dos pretos cativos. Se o seguirmos, podemos confiar, que a Divina Providencia, por este voluntario sacrificio, nos desvie o trabalho, e o infortunio, e nos favoreça com occultos influxos de mais avantejados lucros no modo de vida de cada hum; e poderá internamente commover o animo dos mesmos escravos já livres, para que fiquem, e permaneçam na nossa companhia,

e nos sirvaõ melhor na liberdade , do que o faziaõ na escravidão; de forte que se talvez entãõ o faziaõ mal , como forçados , depois o façãõ bem , como agradecidos. Se porém o desprezarmos , podemos recear que nos venhaõ trabalhos , infortunios , desgraças , e pobreza , e até mayor rebelliaõ dos mesmos escravos ; porque por tudo isto clamaõ tantas servidões , e tantas retenções injustas , e as suas más consequencias , e peccados concomitantes ; e quiçá naõ sejaõ estes a causa porque as Cidades maritimas , em que vemos ha tantos annos frequentado este commercio de escravos , sem observancia , e precedencia dos devidos requisitos (antes com sua total dissimulaçaõ) em vez de se augmentarem na opulencia ,

cia, cada dia as experimentamos mais decadentes, e diminutas.

39 E praza a Deos, naõ lhes sobrevenhaõ mayores misérias, e calamidades, como já antigamente com outras pessoas timoratas receava o mesmo Molina, *ut ipse refert disp. 35. concl. 4. in fine ibi: Hæc omnia simul sumpta in causa esse possunt, ut quam rarissimi, aut prorsus nulli sint, qui in hoc negotiationis genere progressus multos inditiis efficiant, ut ab ipsismet mercatoribus audivi; Deo non favente, propter multa, quæ in ea interveniunt, peccata. Atque utinam graviora alia infortunia, ob hoc negotiationis genus tanto tempore dissimulatum, ut aliqui timent, non evenerint.*

TERCEIRA PARTE.

Do que respeita ao foro contencioso.

I **O** Mesmo que se disse na primeira , e segunda parte deste Discurso , de não ter validade no foro interno a negociação de cativos pelo modo , com que ha tantos annos se pratica , e costuma exercer; e de fômente se poder continuar , e proseguir por reduccão ao commercio de redempção; he o que tambem se deve dizer , e julgar no foro contencioso , se nelle apparecer esta materia , e for disputada com contradicção , e audiencia das partes , em fôrma judicial ; porque o costume , posto que tão antigo , e longo , com
que

que os Commerçiantes comprou os ditos cativos aos gentios, sem averiguação, e certeza do justo titulo da escravidão de cada hum, sendo uso, e costume tão injusto, e tão nutritivo de peccados, como fica expendido, claro he, que nos nossos Auditorios, e Tribunaes, se não pôde julgar valido, ou seja perante as Justiças Ecclesiasticas, ou perante as Seculares.

2 Pois os costumes injustos, e nutritivos de peccados, todos geralmente são abrogados, e annullados pelos Sagrados Canones *in cap. ex parte de consuetudine, cap. 2. de probat.*; *U in cap. 1. de torn.*, e por isso nem no foro Civil, nem no Canonico, nem no Ecclesiastico, nem no Secular, devem ter observancia, e validade. No Ecclesiastico,

clesiastico , claro está que não ; porque as disposições canonicas directamente se encaminhaõ a este foro, ao seu regimen, e à decisaõ das suas causas. E no Secular tambem não ; porque na Ordenação do Reino *lib. 3. tit. 64. in principio*, se dispoem, que nas materias que trouxerem peccado, se julgue pelos Sagrados Canones, *ut patet ibi: Mandamos que seja julgado, sendo materia que traga peccado, por os Sagrados Canones.*

3 Logo por injusta, e nutritiva de peccados, se não deve tambem no foro contencioso julgar validade à negociação, de que fallámos, visto proceder em termos a seu respeito a sobredita *Orden. lib. 3. tit. 64. in princip.*, e o que no seu *Commentario* diz Sylva *ad eandem*

n. 64. ibi: *Sic etiam consuetudines injustæ, & peccati nutritivæ non debent servari in foro Civili, nec Canonico; quia ex Pontificum auctoritate per Canones abrogantur in cap. Ex parte de consuetudin.; & in cap. 2. de prob.; & in cap. 1. de torneam.; ubi scribentes Aug. Barbof. in cap. 2. n. 10. de reg. jur. lib. 6.*

4 E fõmente se lhe deve no tal foro julgar validade, se for praticada daqui em diante, como ficado, por via de redempção de cativos; porque esta, ainda com seus lucros, e interesses, he commercio licito, e valido, permittido nas leys do titulo *cod. de postlimin. revers.*; na forma expendida na segunda parte deste dito Discurso; antes porque assim he licito no foro externo, tambem o fica sendo

P

no

no interno , conforme a regra theologica , *quam affert Sanch. de matrimon. lib. I. disp. 21. sub n. 2. ibi: Quia ubi forus externus non innititur falsæ præsumptioni , uterque forus idem judicat , ut dixi disputatione 5. n. 20.*

5 Pelo que a questaõ , que nesta terceira parte temos de expender sómente he: *Se as compras de cativos até agora injustamente feitas pelos Comerciantes , se devem , e pôdem no foro contencioso reduzirse , ainda de presente , aos termos de contrato de redempçaõ , para , como taes , sortirem os effeitos expressados nas Leys Imperiaes , citadas , e expendidas tambem acima na segunda parte deste Discurso?* A resoluçaõ desta dita questaõ , que he particular , e contrahida já à presente materia , depende da decisaõ da outra questaõ geral , e
abstra-

abstrahida, que pergunta : *Se o acto que não valer pela via, e modo com que foy feito, se deve subster pelo modo, e via, em que aliás poderá ter validade?* Na qual ha duas diversas opiniões; se bem que huma, e outra se vem a conciliar, cada huma nos seus casos.

6 A opinião negativa segue Bartolo, e com elle grande multidão de AA. dos quaes aponta alguns Scacia *de commerc. §. I. q. 7. limit. 7.n. 5.*, e se fundão nos *text. in L. I. §. siquis ita, ff. de verbor. obligat.*; *U in L. I. §. cum qui, ff. de constit. pecun.*, *U L. An inutilis, ff. de accept.*; e na conformidade desta opinião, o acto obrado por virtude de procuração insufficiente, não val, ainda que aliás o procurador tivesse outra procuração suficiente

P ii

ficiente, com a qual se o fizesse, seria valido, e assim outros muitos mais actos, que o mesmo Scacia alli refere *nos num. 6. 7. 8. 9. & 10.* A opiniaõ affirmativa segue o mesmo Scacia, com muitos que cita *ibidem no n. 12. & 13.*, e tem a seu favor os *text. in L. Si unus, §. si acceptilatio, ff. de pact. L. 1. §. si stipulanti, ff. de verbor. obligat. L. Si tam augusti, ff. de servit. cap. unic. §. 1. de despons. impuberum, & in cap. 3. de spons.*, e na conformidade desta opiniaõ, o matrimonio dos impuberes val como contrato de esponsaes, e o processo nullo val como interpelaçaõ extrajudicial, e assim outros muitos actos, que tambem aponta o citado Scacia *ubi supra no n. 12. & 13.*

7 Para intelligencia dos termos,
em

em que procede cada hũa destas opi-
niões, se deve prenotar que os a-
ctos, e contratos, pôdem fer nul-
los, e invalidos, por algum de
quatro principios; a saber por par-
te da materia, por parte dos agen-
tes, ou contrahentes, por parte da
fôrma, ou por parte do fim a que
se ordenaõ, e val o mesmo, que
dizer que pôdem fer nullos *ex de-
fectu causæ materialis*, ou *ex defe-
ctu causæ efficientis*, ou *ex defectu
causæ formalis*, ou *ex defectu causæ
finalis*; ut explicat Moraes de exe-
cution. instrum. tom. 1. lib. 2. cap. 18.
n. 25. Seja exemplo a compra, e
venda; a qual será nulla *ex defe-
ctu causæ materialis*, se a cousa, que
se vender, for sagrada, religiosa,
homem livre, ou outra semelhan-
te, das que não entraõ em com-
mercio;

mercio; *de quibus Sylva ad Ord. lib. 4. in rubr. articul. 6. n. 113. § 118.* E será nulla *ex defectu causæ efficientis*, se quem comprar, ou quem vender; for algum mentecapto, ou prodigo, ou mudo, e surdo; *de quibus idem Sylva articul. 5. n. 39.; sic etiam*, será nulla *ex defectu formæ*, se faltar o assenso, e consenso *de re*, § *pretio*, em todo, ou em parte; *de quo etiam Sylva ad eandem Ord. in princ. n. 61.*, e ultimamente será nulla *ex defectu causæ finalis*, se pactarem, que não haja translação de dominio; *ut dat Mantica de tacitis, lib. 4. tit. 3. n. 19.*

8 O que posto, e prenotado; as ditas duas opiniões procedem de forte, que a affirmativa de valer o acto nullo, pelo modo em que aliás podia ter validade, fica sendo
regra

regra geral affirmativa para todo, e qualquer caso occorrente, com tres exceições; e limitações tão sómente; e a negativa de não valer o acto nullo, pelo modo com que que aliás podéra valer, fica sendo regra particular negativa, que sómente procede nos mesmos tres casos exceptuados, ou naquellas mesmas tres limitações; o primeiro caso exceptuado, ou a primeira limitação, em que procede a opinião, ou regra negativa, he quando a nullidade do acto provém *ex defectu formæ*; porque então o acto nullo não pode valer por outro algum modo, como tem os AA. que cita Scacia *ubi sup. n. 9.* Sanch. *de matrim. lib. 1. disp. 20. sub n. 3.* ibi: *Quia, quando actus non valet, ut agitur, tunc valet eo modo, quo valere*

valere potest, quando est defectus ex parte causæ efficientis, ut contingit in matrimonio impuberum; habet enim debitam formam, solum claudicans defectu ætatis contrahentium; secus quando defectus contingit ex parte causæ efficientis, & formæ; tunc enim prorsus corrumpitur contractus; ut bene Bart. L. I. §. si quis ita, n. 5. ff. de verbor. obligat. Domin. d. c. unic. §. idem quoque, vers. quartum, & ibi Francus n. 2. de reg. jur. in 6. Azeved. lib. 5. recopil. titul. I. n. 32. & sequenti.

9 E a razão he; porque a forma he a que dá o ser, e existencia ao acto; de tal sorte, que faltando, tambem o acto perece. *L. Julianus, §. sed si rem, ff. ad exhibend. Moraes ubi sup. cap. 21. n. 1. ubi plures; e a compáraõ os AA. a respeito do acto,*

cto, com o espirito a respeito do vivente; pois assim como o vivente, ainda que padeça o defeito de qualquer outra parte, tendo espirito sempre vive, e sem elle não pôde viver, posto que lhe não falte outra alguma parte; assim tambem o acto bem pôde subsistir com qualquer outro defeito, ou nullidade das quatro sobreditas, mas com o defeito, e nullidade da fórma, nenhuma subsistencia pôde ter; donde proveyo o proloquio juridico; *quod actus corrui sine fórma.* Barb. *in loc. comm. lit. A. n. 129.*

10 O segundo caso exceptuado, ou a segunda limitação, em que procede a dita opiniaõ, e regra negativa, he quando o acto valido, a que se houver de reduzir o acto nullo, se não inclue, e com-

Q prehende

prehende na sua esfera, ao menos virtualmente; *ut habet Scacia ubi sup. n. 12. Sanch. ubi sup. dict. disp. 20. sub n. 2., & disp. 21. etiam sub n. 2. ibi: Et quando actus includitur in eo, quòd fit, si non valet eo pacto, quo fit, valet meliori modo, quo valere potest; juncto n. 4. ibi: Dico eam doctrinam Bartol. explicatam esse disp. præcedenti, n. 3.; quando actus est nullus ex defectu formæ: quòd hic non contingit; vel dic, eam habere locum, quando obligatio, quæ contrahi poterat, non includitur in obligatione contracta; ut bene explicat Covar. citatus n. 1.: e a razão he; porque os actos dos agentes, conforme tambem he regra juridica, não podem obrar além da sua intenção; e por isso se o acto valido, a que se houyer de reduzir o nullo, se*

não

naõ incluir, e comprehender na sua esféra, a elle se naõ póde estender, contra a mente, e intenção de quem o obra; *ut explicat idem Sanch. dict. disp. 20. sub n. 2., & disp. 21.; etiam sub n. 2. Scacia n. 10.*

II E ultimamente o terceiro caso exceptuado, ou a terceira limitação, em que procede a opinião, e regra negativa, he quando o direito resiste, e prohibe o acto valido, a que se houver de reduzir o nullo; *ut etiam habet Scacia ibidem n. 8. & 10. Sanch. ubi sup. disp. 20. n. 3. post med. ibi: Et confirmatur, quia adhuc quando contractus solum claudicat ex parte causæ efficientis, si jus illi resistat, nec valet ut agitur, nec ut agi potuit; ut optimè Dominic. ibidem, vers. venio ad primum; & constat ex cap. quòd in dubiis de re-*

Q ii

nuntiat.

nuntiat. ; ubi licet Clericus possit renuntiare beneficium in sui præjudicium, si renuntiet in manibus laici, dicitur renuntiationem esse nullam; eò quòd jus illi renuntiationi resistat.

12 E como os actos das compras dos escravos, que os Commerçantes fazem aos gentios, para o effeito de valerem, como actos de redempção de cativos, não entraõ em alguma destas ditas tres limitações, ou exceições; porque primeiramente a sua nullidade não he *ex defectu causæ formalis*, senão que he *ex defectu causæ materialis*; e em segundo lugar, os contratos da redempção se incluem nos contratos das mesmas compras; e ultimamente o direito não resiste, antes approva, e favorece a redempção de cativos; segue-se que pela dita opinião,

opiniãõ, e regra affirmativa, se deve resolver a questaõ proposta, e que na conformidade della, como actos de redempçaõ de cativos, devem valer, e ter subsistencia os actos das ditas injustas, e nullas compras; e que assim se devem reduzir, e julgar a requerimento de qualquer das partes no foro contencioso.

13 Pois quanto à primeira limitação. Que aquellas injustas compras não tem nullidade *ex parte formæ*, se mostra; porque a compra, e venda por via de regra, não tem fôrma alguma extrínseca de escriptura, ou outra semelhante solemnidade, como diz Sylva *ad Ord. lib. 4. ad rubr. articul. 1. n. 33.*, e toda a sua fôrma consiste no consenso de *re*, & *pretio*, o qual basta ser expressado por palayras, e modo,

do, com que fufficientemente se manifeste; *ut habet ibi: Item ad substantiam emptionis, & venditionis non requiritur certa forma extrinseca, sed fieri potest in scriptis, vel sine scriptis quanvis verborum formâ consensûs sufficienter expressivâ; non enim scriptura requiritur ad illius validitatem; sed solummodo ad probationem, ex text. in L. Contrahitur 4. ff. de pignorib., & hypothec., e os Comerciantes claro, e sabido he, que por si, ou por interpretes, ou por palavra, ou por acenos, que são o que basta, ex L. Ubi non voce, ff. de reg. jur. se ajustaõ com os gentios sobre os cativos, que recebem, e sobre as cousas que lhe daõ, e trocaõ por cada hum, e toda a nullidade, que ha nestes contratos, he *ex defectu causæ materialis.**

Por-

14 Porque os taes cativos, que
saõ a cousa vendida, ou todos, ou
quasi todos saõ homens livres, nos
quaes naõ cabe commercio por
via de compra, permutaçãõ, ou
outro algum titulo translativo de
dominio; e quando os contratos
saõ nullos *ex defectu materiæ*, e
naõ *ex defectu formæ*, valem pelo
modo com que aliás podiaõ valer;
ut dat Mantic. de tacit. lib. 5. tit. 5.
sub n. 10. ibi: Sed huic rationi facile
etiam respondetur, quòd hæc regula
habet locum, quando contractus est
nullus propter defectum formæ, ut lo-
quitur dict. §. si quis ita; vel quando
talis fuit animus contrahentium, ut
contractus alio modo non valeret, L.
An inutilis in princip. ff. de accept. A-
liud est, si sit defectus materiæ, nec
animus contrahentium deficiat, tunc
enim

enim valet contractus eo modo, quo valere potest. L. Si unus, §. si acceptilatio, ff. de pact. L. I. §. si stipulanti, ff. de verbor. obligat.

15 Deinde quanto à segunda limitação. Que o acto, ou contrato da redempção de cativos, se incluye no acto, ou contrato da sua compra, igualmente se mostra; porque a redempção tambem he especie de compra; *dicitur enim redemptio quasi, rei emptio: Et redimere quasi, rem emere:* e a sua differença consiste, em que a compra se dirige a adquirir dominio, no qual se incluye posse, uso, e livre arbitrio de poder perpetuamente usar da cousa comprada para todos, e quaesquer effeitos; e a redempção se dirige a adquirir sómente parte dessa posse, uso, e retenção interina,

na, até ser pago da importancia, e gastos do resgate, como fica dito neste Discurso, na segunda parte, e adiante se diz nesta terceira; donde assim como o acto dos esponsaes se incluye, e comprehende virtualmente no do matrimonio; porque os esponsaes são como parte menor do mesmo matrimonio; *ut dat Sanch. de matrimon. dict. disp. 20. sub n. 2.*; assim tambem o acto de redempção destes cativos se incluye, e comprehende virtualmente no acto da sua compra; porque tambem esta redempção he como parte menor daquella compra.

16 E por conseguinte não se pôde dizer, que *actus agentium operantur ultra eorum intentionem*; porque na intenção de comprar os taes cativos, que era o mais, se incluye

R

vir-

tualmente a intenção de os remir, que he o menos; bem assim como na intenção de se cazar, que tambem era o mais, se incluye virtualmente a intenção de se desposar, que tambem he o menos; mayormente quando em hum, e outro caso, não houver expressa, e declarada intenção dos contrahentes em contrario; *ut omnia dat Sanch. dict. disp. 20. sub n. 2. ibi: Et ratio est aperta; quia cum matrimonium sit vinculum perpetuum, ut deinceps conjuges unum sint; eo ipso quod aliqui consentiunt in matrimonium, volunt tunc, & tempore futuro jungi; & ita hæc verba, accipio te in meam, claudunt hæc, accipio te in futurum. Et dict. disp. 21. etiam sub n. 2. ibi: Et ratio hujus decisionis est, ob contrahentium intentionem, qui videntur voluisse sponsalia*
con-

contrahere, casu, quo matrimonium minimè valeret: unde non est dicendum extendi actum ultra contrahentium intentionem; sed in illo actu, quando contrahentes non habuerunt expressè intentionem contrariam, includitur intentio se obligandi, eo modo quo poterant.

17 É ultimamente quanto à terceira limitação. Que o Direito não prohibe, nem resiste aos actos, e contratos de redempção de cativos, antes permite este commercio, e favorece a sua continuação; se prova das leys, e doutrinas expendidas na segunda parte deste Discurso, *U ex cap. aurum 70. caus. 12. q. 2.*; das quaes se mostra, que o Direito para attrahir a todos, e os excitar ao exercicio deste dito pio, e louvavel commercio, constituiu a formalidade de penhor legal

nas pessoas dos remidos, para segurança de quem assim os resgatar; *ut etiam exponit Merlin. de pignor. lib. 2. q. 50. n. 37. ibi: Fallit tertio, in homine redempto ab hostibus, quia potest retineri à creditore, donec sibi pretium fuerit resectum, quod impendit in redemptionem; text. in L. 2. c. de capt., & postlim. rever. contrahitur enim tacitum pignus legale favore ipsius libertatis, ut homines alliciantur ad redimendos captivos, & sic, ut illi redire possint tuti de pretio impenso in huiusmodi redemptione.*

18 E isto com o onus, e obrigação de existirem no seu poder, e os servirem totalmente como escravos, até lhe restituirem, ou por algum modo satisfazerem a importancia, e preço da sua redempção; *ut cum glos. in L. 2. cod. de capt., & post-*

postlim. revers. verbo magis, prosequitur ipse Merlin. n. 39. ibi: Interim autem dum non restituerint pretium, sunt penes creditorem, eique inservire tenentur, glos. d. L. 2. cod. de capt. in verb. magis, ubi dicit non esse servos, sed proximam servorum naturam assequi; e tambem com a circumstancia de se poder vender, e ceder a outrem este mesmo direito, com tanto que dessa venda, ou cessaõ, naõ resulte aos remidos outra mais dura servidaõ; como tambem expende Merlin. n. 43. ibi: Amplia secundò, ut hujusmodi creditum, vel talea, de qua præcedenti prima ampliat. possit cedi, & vendi, dummodo per cessionem durior non efficiatur conditio redempti. Rip. d. L. obligatione n. 18. ubi etiam notat, quòd talea non debet esse barbarica, sed humana.

19 E convencido assim o ponto de se não implicar em alguma das tres expendidas limitações a redução dos actos de compra de cativos; a actos de sua redempção; ainda accresce mais em comprovação da presente resolução, ser a materia della favoravel, tanto pelo que respeita à liberdade natural dos mesmos cativos, como pelo que toca à utilidade de se poder subster por esta via a sua negociação, e ser materia de evitar os peccados, que nella andaõ involutos, e a violação da justiça commutativa, e da natural, que tambem nella se offendem; em cujos termos (ainda preciso tudo o mais) se deve no foro contencioso reduzir qualquer destas compras de cativos ao contrato de redempção, para nelle for-
tir

tir effeito, e ter validade a favor dos meſmos cativos, e da continuação, e ſubſtencia do commercio, e iſſo não de qualquer ſorte, ſenão com todo o eſforço, e efficacia dos Juizes, perante quem ſemelhantes litigios ſe controverterem.

2o Pois procede a eſte reſpeito com omnimoda paridade de termos, e de fundamentos, o meſmo que reſolve Scacia a reſpeito de ſe reduzir o contrato de cambio nullo ao contrato de mutuo com juros licitos, materia tambem favoravel ao commercio, excluſiva dos peccados de uſura, e da violação da juſtiça natural, e commutativa; *ut in ſuo caſu concludit ubi ſupra dict.* §. I. q. 7. limit. 7. n. 14. in fine ibi: *Et ſimiliter eſt materia favorabilis, tum quia evitatur ſuſpicio uſuræ, quæ eſt odioſa,*

odiosa, tum quia conservatur justitia naturalis, seu commutativa, ut unus non locupletetur cum detrimento alterius, in qua justitia commutativa debet Judex omni conatu insistere, ut dixi part. præced. ampliat. 20. sub n. 1. vers. ratio: ergo iste contractus debet valere, ut valere potuisset, & sic in forma simplicis mutui, ex quo possit licitè percipi interesse.

21 E se tambem esta dita resolução desagradar aos Comerciantes, e aos possuidores destes cativos, saibaõ ultimamente, que ainda ella he fundada em prudencia, e equidade. Que de rigor de Direito, provando qualquer delles em Juizo, que foy tomado aos gentios, como naõ devia ser; isto he, sem constar a quem o tomou, a certeza, e legitimidade da sua escravidão,

daõ, devia ser julgado por livre, sem mais onus, ou encargo algum; ficando salvo a seu possuidor o regresso contra o Commerciante, a quem o comprasse, e a este contra os gentios de quem o houvesse.

22 E o que mais he, que na Ordenação do Reino ha fundamento, e argumento não leve, que conclue isto mesmo; pois no *liv. 5. tit. 106.*, onde se prohibe o commercio de Guiné sem licença Regia, dando-se faculdade aos Capitães, e mais pessoas dos navios de ElRey, para tomarem, e levarem a Lisboa outros navios, e embarcações, que naquelles portos achassem sem a dita licença, depois de lhe consignar por premio a metade de tudo o que lhe fosse tomado por perdido *in §. 1. ibi*: *E do que lhe*

S

for

for tomado, e julgado por perdido, havêrão os que o tomarem ametade, e todo o mais para nós; accrescentou logo o legislador as seguintes, e immediatas palavras: E isto se não entenderá nos escravos, que por não serem tomados, como devem, forem havidos por livres; das quaes se colhe, que chegados aos nossos portos os navios de Guiné, devem ser examinados a respeito dos escravos, que trouxerem, e os que se achar serem tomados, como o deviaõ ser; isto he, com averiguação, e certeza de serem legitimamente cativados, devem ficar, como taes, no dominio de seus donos; e pelo contrario os que se achar serem tomados como o não deviaõ ser; isto he, sem certeza, e averiguação de que fossem legitimamente cativos, devem como
inge-

ingenuos , fer logo havidos por livres.

23 Mas porque já nos tempos, e termos presentes não tem os Commerçiantes modo , e via de inquirirem , e saberem ao certo a justa , ou injusta escravidão dos cativos , que tomaõ aos gentios , e o deixar-se esta negociação , cedida em prejuizo das Conquistas , pela indigencia que tem delles as vendas , lavouras , e culturas para a sua fabrica , e beneficio , e a que todos temos para o nosso serviço , e companhia , e os commercios , como necessarios à humana sociedade , se devem favorecer quanto , sem detrimento das consciencias , for possível; por isso pede a equidade , que omittido o rigor de Direito , com que em tal caso , e ter-

mos se devia julgar o escravo por livre, e a compra feita aos gentios por nulla, se reduza esta aos termos licitos de redempção, e se julgue o escravo por remido, e por constituido em causa de penhor, e retenção, para que sirva, e obedeça a quem o possuir até lhe pagar, ou compensar o seu resgate, na forma repetidas vezes explicada.

24 A qual equidade não he cerebrina, senão que he fundada na constante regra de que *utile per inutile non vitiatur*; *ut est text. in cap. utile 37. de reg. jur. in sexto*; em comprovação da qual aponta a glosa a este texto muitos actos, e disposições, que tomadas na sua extensão eraõ (de rigor de Direito) e se deviaõ julgar nullas, e com tudo reduzidas aos termos licitos, foraõ,

foraõ, e se julgaraõ validas; *ut ibidem videre est*, *U* faciunt ea, quæ in *similibus dat Peg. for. cap. 3. n. 700. in fine tom. 1. pag. 223., U* Moraes *de execut. instr. tom. 1. lib. 2. cap. 12. n. 75.*

25 E isto he já o que basta na materia para instrucção dos Comerciantes, e possuidores destes ditos cativos Africanos. E se algum dos mesmos Commerciantes, e possuidores, depois de haver lido, e entendido tudo o que até agora se expendeo, naõ acodir aos remorsos da sua consciencia, com o remedio, que se lhe tem descuberto, e applicado; achará mais esse artigo contra si no processo da sua conta; onde se lhe fará carga da noticia da verdade que despreza, e do erro, que voluntariamente fica seguindo,

seguindo; e tema o que diz S. Paulo *ad Hebr. cap. 10. vers. 26. Voluntariè enim peccantibus nobis, post acceptam notitiam veritatis, jam non relinquitur pro peccatis hostia; terribilis autem quædam expectatio judicii, & ignis æmulatio.*

QUARTA PARTE.

Do que respeita ao sustento destes cativos.

I **D**Eixada já em fim a causa, e titulo de dominio com que até agora injusta, e illicitamente se possuhiaõ os cativos, de que se trata, e admittida a causa, e titulo de penhor, e retençaõ, com que valida, e licitamente em hum, e outro foro, se pôdem

pódem daqui em diante possuir , como fica expendido ; ainda que também se muda, de perpetua que era, em temporal que fica sendo, a servidaõ destes cativos; com tudo a respeito do mais, permanece ella, sem alteraçãõ alguma, na mesma fôrma; e por isso, em quanto elles existirem no poder de seus possuidores, a estes, e a elles, correm tambem (na mesma fôrma que até agora) as mutuas, e reciprocas obrigações, que ha, e sempre houve entre os senhores, e os escravos.

2 Quaes, e quantas sejaõ estas, em breves palavras o explica S. Paulo na *Epist. ad Colossens. cap. 3. v. 22. ibi: Servi obedite per omnia dominis carnalibus. Et cap. 4. vers. 1. ibi: Domini quod justum est, & æquum;*

um, servis præstate ; devemos os escravos obedecer em tudo o que for lícito a seus senhores , e devem os senhores em tudo o que for justo , prestar aos seus escravos. Mais especificamente compendiou estas obrigações o Ecclesiastico no *cap. 33. vers. 25.* dizendo , que aos escravos devem os senhores dar o sustento , e a correccão , assim como lhedão também o serviço ; *ibi : Panis, & disciplina , & opus , servo* ; entendendo-se por sustento neste lugar , tudo quanto lhes for necessario para as indigencias da vida ; pois na frase Hebraica da Escritura , tudo isso se significa na palavra *panis* ; como tem *Lyra ad cap. 6. Matth. ibi : In hoc intelliguntur peti omnia vitæ necessaria* ; e como tem *Cornelio à Lapide ad dict. cap. 6. Matth. onde*

de accrescenta, que na fraze Hebraea, na palavra *panis* se significa não sómente o alimento necessario para a conservação do corpo; se não também a doutrina, e educação necessaria para a vida do espirito, ibi: *Nota sub pane phrasi Hebræa accipi: : quidquid vitæ, tum corporis, tum animæ sustentandæ est necessarium.*

3 E nesta conformidade, assim como na Arca do antigo Testamento tinhaõ os Israelitas depositadas, para o seu culto, e observancia as duas Taboas da Ley, a Vara, e o Manná, como diz S. Paulo *ad Hebr. cap. 9. vers. 4.*; assim no archivo da sua lembrança devem os possuidores destes cativos conservar repostas, e ter bem assentadas em seu animo, para a execução as mesmas

T antigas,

antigas, e principaes obrigações, que lhe correm de prestar a seus escravos, com o sustento figurado no Manná, com o castigo figurado na Vara, e com a doutrina figurada, e comprehendida nas Taboas.

4 Quanto a primeira; he constante, e geral regra de Direito, que quem se serve, ou uza das obras de alguém, está obrigado a alimentallo; *ut ex text. in L. in rebus, §. possunt, ff. commodati, & Cordub. in L. Siquis à liberis, §. si mater, n. 66. ff. de liberis agnoscend. probat, & dat Gratian. for. cap. 274. n. 21.*; logo em quanto os cativos de que se trata, existirem no poder, e sujeição de seus possuidores, claro he, que elles os devem manter, e sustentar. Confirma-se, *ex L. Item si servi 30. ff. de ædil. edict.*; onde
fe

se dispoem, que redhibindo, ou engeitando o comprador o escravo, a quem lho havia vendido, não lhe poderá pedir as despesas, que interinamente fez na sua sustentação, e assigna o texto por razão, o haver existido o tal escravo no seu serviço, e ministerio; *ut patet ibi: Sed cibaria servo data non esse imputanda* Aristo ait; *nam nequit ab ipso exigi, quod in ministerio ejus fuerit*; e a glosa ao mesmo texto, verbo *imputanda*, cita a outros mais em comprovação da mesma resolução.

5 Mais se confirma esta, de que entre as muitas querelas, ou acções civeis, que as leys permitem aos escravos contra seus senhores, e possuidores, he huma a de lhe não darem, como devem, o sustento, e vestuario condigno, e

necessario; ut expendit Arouca ad text. in L. 2. ff. de his, qui sunt, in verbis: ideoque cognosce de querellis eorum: n. 30. ibi: De querellis servorum adversus dominos plures sunt casus: juncton. 33. ibi: Quintus, si alimenta, & condigna vestimenta petierit; porque concedendo o Direito acção, eo ipso suppoem obrigação; eo quod obligatio est mater actionis, ex L. Ea obligatio, ff. de procuratorib., & text. in princip. Instit. de verb. obligat., & in princ. Instit. de actionib.

6 E para que este sustento, e vestuario seja sufficiente, e condigno, onde os escravos forem muitos, dispoem tambem as leys, que se attenda à qualidade, e graduacão de cada hum; como he expresso text. in L. Sed si quid 15. §. 8. Mancipiorum

1. ff. de usufruct. ibi: *Sufficienter autem alere, & vestire debet, secundum ordinem, & dignitatem mancipiorum;* de sorte, que por Direito aos escravos ruraes, como *exempli gratia*, os das roffas, fazendas, e engenhos, basta que se dê sustento, e vestuario sufficiente, posto que seja mais grosseiro; mas aos escravos domesticos do serviço, e companhia dos senhores, e possuidores, o sustento, e o vestuario já deve ser mais competente, e mais digno, e por conseguinte menos grosseiro.

7. Nesta conformidade se entende o dito texto, segundo expende a glosa *in dict. §. mancipiorum, verbo dignitatem, & ea citata Gratian. for. cap. 112. sub n. 22. ibi: Prout de servis est text. in L. Sed si quid inædificaverit, §. mancipiorum, in fin. ff. de usufr.*

usufr. ubi Ulpianus mandat servum ali, & vestiri sufficienter secundum ordinem, & dignitatem mancipiorum. Intelligendo istam dignitatem pro meliori statu, & opinione, non autem pro publico honore, cum servus illo non possit uti. L. Generali, cod. de tabul. lib. 10. prout ita explicat glos. in d. §. mancipiorum, in verbo dignitatem; e à vista disto, muito mal cumprem com a sua obrigação aquelles possuidores de escravos, que os trazem sem mais vestido, que algum fragmento velho, e ainda esse tão diminuto, que de todo o corpo, apenas lhe cobre aquellas partes, que o pejo natural, e vergonha propria, os ensina a desviar, e recatar da vista alheia.

8 Por Isaias *cap. 58. vers. 7.* manda Deos que cubramos os despidos,

pidos, e não desprezemos a quem
he da nossa carne; ibi: *Cum videris
nudum, operi eum, & carnem tuam
nè despexeris*; e este preceito falla
tambem a respeito dos escravos, e
domesticos, como lem os Setenta:
domesticos nè despexeris; de sorte
que para este effeito o corpo do es-
cravo, ou domestico, he como par-
te do corpo do senhor; e por isso
assim como se envergonharia o se-
nhor, se elle proprio apparecesse
na rua taõ mal vestido; assim se de-
ve envergonhar, de que nessa fór-
ma seja visto o seu escravo; porque
tudo val o mesmo; como profun-
damente veyo a dizer S. Joaõ Chry-
sostomo referido por Salazar *ad cap.*
31. vers. 11. Proverb. n. 122. ibi: Qui
servos suos indecorè nudos, ac detritis,
obsoletisque vestibus esse finit, sui cor-
poris

poris bonam partem dedecore afficit;
concordando com o dito de Aristoteles 1. *Polit. cap. 4. servus quidem pars est domini.*

9 No tempo da enfermidade ainda he mayor a obrigação de agasalhar, sustentar, e curar cada hum os seus escravos; porque entã he tambem mayor a necessidade, que elles tem; donde aquelles senhores, que os deixaõ à reveria, entregues ao rigor dos males, e commettidos sòmente à providencia da natureza, muito desamparados estaõ já da graça, e amor de Deos; pois como diz S. Joaõ *Epistol. 1. cap. 3. vers. 17.*; quem fecha as suas entranhas, para que lhe naõ entre a compaixã do proximo, que vê necessitado, de nenhum modo pôde habitar nelle a Divina graça; ibi:

Qui

Qui habuerit substantiam hujusmodi, & viderit fratrem suum necessitatem habere, & clauserit viscera sua ab eo, quomodo charitas Dei manet in eo?

10 Além disto o Direito Civil impoem graves, e condignas penas aos possuidores de escravos, que faltarem, e se descuidarem destas suas obrigações; pois aos que lhe não acodirem com os alimentos, e medicamentos necessarios na enfermidade, e nella os desampararem, lhes tira totalmente o dominio, ordenando que fiquem forros; *ut expendit, & probat Arouc. ad text. in L. 4. §. 1. ff. de stat. homin. sub n. 6. ibi: Nam si languens, aut ægrotus sit, quem dominus pro derelicto habuit, statim fit liber, ex ediçto Divi Claudii, in L. 2. ff. qui sine manumiss. ad lib. perven. L. 3. §. servus ægrotus, cod. de*
U bon.

bon. libert. L. 1. §. sed scimus, cod. de latin. lib. tollenda; e que quando fóra da enfermidade lhe faltarem com o sustento, fiquem os escravos, como vagos, *in bonis nullius*; e delles se possa senhorear, quem primeiro os aprehender, pelo direito da primeira occupação; *ut prosequitur Arouca, paucis interjectis, ibi: Si autem non ægrotus, nec infans expositus, servus sit, quem dominus pro derelicto habeat, tantum denegans alimenta, statim illius esse desinit, & dicitur occupantis fieri in d. L. Quod servus 36. ff. de stipulat. servorum. L. fin. ff. pro derelicto, junct. L. 1. eod. tit.*

II Se bem que depois se corrigio esta ultima parte, determinando-se, que desamparando o senhor o escravo, ou seja na enfermidade, ou fóra della, ou por qualquer dos
outros

outros modos declarados em Direito, *eo ipso* em todo o caso fiquem livres; como explica a glosa in *L. Quod servus* 36. ff. de stipul. servor.; e com ella Arouca ubi proximè, ibi: *Ne aliàs dicamus, prout cum aliquibus glos. sentit in d. L. Quod servus* 36. ff. de stipul. servor.; eã jura correctã fuisse, & *ediçtum Divi Claudii*, qui de languentibus tantum loquitur, in *d. L. 2. ff. qui sine manum. ad omnes simpliciter servos pro derelicto habitos extendi; ut liberi eo ipso statim fiant*; e he certo, que as disposições do Direito commum procedem tambem no nosso Reino, *ex Ord. lib. 3. tit. 64. in princip.*; mayormen-te quando as suas leys outra cousa naõ determinaõ.

12 E passando destas, às leys Divinas; a obrigação de sustentar,

e vestiros escravos, se comprehendem no quarto preceito, ou Mandamento da Ley de Deos, que os catholicos professamos, e manda honrar o Pay, e Mãy; porque assim como por Pay, e Mãy, não sómente se entendem os que o são naturalmente por via de geração; senão também os que o são civilmente por via de possessão; assim, e do mesmo modo por filhos não sómente se entendem os gerados, senão também os possuidos, e isso por qualquer titulo civil, que o seja; como he por familiares, por domesticos, por servos, ou por escravos, e a obrigação assim como he reciproca dos Pays para os filhos, também o he dos senhores para os escravos. De sorte, que assim como os filhos, e escravos estão obrigados

gados *ex vi* deste preceito a soccorrer, reverenciar, e obedecer a seus Pays, e a seus senhores; assim tambem os Pays, e senhores estão obrigados a darlhes a todos o sustento, o vestido, e a doutrina.

13 Nisto assentaõ sem discrepancia todos os Theologos na explicação deste dito quarto preceito, ou Mandamento da Ley de Deos; *inter quos* Navarr. in *Manuali*, cap. 14. n. 21. Abreu *instit. Paroch. lib. 8. cap. 7. sect. 5. n. 392. & 393.*; e se prova das palavras do Ecclesiastico já acima transcriptas: *Panis, & disciplina, & opus, servo*; e das outras de S. Paulo tambem acima transcriptas: *Domini quod justum est, & æquum, servis præstate*; o qual escrevendo a Timotheo, e recomendando-lhe o reprehender, entre outras, a
falta

falta de observancia destas obrigações, chama aos seus transgressores peyores que infieis, e negativos da Fé, e Ley, que professaõ; *ut habet Epist. 1. cap. 5. v. 8. ibi: Si quis suorum, & maximè domesticorum curam non habet, fidem negavit, & est infideli deterior*; o que se entende, que negaõ a Fé nas obras, e que nas obras saõ peyores que infieis, como explicaõ os Expositores; *cum quibus novissimè Baptista Du-Hamel in annotationib. ad hunc textum*: e a razãõ he clara; porque os infieis faltando à obrigaçaõ de sustentarem, e vestirem seus filhos, escravos, servos, e domesticos, sòmente obraõ contra o direito natural, que he a sua unica ley; *at verò* os Christãos, faltando a ella, naõ sòmente obraõ contra o direito natural, e contra
as

as leys humanas; se não que também obraõ contra o Preceito, e Ley Divina que professaõ, e por isso nas obras peyores saõ do que elles.

14 *Deinde*, que negaõ a Fé, e Ley que professaõ, também se mostra^{por} que a Ley que professamos, toda he fundada no amor de Deos, e do proximo, e saõ taõ connexos, e inseparaveis hum, e outro amor, que quem não ama ao proximo, não ama a Deos; de forte que S. Joaõ Apostolo, e Evangelista na sua primeira Epistola *cap. 4. vers. 20.* chama mentiroso, aquem disser, que ama a Deos, não amando ao seu proximo; porque quem não ama ao proximo, que continuamente tem diante dos seus olhos, mal póde amar a Deos que está occulto, e encuberto à sua vista;
ibi:

ibi: *Si quis dixerit quoniam diligo Deum, & fratrem suum oderit, mendax est; qui enim non diligit fratrem suum, quem videt; Deum, quem non videt, quomodo potest diligere?*

15 E como os senhores, e possuidores de escravos, que lhes não dão o sustento, nem o vestuario, nem os curaõ, e trataõ nas enfermidades, não amaõ ao seu proximo por obra; pois com as obras he que o proximo se deve amar, como diz o mesmo S. Joaõ *ubi sup. cap. 3. vers. 18. ibi: Fratres non diligamus verbo, neque lingua, sed opere, & veritate;* segue-se, que nem ao proximo, nem a Deos amaõ, e por consequente negaõ a baze, e fundamento da mesma Ley que professaõ. E não cuidem alguns, que satisfazem a esta dita obrigação com lhe deixarem

rem livres os Domingos, e dias santos; porque ainda este he erro peor, que o primeiro, pelo mais que lhe accresce, de darem com isso occasião aos escravos de faltarem nesses dias ao preceito da Igreja; e neste ponto basta, que oução, ou lêaõ a Constituição do Arcebispado, geralmente recebida, e mandada observar nelle, e em todos os Bispados suffraganeos; a qual no n. 379. diz o seguinte.

16. *Naõ he menos para estranhar o des-humano, e cruel abuso, e corruptella muito prejudicial ao serviço de Deos, e bem das almas, que em muitos senhores de escravos se tem introduzido; porque aproveitando-se toda a semana do serviço dos miseraveis escravos, sem lhes darem cousa alguma para seu sustento, nem vestido com*
X *que*

que se cubraõ, lhe satisfazem esta di-
vida fundada em direito natural, com
lhes deixarem livres os Domingos, e
dias santos, para que nelles ganhem
o sustento, e o vestido necessario. Don-
de nasce, que os miseraveis servos não
ouvem Missa, nem guardaõ o precei-
to da Ley de Deos, que prohibe tra-
balhar nos taes dias. Pelo que para
desterrar taõ pernicioso abuso contra
Deos, e contra o homem, exhortamos
a todos os nossos subditos, e lhes pedi-
mos pelas Chagas de Christo nosso Se-
nhor, e Redemptor, que daqui em di-
ante acudaõ com o necessario aos seus
escravos, para que assim possaõ obser-
var os ditos preceitos, e viver como
Christãos. E mandamos aos Parochos
que com todo o cuidado se informem,
e vejaõ se continûa este abuso, e achando
alguns culpados, e que não guar-
daõ

daõ esta Constituição, procederão contra elles na fôrma do decreto antecedente no n. 378.

17. Este numero 378. *in fine*, ao qual se refere neste lugar a Constituição, diz assim: E o que fizer o contrario o Parocho o condemnará pela primeira vez em dez tostões, pela segunda em dous mil reis, e pela terceira em quatro mil reis applicados para a fabrica do corpo da Igreja; e perseverando na contumacia, fará logo avizo ao nosso Vigario Geral, para proceder comò for justiça: e contra o Parocho que não der à execução este decreto, se procederá com todo o rigor. E no n. 380. *sic habet*: As mesmas penas haverão, e se procederá do mesmo modo contra os lavradores de canas, mandiocas, e tabacos, consentindo que seus negros, e servos traba-

lhem nos Domingos , e dias santos publicamente , fazendo roffas para si , ou para outrem , pescando , ou descarregando barcas , ou qualquer outra obra de serviço prohibido nos taes dias ; salvo havendo urgente necessidade , e pedindo-se para isso (como dizemos em outro lugar) licença.

18 De forte que o Domingo devem os senhores deixar livre aos escravos, naõ para ganharem o sustento do corpo, fenaõ para receberem o pasto espirital da alma; para hirem à Missa de manhã, e para no resto do dia aprenderem a Doutrina Christã; e isto he o que Deos manda, o que a Constituição ordena, e o que Sua Magestade tem recomendado com sevéras insinuações, como consta de huma carta de 7. de Fevereiro de 1698. registada

registada na Secretaria do Estado, que diz o seguinte: Sou informado que não basta o cuidado dos Prelados, nem os provimentos que deixão nas visitas, para que algumas das pessoas poderosas dessa Capitania guardem os dias santos da Igreja, como devem os Christãos; e que também nelles não dão a seus escravos o tempo necessario para assistirem nas Igrejas, e aprenderem a Doutrina Christã. E ainda que esta materia pertence à obrigação dos Bispos; vos ordeno, que procureis ajudallos, para que as suas ordens se executem neste particular, e que pela vossa parte façais tudo o que pudéres para que se evite este escandalo, e prejuizo das almas dos pobres escravos: e quando desta advertencia não resulte a emenda necessaria, me dareis conta, para que eu possa passar à

à demonstração de castigo, que for servido darlhes. Esta materia vos hey por muito recomendada, e mandareis registrar esta carta nos livros dessa Secretaria, para que todos vossos successores a dem à sua devida execução.

19 E quanto a outros possuidores de escravos, que por essas fazendas, engenhos, e lavras mineraes, lhe deixaõ livre o dia do Sabbado, para nelle adquirirem o sustento, e o vestido; cuido, que ainda isto os não desobriga, e que nem o devem, nem o pôdem praticar; porque como, moralmente fallando, he impossivel, que em hum só dia adquirão os pobres pretos, com que passar todos os sete da semana, o negocio se reduz aos termos de lhes darem nella o tal dia, para furtivamente o haverem; e ainda que a
necessi-

necessidade do escravo poderá ser algumas vezes tal, que o escuze de peccado; não sey com tudo, que deixem^{de} ficar ligados nelle estes seus possuidores; porque a obrigação não he de lhes darem tempo, senão de lhes darem especificamente o sustento; e não sómente o sustento, senão também o vestido, e tudo o mais necessário para viverem; e isso não de qualquer sorte, senão com proporção, e abastança, como diz S. Paulo *ubi sup.*: *Domini, quod justum est, & æquum servis præstate*; e segundo accrescenta S. João Chrysostomo, ha de ser de forte, que não necessitem de outro algum adjutorio de terceira pessoa; *ut habet Homil. 10. ad hunc textum, ibi: Quid verò justum est, quid æquum? Omnia abunde suppeditare, & non ita,*
ut

ut aliorum ope indigeat.

20 E o darem aos escravos o Sabbado para tudo adquirirem, he taparlhes com isso a boca, para que se não queixem, por lha não poderem directamente tapar, para que não comaõ; quando para que não fossem comer o paõ alheyo, e furtado, deviaõ, e devem taparlha com o proprio diariamente repartido; isto he, devem darlhe sufficiente raçaõ de farinha, com seu conducto, e não raçaõ de tempo; porque o tempo não he alimento, e cousa comestivel; e he certo, que quem tem de pagar alguma divida, para ficar exonerado de todo, não ha de dar huma cousa por outra, ou a estimaçaõ della ao seu crédor; como he expresso *text. in L. 2. §. 1. ff. de reb. cred., U in L. eum 16. cod. de*

de solut., & in princip. Instit. quib. mod. tollit. obligat. in verbis: Tollitur autem omnis obligatio solutione ejus, quod debetur: Onde Vinnio commentando estas palavras n. 2. diz: Rectè ejus quod debetur; nam aliud pro eo, quod debetur, invito creditore solvi non potest, ut sequatur liberatio; L. 2. §. 1. de reb. cred. L. eum 16. cod. de solut. Veluti si pro pecunia debita certa species obtrudatur creditori, vel pro specie debita offeratur alia species, aut speciei debitæ æstimatio.

21 Além disto o sustento he o jornal dos escravos, como diz Aristoteles lib. 1. æconom. cap. 5. ibi: *Servi merces cibus est*; e por esta conta, o não dar o sustento aos escravos, tanto monta, como não pagar o jornal aos que trabalham, que he o quarto dos peccados, que clamaõ

ao Ceo vingança, que por isso com mayor severidade os castiga Deos nesta, e na outra vida. E para não incorrer na sua Divina indignação, deve cada hum dos possuidores de cativos seguir proporcionalmente o exemplo daquella forte Heroína decantada *in cap. 31. Proverb.*; a qual ainda antes de sahir a Aurora, já se achava a pé dispondo, e repartindo o sustento de todo o dia, que logo entregava a cada hum dos seus escravos, e escravas, quando pela manhã lhes consignava a todos a tarefa; *ut exponit A' Lapide in dict. cap. ibi: Ante auroram noctu surgit, ut servis, & ancillis:: præparet, tribuatque cibos, utque totius diei opera, & pensa inter eos partiatur.*

22 E ultimamente esteja certo, de que assim como os senhores tem

os olhos nas mãos dos escravos, para que trabalhem, e os sirvaõ; tambem os escravos tem os olhos nas mãos dos senhores, para que os sustentem, vistaõ, e tratem nas enfermidades; e que taõ fitos os tem nellas, esperando a sua compaixaõ, que David os tomou para exemplificação do quanto temos, ou devemos ter os nossos nas mãos de Deos, esperando a sua Divina misericordia; como se vê do Psalm. 122. vers. 2. ibi: *Ecce sicut oculi servorum in manibus dominorum suorum::: ita oculi nostri ad Dominum Deum nostrum, donec misereatur nostri.*

23 E nesta conformidade se queremos, que Deos se compadeça das nossas indigencias, necessario he, que tambem tenhamos compaixaõ das necessidades destes cati-

Y ii

vos,

vos, que são nossos parceiros a seu respeito; como fallando neste mesmo ponto diz S. Paulo *ad Colossens. cap. 4. vers. 1. Domini, quod justum est, & æquum servis præstate, scientes quod & vos Dominum habetis in Cælo*; pois o servo, que se não compadece dos seus conservos, também não merece, que delle se compadeça o Senhor de todos; como insinuou por S. Mattheus *cap. 18. vers. 23. Opportuit & te miseri conservi tui*. E não obsta que sejam negros, rudes, e malevolos; porque huma vez que estão destinados ao nosso serviço, e tem os olhos nas nossas mãos, devemos acudir-lhe com o sustento, e misteres da vida, a seu tempo.

24 Negros são os córvos, rudes os jumentos, e malevolos os brutos;

brutos; mas porque todos faõ do serviço de Deos, para os fins a que elle os destinou, todos tem os olhos nas suas mãos, esperando o de que necessitaõ; como diz David no Psalmo 103. vers. 27. *Omnia à te expectant, ut des illis escam in tempore;* e por isso o mesmo Senhor a todos acode com sua Divina Providencia; como tambem diz no Psalmo 146. vers. 9. *Qui dat jumentis escam ipsorum, & pullis corvorum invocantibus eum;* e no Psalmo 135. vers. 6. *Qui dat escam omni carni.*

25 Demos-lhe pois tudo, e seja com abundancia; que talvez o mesmo será abrirmos bem as mãos para o seu commodo, que abrirem elles melhor os olhos para o nosso serviço. Sejamos liberaes com estes mãos cativos, para que ao menos

menos por este meyo sejaõ, e se
façaõ bons; pois até aos brutos mãos
enche de bondade, o dar, e ser
liberal com elles; como profegue
David no dito Psalmo 103. vers.
28. *Dante te illis, colligent; aperi-
ente te manum tuam, omnia imple-
buntur bonitate.*

QUINTA PARTE.

Do que respeita à correcção.

I **Q**Uanto a esta segunda
obrigação, não ha du-
vida, que devem os
possuidores destes cativos corregir,
e emendarlhe os seus erros, quan-
do tiverem já experiencia de lhes
não ser bastante para esse effeito
a palavra; porque se o escravo for
de

de boa indole , poucas vezes errará , e para emenda dellas , bastará a reprehensão ; mas se for protervo , ou travesso , continuadamente obrará mal , e será necessario para o corregir , que a reprehensão vá acompanhada , e auxiliada tambem com o castigo.

2 Nesta conformidade permitem as leys humanas a correcção , emenda , e castigo dos servos , dos escravos , e dos domesticos ; *ut deducitur ex text. , & glos. in L. unic. cod. de emend. servor. & in L. unic. cod. de emend. propinq. ; in verbis ibi : Tribuimus potestatem , ut quos ad vitæ decora domesticæ laudis exempla non provocant , saltem correctionis medicina compellat ;* e nesta conformidade se entende tambem proceder a obrigação de corregir os domesticos , os servos , e os escravos ,
involuta

involuta no quarto preceito da Ley Divina; como explicaõ os Theologos; *U de qua Navarr. d. cap. 14. n. 21., U Abreu instit. Paroch. dict. lib. 8. cap. 7. n. 393.*

3 Quanto seja louvada esta correccaõ, disciplina, e castigo christaõ, he ponto diffuso, longo, e extenso, cuja exposiçaõ nos naõ permite o ligeiro passo, que levamos neste Discurso. No *tom. 9. de Santo Agostinho* se acha o tratado *de bono disciplinæ*; onde o Santo Doutor, entre outros elogios, lhe chama mestra da Religiaõ, e mestra da verdadeira piedade: *Disciplina magistra est religionis, magistra veræ pietatis*; porém accrescenta logo, e declara, que falla da disciplina, e correccaõ prudente, que nem escandaliza com a reprehensaõ,

saõ, nem offende com o castigo : *Que nec ideo increpat, ut lædat; nec ideo castigat, ut noceat*; e por isso para que o castigo dos escravos seja pio, e conforme a nossa religião, e christandade, he necessario que se ministre com prudencia, excluidas todas as desordens, que no seu uso muitas vezes pôde intervir; para o que deve ser bem ordenado quanto *ao tempo*; bem ordenado quanto *à causa*; bem ordenado quanto *à qualidade*; bem ordenado quanto *à quantidade*; e bem ordenado quanto *ao modo*.

4 Primeiramente para o castigo ser bem ordenado quanto *ao tempo*, não se deve ministrar logo *in continenti*, quando o escravo fizer o erro, ou commetter o delicto; he necessario meter em meyo algum

Z inter-

intervallo, mayor, ou menor, conforme a gravidade do caso, attentas as circumstancias occurrentes: e a razã he; porque a deformidade do erro, ou do delicto, naturalmente altera os espiritos, e alterados elles, se commove logo a ira; como explica Abreu *ubi sup. dict. lib. 8. cap. 15. n. 671.*; e o castigo não se deve ministrar com colera, e furor, senão com brandura, e caridade; e por isso he necessario esperar que os espiritos socegum, e que a turbacão movida pela colera se serene; que isto he o que S. Paulo chama dar lugar à ira; *in Epist. ad Roman. cap. 12. vers. 19. ibi: Date locum iræ*; pois em outra fôrma, o furor com que o senhor castiga, provoca tambem a ira do escravo castigado, e desordenada a correccão, em vez de

de ser a que Deos manda , fica sendo a que o demonio influe.

5 Por isso o mesmo S. Paulo *ad Ephes. cap. 6. vers. 4.*, fallando neste ponto , aconselha, que os filhos de tal fórte sejaõ educados, e castigados, que juntamente não sejaõ provocados; chamando ao castigo assim acautelado, disciplina, e correção de Deos; *ut patet ibi: Et vos patres, nolite ad iracundiam provocare filios vestros; sed educate illos in disciplina, & correctione Domini;* e Baptista Du-Hamel *in annotationibus ad hunc locum*, commenta: *non ex impetu, & ira castigandi*; donde fica claro, que o castigo dado logo *in continenti*, quando o filho, ou escravo erra, pela desordem do tempo, fica pervertido, de fórte que já não he ensino, fenaõ vingança;

naõ he zelo, fenaõ ira; e em fim
naõ he disciplina, e correcção de
Deos, fenaõ que he correcção, e
fanha do demonio.

6 E naõ vem em confideração
o dizerem alguns destes possuido-
res de escravos, que se os naõ cas-
tigarem logo *in continenti*, em quan-
to naõ esfria o calor da colera,
menos os castigarão depois de ex-
tincta ella; dando por razão, que
a experiencia lhe tem mostrado,
que passado aquelle primeiro furor,
e indignação, perdoado vay o er-
ro; ou o delicto do escravo; por
naõ estar já entaõ em feu animo, tor-
nar-se a alterar novamente para o cas-
tigo; porque isto he dar por des-
culpa, outra culpa, e he confessar
de plano, que nelles naõ obra, nem
póde obrar o racional, e que só-
mente

mente obra, e pôde obrar o sensitivo. Saibaõ pois, que a mansidaõ comprehende em si dous actos, que saõ reprimir a ira, quanto for desordenada, e excitalla quanto for conveniente; e eis aqui o que em taes termos devem seguir; reprimir os primeiros motos, e furor da colera; mas naõ a deixar esfriar tanto de todo, que tire o animo de castigar.

7 No *cap.* 13. dos Proverbios *vers.* 24. se diz, que quem ama o filho, a cada passo o corrije com o castigo: *Qui autem diligit illum, instanter erudit*; e conforme a raiz Hebreá: *Qui filium diligit, diluculo quærit ei castigationem*; quem ama a seu filho, logo de madrugada o castiga. Os Rabinos fundados nesta versaõ, entendida por elles em sentido

tido errado; ensinavaõ, que os pays logo de manhã deviaõ aco-
tar seus filhos, para que a lembran-
ça do castigo matutino lhes fizes-
se esquecer as travessuras diurnas.
O sentido porém mais vulgar, e
commua exposiçaõ deste texto he,
que logo na puericia (que he a
aurora, ou madrugada da vida) de-
vem os pays amantes de seus filhos,
tratar de os corregir, e castigar;
pois naõ he negocio este de pouca
importancia, para que se possa dif-
ferir para a tarde; sennaõ que para
ter bom exito, deve ser procura-
do logo de manhã, e de manhã
muito cedo. Jansenio mais ao in-
tento diz, que este castigo se deve
reservar para a madrugada, porque
a esta hora se achaõ os humores
focegados, temperadas as paixões,
e

e pacificado igualmente o animo dos pays, e que por isso he bem ordenado tempo este da madrugada, para que nem o castigo seja diminuto, nem tambem seja excessivo.

8 Boas innegavelmente são estas ditas exposições; porém cuido que a madrugada de que alli se falla, não he a natural do dia, senão a metaphorica da razão; por quanto a colera verdadeiramente he noite do entendimento; pois assim como a noite natural, segundo escreve Bluteau, *dicitur à nocendo*, por impedir que exercitem os olhos o seu natural officio, que he ver; assim tambem a colera por impedir, que o entendimento exercite o seu natural officio de conhecer, e raciocinar, he para elle a sua noite.

E

E assim como a noite tem quatro partes, que são as quatro vigias, em que a dividirão os Romanos; assim também a paixão da colera tem quatro termos, em que dividem os physicos as suas crises, que são; principio, correspondente à primeira vigia; augmento, correspondente à segunda; declinação, correspondente à terceira; e fim, correspondente à quarta.

9 O que posto, o dizer o texto na raiz Hebréa, que o pay que ama o filho, procura castigallo de madrugada, val o mesmo que dizer, que o pay não castiga o filho que ama, em quanto a colera está no principio, nem em quanto está no augmento, ou na declinação; senão quando se achá já finalizando; porque já então as ultimas sombras desta

desta noite se despedem, e vem outra vez rayando, e subindo a aurora, e luz da razão. E isto mesmo he o que devem seguir os possuidores de escravos, que confessaõ não poderem castigar sem colera. Não o fação logo no principio della; esperem fim, que decline, e que vá já chegando-se ao fim; de forte, que o crepusculo, ou resto della, apenas lhes sirva de brando estímulo, para entrarem no castigo, e não lhe sirva de impulso violento, para o executarem; que esta no sentido em que fallamos, parece ser a energia daquellas palavras do texto: *Diluculo querit ei castigationem*; as quaes denotaõ acção obrada com advertencia, e conhecimento, e não com violencia, e precipitação.

Aa

Em

¶ IO Em segundo lugar para o castigo ser bem ordenado *quanto à causa*, he necessário que preceda a culpa; porque a culpa he a causa, pela qual se dá o castigo, como diz Santo Agostinho *lib. 1. retract. cap. 9.*; e como não pôde haver effeito sem preexistencia da sua causa; por isso não pôde haver castigo bem ordenado, onde não precedesse culpa; como são expressos textos *de jure canonico, in cap. inventum 16. q. 7. ¶ in cap. Joannes 23., ¶ cap. ult. de homicid., ¶ de jure civili, text. in L. Sancimus 22. cod. de penis.*

¶ II Donde vem, que se o escravo não der causa, peccado será castigallo; e peccado abominavel nos olhos de Deos; como diz Salamaõ nos Proverbios *cap. 17. vers. 15.*

ibi:

ibi: *Qui justificat impium, & qui condemnat justum, abominabilis est uterque apud Deum.* A boa ordem pede, que se condemnem os delinquentes, e que se absolvaõ os que não tem culpa: logo assim como he grande desordem, deixar de castigar a quem dá causa errando, ou delinquindo; assim tambem igual desordem he, castigar a quem nem errando, nem delinquindo, deu causa alguma para o castigo; e como a desordem he igual; por isso nos olhos Divinos he tambem igual a abominação; como tem A' *Lapide in dict. text.* ibi: *Ex æquo abominatur Dominus tam eum, qui scelestum absolvit, quàm qui innocentem damnat.*

12 Antigamente tinhaõ os Romanos *jus vitæ*, & *necis* nos escravos, e podiaõ conforme as suas

leys, castigallos sem causa alguma; como refere Justiniano *in* §. 1. *U* 2. *Instit. de his, qui sui, vel alien. jur. sunt*; porém o mesmo Justiniano, conformando-se com outras constituições de seus predecessores, abrogou este jus, e desterrou do seu Imperio este abuso, esta desordem, e esta excessiva crueldade; *ut habet dict. §. 2. ibi: Sed hoc tempore nullis hominibus, qui sub Imperio nostro sunt, licet, sine causa, legibus cognita, in servos suos, supra modum sevirere.*

13 Nas fazendas, engenhos, e lavras mineraes, ainda hoje ha homens tão inhumanos, que o primeiro procedimento que tem com os escravos, e a primeira hospedagem que lhe fazem, logo que comprados apparecem na sua presença, he mandallos açoitarem rigorosamente,

te, sem mais causa que a vontade propria de o fazer assim, e disto mesmo se jactaõ aos mais, como inculcando-lhe, que só elles nascerão para competentemente dominar escravos, e ferem delles temidos, e respeitados, e se o Confessor, ou outra pessoa intelligente lho estranha, e os pertende meter em escrupulo; respondem, que he licita aquella prevençaõ, para evitar que os taes escravos no seu poder procedaõ mal, e para que desde o principio se façaõ, e sejaõ bons; e que humavez que saõ seus, entra a regra de cada hum poder fazer do seu o que mais quizer, na fórma que entender.

14 Saibaõ pois estes senhores, ou possuidores de escravos, que esta Theologia rural, he o avêssoda

da Theologia christã; porque a Theologia christã uniformemente segue por primeiro, e indubitavel principio: *Quòd non sunt facienda mala, ut eveniant bona*; e a sua Theologia silvestre lhes dicta às aveffas, que pôdem fazer de presente mal, se lhe resultar delle bem para o futuro. Dicta a Theologia christã, que não he licito dizer huma mentira leve, ainda que della certamente se seguisse a conversão de todo o mundo; e dicta a Theologia agreste destes regulos, que pôdem commetter a abominação, e crueldade de castigar sem culpa o seu escravo, para que dahi resulte o ser bom para o futuro, e isso sem terem certeza de que este effeito infallivelmente se configa por tal meyo; nem tambem saberem ainda,

da, se o novo escravo he já de presente certamente máo.

15 Saibaõ mais, que a regra de Direito, de que cada hum póde fazer do que he feu o que quizer, e lhe parecer, todos a sabem dizer; mas poucos saõ os que a entendem; pois procede sómente nos termos, de que cada hum faça do feu aquillo que quizer, se aliás as leys lho não vedarem, e prohibirem; e as leys Divinas, e humanas, como fica dito, prohibem que se castiguem os servos sem precedencia de causa. Esse abuso, além da sobredita abominação, que tem nos olhos de Deos, involvia prejuizo da republica, e continha injuria, e desprezo da condição de pessoa humana, e a tudo isto attenderaõ as leys, para que reconheçaõ

nheção os senhores, que aquelles escravos a quem a desgraça meteo na sua sujeição, a natureza os constituiu no mesmo grão de igualdade com elles; *ut perbene Vinnius ad text. in §. sed hoc tempore 2. Inst. de his qui sunt, sui, vel jur. n. 3. ibi: Est quidem unusquisque rei suæ moderator, & arbiter. L. 1. in re mandata, cod. mand. in tantum ut ea etiam abuti possit. L. Sed & si 25. §. consulit, de hær. pet. Cæterum interest rei pub. huic arbitrio modum à lege præscribi; nè privati fortunis suis abutendo, publico noceant. Accedit hinc conditio personæ, quæ licèt fortunâ servus, homo tamen est, & jure naturæ domino æqualis.*

16 Oução tambem para sua confusão, o que a este intento disse o Seneca, sendo hum gentio, que

que não professava a Ley de Deos; o qual na *Epistola* 45. que escreveo a Lucillo, louvando-lhe a humanidade, e a prudencia, com que tratava familiarmente os seus escravos, accrescentou: Adverte que estes miseraveis, que a fortuna meteo debaixo da tua sujeição, escravos são, mas também são homens; servos são, mas conservos, e companheiros teus; não tanto são teus servos, como são amigos teus, posto que mais humildes; ibi: *Ex his qui à te veniunt, cognovi familiariter te cum servis tuis vivere: hoc prudentiam tuam decet. Servi sunt, immo homines; servi sunt, immo contubernales; servi sunt, immo humiles amici; servi sunt, immo conservi; si cogitaveris tantundem in utroque licere fortunæ.* E na *Epistola* 46. profe-

Bb

gue:

gue: Olha que effe a quem chamas teu escravo, nasceo da mesma forte, que tambem tu, sendo senhor, nasceste; goza do mesmo Ceo, da mesma respiração, e da mesma vida que tu gozas; e em fim has de ter a mesma morte, que tambem elle terá; ibi: *Cogita quem servum vocas ex iisdem feminibus ortum; eodem frui Cælo, æquè spirare, æquè vivere, æquè mori*; sómente lhe faltou dizer, olha que tem o mesmo Pay no Ceo, e teve o mesmo Redemptor na terra, e com o preço do mesmo sangue de Jesu Christo, tu, e elle foraõ libertados da infame escravidão de Satanás.

17 Em terceiro lugar, para o castigo ser bem ordenado *quanto à qualidade*, não deve passar de palmatoria, disciplina, cipó, e prizaõ; porque

porque as mais qualidades de supplicio, no governo domestico, e economico das familias, são reprovadas, e prohibidas; e nesta conformidade, não podem os senhores espancar com grossos bordões aos seus escravos; porque isto he crueldade, e inhumanidade. Em todos os lugares dos Proverbios já acima citados, e transcriptos, quando se falla no castigo dos domesticos, não se usa de outra palavra, senão do nome *virga*; e este não significa bordões, e varas grossas; senão que significa a palmatoria, e tambem as vergontas das arvores, que são varinhas delgadas, como as de mar-meleiro, de que se usa na Europa; ou como os cipós delgados, de que usamos no Brasil; e nisto mesmo veyo a insinuar o Espirito San-

to a prohibiçaõ de se espanearem os domesticos com bordões, ou com outros semelhantes instrumentos grossos, e pesados.

18 Compáraõ alguns AA. os filhos, os domesticos, e os mais commençaes de hum pay de familias bem governado, aos ramos novos das oliveiras, fundados naquellas palavras do Psalmo 127. verso 3. *Filii tui, sicut novellæ olivarum*; e da oliveira diz Plínio, que supposto seja necessario varejarlhe os ramos novos, para no seguinte anno se emendarem, e produzirem fructo; com tudo não se deve fazer esta diligencia com varas, e instrumentos grossos, e pesados; senão com varinhas delgadas, e leves, como as canas; e isso de forte que não fiquem os ramos encontrados
huns

huns com outros, ou entalados entre a vara, e o tronco da oliveira; porque em outra fôrma quebrão-se os ramos, e atraza-se a fecundidade para o futuro; *ut habet lib. 15. cap. 3. ibi: Quidam perticis discutiunt cum injuria arborum, sequentisque anni damno; qui cautissimè agunt, arundine, levi ictu, nec adversos percutiunt ramos;* e eis aqui o que devem imitar, e seguir os possuidores dos escravos, quando os castigaõ; fustigallos com o cipó a varejar, e naõ darlhe com o bastão a derrear; e se o varejo for ministrado com a palmatoria, ha de descarregar os golpes sobre a mão pendente, ou levantada no ar, e naõ sobre ella, entalada, e estendida no bofete.

19 Do mesmo modo he reprovado no castigo de açoutes farjar depois

depois delles, ou picar as nadegas dos escravos, tomando a esse fim o pretexto de se ordenarem semelhantes sangrias, a evacuar por este modo o sangue que ficou pisado, e se póde apostemar. Por certo que transformados já em lobos, e urfos, estão no meyo desses matos, por essas fazendas, engenhos, e lavras mineraes os homens (ou não homens) que tal fazem. Este furor, esta braveza, esta sanha, e esta crueldade degenéra de humana, e passa já a ser ferina; pois como bem reconheceo, e disse o Seneca *lib. i. de clem. ad Ner. Ferina est rabies sanguine gaudere, & in silvestre animal transire.* A mesma, ou mayor crueldade he, findos os açoutes, cauterisar as pisaduras com pingos de lacre derretido, e o usar de outros seme-

femelhantes tormentos, que cada hum destes monstros da soberba (raiz de todos os seus excessos) idéa, e executa nos miseraveis servos.

20 Saibaõ pois, que isto, e tudo o mais que inventar a sua crueldade, lhes está prohibido por leys humanas, e tambem pelas Divinas; e que se não estende a tanto excessso o poder, e o direito que tem na emenda, e correccão dos seus escravos; pelas humanas o diz, e prova Arouca *ad L. 4. §. 1. ff. de stat. homin. n. 18. ibi: Hinc etiam procedit, quia servitus est subjeçtio contra naturam; jus quod habent domini in emendatione servorum, ut cervicosos subjugare valeant, virgis, loris, aut vinculis: non tamen fustibus, lapidibus, veneno, ferarum unguibus, aut igne*

igne, vel asperitate maiori, quæ naturam hominum excedat. L. 1. cod. de emend. servor. L. 2. ff. de his qui sunt sui; e pelas Divinas o explicaõ os Theologos, que por diffusos se naõ transcrevem; U' videre est apud Bonacin. tom. 2. disp. 6. q. unic. punct. 8. n. 6. Trullench. lib. 4. cap. 1. dub. 6. n. 2. Dian. p. 7. tract. 7. resol. 47. Salmanticens. tom. 6. tract. 24. n. 114. U' n. 146. qui alios plures citant.

21 Em quarto lugar, para o castigo ser bem ordenado no que respeita à *quantidade*, ou *extensaõ*, deve-se proporcionar, e medir pela *mayoria*, ou *minorã* da culpa; porque assim o determinaõ, ainda para o foro criminal punitivo dos delictos publicos, as leys de hum, e outro Direito, dando ambos por regra geral, e primeiro principio:

Quod

Quod pœna debet culpæ respondere, & delicto commensurari; ut de jure Canonico est text. in cap. felicitis vers. cæterum, & §. illud autem in fine de pæn. in 6. text. in cap. non afferramus 24. q. 1. & in cap. quæfivit de his quæ fiunt à maior. part. cap. & de jur. Civili text. in L. Sancimus 22. cod. de pæn. cum suis concordantibus.

22 Cinco vezes açoutaraõ os Hebreos a S. Paulo pelos crimes, e delictos continuos, que imaginavaõ commettia na prégaçaõ da Ley Evangelica, e em nenhuma dellas excederaõ o numero, e menfura de quarenta açoutes; antes por naõ chegarem a completallo, em cada huma lhe deraõ sómente trinta e nove; como o mesmo Santo refere *Epist. 2. ad Corinth. cap. II. v. 24. ibi: A' Judæis quinquies, quadra-*

Cc

genas,

genas , una minus accepi ; e a razaõ que tiveraõ para diminuir foy ; porque nas leys do Deuteronomio se dispunha, que pelo delicto mayor, que se podesse commetter, sendo daquelles que por sua qualidade eraõ puniveis com açoutes, poderiaõ orsar até o numero de quarenta; porém naõ o poderiaõ exceder; ut habetur in cap. 25. vers. 2. ¶ 3. ibi : Sin autem eum , qui peccavit , dignum viderint plagis : prosternent , ¶ coram se facient verberari. Pro mensura peccati , erit ¶ plagarum modus : ita dum taxat , ut quadragenarium numerum non excedant; e por se naõ exporem ao perigo de exceder, elegiaõ antes o diminuir.

23 E isto he o que tambem os possuidores de escravos proporcion-

nalmente devem observar a respeito da quantidade do castigo, e principalmente nos açoitos. Se o escravo merecer tres duzias, castigue-se com duas taõ sómente; e se merecer duas, basta que se castigue com duzia e meya; e merecendo huma duzia, commute-se, e troque-se o castigo pelo da palmatoria; de sorte que sempre do supplicio merecido, depois de justamente commensurado com o erro, ou delicto, sempre se lhe diminua alguma parte, como os Hebreos faziaõ, e observáraõ com S. Paulo; pois ainda que aquella ley do Deuteronomio, com todas as mais leys cerimoniaes, e judiciaes, espiráraõ pela Ley Evangelica, como ensinaõ os Theologos; *cum quibus* Navarr. in *Manuali* cap. II. n. 2.

24 Com tudo a doutrina que ellas continhaõ, e a sua razaõ de decidir, sempre persevera; *ut notatur in glos. verb. decimarum: in cap. 1. de decimis; U cum Divo Thom. U aliis, dat Cardos. verb. præceptum n. 2. U deducitur ex illo D. Paul. ad Roman. cap. 15. v. 4. Quæcumque enim scripta sunt, ad nostram doctrinam scripta sunt; ubi Du-Hamel sic habet: Id obiter advertit, quæ scripta sunt in veteri Testamento, ad utilitatem nostram, U instructio-nem, scripta esse. E nesta conformidade devem-se arbitrar os açoutes aos escravos, naõ aos duzentos, aos trezentos, e quatrocentos, como se acha já taõ usado nessas fazendas, engenhos, e lavras mineraes, que naõ sómente passa este abuso sem se corrigir, senaõ que*

que nem ao menos se estranha; antes agora se estranhará talvez o estranhar-se; devem-se fim arbitrar aos vinte, aos trinta, e aos quarenta; e bom conselho será, que ainda os quarenta se não completem, quando se punir o mayor erro, ou crime do escravo.

25 Pois ainda que a Ley, e Ordenação do Reino, conformando-se com a dita ley do Deuteronomio, prescreveo, e consignou para os escravos o numero de quarenta açoitos; *ut probatur ex lib. 5. tit. 62. §. I. in verbis: Por tormento de açoitos, que lhe serão dados, com tanto que os açoitos não passem de quarenta; com tudo assim como os Hebreos dos quarenta ainda tiravaõ hum, bem he que nós os Chriftãos tiremos ao menos seis, ou sete;*

te; porque o vinculo do amor do proximo na Ley Evangelica ficou mais atado, e apertado, por virtude daquellas palavras de Christo Senhor nosso: *Joan. cap. 13. vers. 34. Mandatum novum do vobis, ut diligatis invicem sicut Ego dilexi vos*; do que até então o fora na Ley Escrita por força das outras do Levitico *cap. 19. vers. 18. Diliges amicum tuum, sicut te ipsum.*

26 E por isso se então era coufa torpe, que depois de castigado apparecesse nos olhos do proximo o delinquente, ferido com mais de quarenta açoutes; como o Senhor alli lhes declarou: *Nè fæde laceratus ante oculos tuos abeat frater tuus*; coufa indigna será agora entre nós, que o nosso escravo, que he nosso irmão, e nosso proximo,
nos

nos appareça, e tenhamos animo de o ver punido com mais de trinta; que ter animo de o ver, e nos apparecer com cem, duzentos, trezentos, e quatrocentos, isso he desprezar as Leys Divinas, como infiel; não respeitar as humanas, como barbaro; e seguir as da fereza, e crueldade, como bruto.

27 Em quinto, e ultimo lugar, para o castigo ser bem ordenado quanto *ao modo*, he necessario que se não exceda este, nem nas obras, nem nas palavras. Nas obras se excede, fustigando-se os escravos pelo rosto, pelos olhos, pela cabeça, e pelas mais partes irregulares; e nas palavras se excede, quando entre as expressivas da reprehensão se misturão outras inductivas de contumelia, de afronta, e de maldi-
cão

ção, ou execração. Primeiramente não devem os possuidores de escravos dar-lhe desattentadamente pela cabeça, e pelas outras mais partes irregulares do corpo; porque se expõem ao perigo de lhes causar alguma deformidade perpetua no rosto, e de lhes prejudicar nas mais partes gravemente à saúde, e talvez à vida; e isto será obrarem mais como seus verdugos, do que como seus senhores; e será mais usar do poder dominico, para os destruir, do que de castigo economico, para os emendar; e será fazer injuria aos escravos, e tratallos com aspereza, e duramente.

28 O que tudo se acha prohibido, tanto por ley humana, na Constituição Antonina inserta no texto *in §. sed hoc tempore 2. Inst. de his,*

*his, qui sunt sui, vel alien. jur. in ver-
bis: Sed & si vel durius habitos quam
æquum est, vel infami injuria affectos
esse cognoveris, venire jube; como
por Ley Divina; a qual ainda que
fallava sômente dos escravos He-
breos no tempo da Ley Escrita,
com tudo ex vi do amor do proxi-
mo mais vinculado; e apertado na
Evangelica, procede a respeito de
todos, e quaesquer escravos, como
diz Vinnio, commentando a sobre-
dita Constituiçaõ Antonina, ad
text. in dict. §. 2. Instit. ubi proximè
n. 1. ad medium; ibi: Non opprimes
servum, non dominaberis ei durè, ait
Lex Divina de servo Hebræo. Levit.
25. quod nunc prolata vi proximitatis
ad omnes servos debet extendi.*

29 E naõ sômente he semelhan-
te excessõ repugnante às Leys Di-

Dd

vinas,

vinas, e humanas, fenaõ que tam-
bem he proprio de brutos, e feras
irracionaes; por isso o Ecclesiasti-
co reprehendendo destes excessos
aos senhores, lhes diz: Naõ queirais
fer como o Leaõ, opprimindo os
vossos domesticos, e destruindo os
escravos, ou sujeitos ao vosso po-
der; *ut habetur cap. 4. vers. 35. No-
li esse sicut leo in domo tua evertens
domesticos tuos, & opprimens subje-
ctos tibi;* no que parece fallava es-
pecificamente com estes senhores,
que os castigaõ desattentadamente;
pois assim como o Leaõ investe,
e despedaça a preza, sem reservar
cabeça, olhos, e mais partes prin-
cipaes do corpo; antes talvez por
estas principia o seu furor; assim
tambem o fazem elles descarregan-
do os seus golpes, e pancadas, des-
humana-

humanamente por todo o corpo ,
sem exceiçaõ de parte alguma.

30 Mas o que daquilhes resulta , he a fuga dos escravos , assim lefos , e offendidos ; os quaes de tal forte se ausentaõ , que rara vez voltaõ , e apparecem , por mais diligencia , e cuidado , com que os busquem , como quotidianamente succede ; cumprindo-se à risca o que tambem o mesmo Ecclesiastico lhes pronosticou no *cap. 33. vers. 32. ibi: Si læseris servum injustè, in fugam convertetur; Et si extollens discesserit, quem quæras, Et in qua via illum quæras, nescis*; e quando lhes não fujaõ , ficaõ com mais esses inimigos de porta a dentro ; porque os escravos assim como , se os tratamos bem , e com amor , ainda que os castigemos para o seu en-

fino, sempre são nossos companheiros, e bons amigos, como disse o Seneca já acima transcripto; assim também pelo contrario, se os tratamos barbara, e afrontosamente, de necessidade ficam sendo nossos domesticos-inimigos; não porque elles de sua vontade o queiraõ fer; senão porque nós com a má, que lhes mostramos, os fazemos; como o mesmo Seneca também disse na dita *Epistol. 35. ibi: Servos non habemus hostes, sed facimus.*

31. Deinde quanto às palavras, não devem os senhores, quando castigaõ os escravos, misturar entre as da reprehensãõ outras injuriosas, e de contumelia, chamando-lhe aquelles infames nomes, que assim como não cabem nos bicos da nossa pena, não deverãõ caber também

bem nos labios da sua boca; porque a reprehensão dos servos para ser recta, não deve ser injuriosa; como advertio Plató *Dialog. 6. de legibus*, ibi: *Est autem recta horum educatio; ut nulla illis contumelia inferatur*. Todos os meys devem ser proporcionados ao fim a que se ordenaõ; *ex L. oratio, ff. de sponsalib. cum similibus*; e se o meyo he vicioso, como este de que fallamos, mal pôde por elle conseguirse o fim virtuoso da emenda, a que o castigo, e a reprehensão se ordenaõ; e cuidando que neste sentido procede o dizerse no *cap. 29. dos Proverbios vers. 19.* que os escravos se não podem doutrinar, e ensinar com palavras: *Servus verbis non potest erudiri*; entendendo-se do ensino feito com palavras más, e afrontosas, e não do que

que se fizer com boas, e doutrinaes palavras; pois estas, claro he que saõ aptas para instruir, e influir doutrina.

32 A boca que profere injurias, he como fonte, ou veyra de aguas infectas de iniquidade; e a que profere palavras sinceras, e justas, he fonte de aguas vivas, e saudaveis; *ut habetur Proverb. cap. 10. vers. 11. ibi: Vena vitæ os justi, & os impiorum operit iniquitatem;* e por isso naõ da primeira, sennaõ da segunda, he que pódem os servos beber a virtude, e doutrina da correccãõ. No Ecclesiastico *cap. 34. vers. 18.* se diz, que trabalhando dous na mesma obra, hum que a váfazendo, e outro que *in continenti* a vá logo desmanchando; ficaõ ambos com trabalho, e nenhum delles

delles com proveito; ibi: *Unus ædificans, & unus destruens: quid prodest illis nisi labor?* E assim succede na obra da correccão, e disciplina, que fabricaõ estes senhores; na qual trabalha a reprehensãõ edificando, e trabalha a injuria, e afronta, destruindo; e o trabalho he em fim o que lhe fica, porém baldado, e sem proveito. Lancem pois fóra da obra a injuria, que destroe, e deixem trabalhar sómente a reprehensãõ, que fabrica, e logo com feliz successo sobrefahirá o edificio.

33 Além de que, a todas estas razões deve prevalecer, na consideração destes possuidores, e injuriadores de seus escravos, para a emenda na presente materia; o ser peccado mortal proferir palavras injuriosas, afrontosas, e tendentes a
tirar,

tirar, e offender a honra, e bom nome do injuriado; e como os escravos tambem entre si pôdem ter sua honra, e seu bom nome, por muitos titulos, como de fieis, bem procedidos, e semelhantes; segue-se, que quando os senhores lhes dizem palavras contrarias, e destructivas delle, e dessa sua tal, ou qual honrinha, nisso mesmo lhe fazem afronta, e injuria mortalmente pecaminosa; pois já nesses termos procede a explanação Theologica de Santo Thomás 2. 2. q. 62. art. 2. ibi: *Si intentio proferentis ad hoc feratur, ut aliquis per verba, quæ proferunt, honorem alterius auferat; hoc propriè, & per se, est convicium, & contumelia; & hoc est peccatum mortale; non minus, quàm furtum, vel rapina; non enim homo minus amat suum*

suum honorem, quàm rem possessam.

34 E se differem, que as profe-
rem sem animo máo, ou sem ple-
na deliberação, não he isso muito
facil de acreditar; pois ainda que
do interno sómente Deos pôde ao
certo conhecer; com tudo no ex-
terno tem contra si as regras em con-
trario, as quaes dictaõ, que tal se pre-
fume fer o animo, e intenção do
agente, qual o mostra fer o mes-
mo facto que obra; *ex juribus*, U
AA. *apud* Barbof. *in loc. com. litera*
E, n. 142. U *litera F, n. 19.*; quanto
mais que neste lugar sómente nos
toca apontar a culpa, e não dispu-
tar, e averiguar o concurso das cir-
cunstancias, que a possaõ escuzar.
O certo he, que os escravos, quan-
do os injuriaõ seus senhores com
contumelias, e opprobrios graves,
Ee tomaõ

tomaõ diſſo conhecida pena; e allegaõ a ſeu favor, que tambem tem alma como os brancos; e que Chriſto Senhor noſſo tambem padeceo, e morreo por elles; e que nas Igrejas, ſenhores, e eſcravos, todos commungaõ na meſma meza; e ſe neſtes termos a colera, ou outra alguma circumſtancia, livra os ſenhores do peccado, baſta ſer ponto dubitavel, e opinavel, para que ninguem neſta materia ſe exponha ao perigo de peccar: *Eo quod, qui amat periculum, peribit in illo;* como ſe diz no *cap. 3. verſ. 27.* do Eccleſiaſtico,

35 Menos devem os ſenhores, e poſſuidores de eſcravos nas occaſiões do caſtigo, e fóra dellas, uzar de pragas, e maldições. Eſte vicio taõ frequente, e geral neſtas Conquiſtas

quiſtas, he muito reprehensivel, e execravel; porque quem pragueja, e lança maldições com ira, e mão dezejo ao ſeu proximo, direitamente ſe oppoem à caridade, que lhe deve; e por iſſo gravemente pecca; *juxta Div. Thom. ubi ſup. dict. q. 76. dict. art. 3. ibi: Maledictio, de qua loquimur, eſt per quam pronuntiat-ur malum contra aliquem, vel imperando, vel optando; velle autem, vel imperio movere ad malum alterius, ſecundum ſe repugnat charitati, qua diligimus proximum; U ita, ſecundum genus ſuum, eſt peccatum mortale: E* como aos eſcravos por domeſticos, e companheiros, ſe deve ter mayor caridade, porque ſão mais proximos que os eſtranhos; por iſſo as maldições, e imprecações contra elles, ainda ſão mayor peccado.

Ee ii

Algu-

36 Algumas vezes em castigo de semelhante culpa, tem Deos nosso Senhor permittido o mesmo effeito, que se impréca, na conformidade do que diz o Ecclesiastico *cap. 4. vers. 6. ibi: Maledicentis enim tibi in amaritudine animæ exaudietur deprecatio illius;* de cuja verdade ha exemplos horrorosos; e tal he o que se refere no Prado Espiritual §. 92. de huma mãy, que estando à meza, e sendo irritada de sua filha, lhe imprecou, que tantos demonios lhe entrassem no corpo, quantas lentilhas tinha comido pela bocca; o que *in continenti* succedee, ficando a filha castigada pela culpa de impacientar sua mãy, e a mãy pela culpa de praguejar sua filha; a filha soffrendo todos aquelles demonios, e a mãy soffrendo a sua pena,

pena, e magoa que lhe causava, e os enfados, que lhe dava taõ tremendo, e afflictivo trabalho; o qual ultimamente cessou na cova de Santa Maria Magdalena, onde a possessa foy levada, e milagrosamente livre.

37 Do mesmo modo foy livre outra mulher no sepulchro de S. Pedro; a qual sendo menina, e furtando huma escudella de leite a seu pay (que a achou com ella já na boca) lhe dissera este que bebesse o leite, e com elle o demonio, e com effeito o bebeo, e trouxe no corpo desde menina até ser adulta; como refere Cefario *lib. 5. Miracul. cap. 15.*; à vista do que temão, e temão os praguejadores dos seus escravos, lhes não succeda o mesmo para seu castigo; pois melhor
he

he que agora tomem exemplo , do que já succedeo a outros de preterito , do que ao depois venhaõ a servir de escarmento aos mais para o futuro; e observem hum documento tirado da doutrina de S. Gregorio Magno , e vem a fer.

38 Quando reprehenderem , e castigarem estes cativos , seja fim o supplicio condigno , e proporcionado; porém as palavras sejaõ sempre amorosas; e pelo contrario , quando lhes fizerem algum bem , ou beneficio , usem entaõ de palavras mais dominantes; para que deste modo , sempre o amor , o poder , e o respeito , reciprocamente se temperem de sorte , que nem os senhores , por rigorosos , deixem de fer amados; nem tambem , por benevolos , deixem de fer temidos,

e

e respeitados; pois diz o Santo Doutor lib. 20. *Moral. cap. 2. ibi: Qui præest, debet arridens timeri, & iratus amari; ut eum, nec nimia lætitia vilem reddat, nec immoderata severitas odiosum.*

39 E em nenhum caso os tratemos com amargura, com ira, com indignação, com gritarias, e clamores, e com pragas, e blasfemias; porque em fim estes cativos são irmãos, e proximos nossos; com os quaes por isso não podemos usar de semelhantes perversidades, que totalmente devemos lançar fóra de nós; como diz S. Paulo *ad Ephes. cap. 4. vers. 31. Omnis amaritudo, & ira, & indignatio, & clamor, & blasphemia, tollatur à vobis cum omni malitia; estote autem invicem benigni.*

SEX.

SEXTA PARTE.

*Do que respeita à instrucção na
Doutrina Christã.*

I **E** Stes miseraveiscativos,
que ou mais, ou me-
nos bem, nos ajudaõ nas depen-
dencias da vida, nos servem, e nos
acompanhaõ, certamente saõ da-
quelles parvulos, de quem lamenta-
va Jeremias *Thren. 4. vers. 4.* o naõ
haver quem lhe partisse o paõ, que
pediaõ: *Parvuli petierunt panem, &
non erat, qui frangeret eis;* porque
na qualidade de pretos, na condi-
ção de servos, na rudeza de enten-
dimento, e na pouca idade chris-
tã, que tem depois de nascidos,
ou renascidos pelo Bautismo, em
tudo

tudo os fez a natureza , e a fortuna pequenos; mas mais propriamente o faõ pela ultima razão de neophitos, e novamente conversos à nossa santa Fé; conforme a allegoria de Sylva verb. *Parvuli*, ibi : *Parvuli dicuntur nuper baptizati, ac recentes in fide*. O paõ, que pedem , he o da doutrina, da erudição, e sabedoria christã; como diz Hugo commentando aquelle lugar : *Panem doctrinæ*; e esta he a que regularmente se lhe naõ parte, e reparte como devêra fer; pois os Parocos se escusaõ, e os Confessores se desviaõ; huns, e outros por occupados.

2 Aos senhores poreõ, que possuem estes cativos , incumbe tambem a dita partição, e repartição; pois tudo quanto os Theologos dizem da Doutrina Christã , que

Ff

os

os pays devem ensinar a seus filhos, declaraõ, que procede igualmente nos senhores a respeito dos seus escravos, e especificamente fallando, dos que sahiraõ da infidelidade^a, o ensinaõ assim Fagund. *in* 4. *Decalog. præcept. cap. 14. ibi: Dominus, qui servum neophytum habet, & non curat eum Doctrina Christiana instruere, peccat lethaliter;* e Navarro *in Sum. latin. cap. 14. sub n. 21. ibi: Trigesimo primo, peccat dominus, vel herus, qui habet servum neophytum, seu novè ad fidem conversum, & non curat per se, neque per alium, Christianam Doctrinam ipsum docere, & quid sit esse Christianum; & subinde qualem vitam agere teneatur.*

3 Donde assim como o paõ de casa, por mais frequente, he o que mais aproveita, e melhor sustenta;

tenta; assim a doutrina de casa he a que como mais util, continuadamente se lhe deve partir, e repartir, para alimonia espiritual, e proficua destas almas; partindo-se com distincão, e separação de cada ponto, e repartindo-se; ou tornando-se a partir com a sua explicação; e tudo isto quanto o permittir a capacidade delles, ajudada da nossa solícita diligencia.

4 Nesta pois devemos entrar levados da consideração, de que cada hum destes cativos, pela boca da sua mesma espiritual indigencia, continuamente nos está clamando, e pedindo este paõ com aquellas palavras *lib. 3. Reg. cap. 3. vers. 7. Ego autem sum puer parvulus, & ignorans egressum, & introitum meum*: Eu, Senhor, sou hum rude

Ff ii

preto,

preto, e parvulo na fé, que não fey por onde hey de entrar, nem por onde hey de fahir; ensinai-me, e instruï-me, para que a mesma doutrina me illustre, e faça sabio, conforme aquillo do Psalmo 18. v. 8. *Testimonium Domini fidele, sapientiam præstans parvulis.*

5 E nesta conformidade entraremos, principiando pelas noticias de quem he Deos, e de como nos creou a todos para si, e de que a alma não morre como o corpo; se não que a espera o premio eterno, se obrarmos bem; ou eterna pena, se obrarmos mal; que o peccado he muito feyo, e horroroso; que devemos levantar os olhos, e as mãos ao Ceo, e esperar de Deos merces, e favores em todas as nossas afflicções, e necessidades. Enfi-
narlhe-

narlhes-hemòs a adorar o Santissimo Sacramento nas Igrejas; e fóra dellas, nas procissões solemnes, e condução aos enfermos; adorar as sagradas Imagens, e reverenciar os Sacerdotes, e Ministros da Igreja; e a este respeito todas as mais observancias praticas da christandade; para que todos estes testemunhos, e documentos da nossa Fé, que forem aprendendo, vão extinguindo nelles as reliquias da cegueira da infidelidade; pois como diz Santo Agostinho *tract. 44. in Joan. sub princip. Cæcitas est infidelitas; illuminatio fides.*

6 Depois disto trabalharemos quanto for possível, para que tomem de memoria a principal parte da Doutrina Christã; que he o Credo, os Mandamentos da Ley de

de Deos, e da Santa Madre Igreja, o Padre Nosso, e Ave Maria, os sete Peccados mortaes, e os sete Sacramentos. E isto mesmo lhe tornaremos a partir, declarandolhe, que no Credo se contém tudo o que deve ter por certo, para bem crer; que nos Mandamentos da Ley de Deos, e da Santa Madre Igreja, se contém tudo o que deve fazer para bem obrar; e no Padre Nosso, e Ave Maria, tem tudo o que deve rezar para bem pedir; nos Peccados mortaes, tem as cousas, e vicios, que devem fugir; e nos sete Sacramentos, o que dignamente devem receber para bem, e salvação das suas almas; que isto mesmo he o que se declara, e dispõe na Constituição Bahiense n. 4. na fôrma seguinte.

Manda-

7 Mandamos a todas as pessoas, assim Ecclesiasticas, como Seculares, ensinarem, ou fação ensinar a Doutrina Christã à sua familia, e especialmente a seus escravos, que são os mais necessitados desta instrucção pela sua rudeza, mandando-os à Igreja para que o Paroco lhes ensine os Artigos da Fé, para saberem bem crer; o Padre nosso, e Ave Maria para saberem bem pedir; os Mandamentos da Ley de Deos, e da Santa Madre Igreja, e os Peccados mortaes, para saberem bem obrar; as Virtudes para que as sigão; e os sete Sacramentos para que dignamente os recebaõ, e com elles a graça que daõ; e as mais orações da Doutrina Christã, para que sejaõ instruidos em tudo o que importa à sua salvação.

8 E não nos devemos logo excusar

cusar desta inevitavel obrigação, com a desculpa geral da pouca sufficiencia, e percepção ordinaria, e regular dos pretos; pois já hoje não vem daquellas terras cativos tão rudes, e buçaes, como algum dia costumavaõ vir; de sorte que antigamente eraõ mais os ineptos que vinhaõ, do que eraõ os que vinhaõ capazes de ensino, e hoje pelo contrario, faõ mais os capazes que vem, do que os rudes, e ineptos; em tal fórma, que actualmente os vemos aprender todas as artes, e officios mecanicos, sem repugnancia, e difficuldade.

9 E além disso; se tem havido aves que aprenderaõ, e repetiraõ orações inteiras, a huma das quaes lhe valeo para livrar milagrosamente a vida, o repetir a Ave Maria
em

em occasião que nas unhas a levava o Gaviaõ arrebatada, como se refere na Arte de criar bem os filhos *cap.* 4.; como pôde ser que homens racionaes, posto que rudes, não possaõ ao menos chegar com a memoria, e entendimento, aonde as aves chegaõ com a fantasia, e potencias materiaes sômente?

10 Para hum Papagayo aprender qualquer pertendida, e destinada locução, duas cousas devem concorrer, que são; a inclinação natural, e instinto, com que elle se applica, e a continua, e frequente diligencia de quem o ensina. Se falta a applicação, e inclinação do passaro; ou se não persevera a diligencia do mestre; entaõ he que se não consegue o intento do ensino. E a este exemplo devemos ver, se

Gg

a

a falta he da applicação, e cuidado do escravo em aprender a Doutrina; ou se he da nossa paciencia, e perseverança em lha ensinar; porque huma, e outra são remediaveis, e muito bem as poderemos supprir, e evitar.

II Porque se acharmos que a falta he da nossa paciencia, e perseverança em o ensinar; o remedio he seguirmos o contrario de ter paciencia, e constancia, e com ella proseguirmos na consideração, de que ensinar o nosso servo, além de ser obrigação que satisfazemos, de si he huma obra santa, e divina; porque he cooperar para a salvação da sua alma; e como disse S. Dionysio Areopagita *cap. 3. de Cælest. Hierarch. Divinorum divinissimum est cooperari Deo in salutem animarum;*

marum; e as obras boas, e virtuosas não se levão ao fim, sem constancia, e trabalho; bem assim como vemos nas obras da natureza, e da arte; as quaes não chegaõ à sua perfeição, senão levadas a puro trabalho, constancia, e paciencia.

12 O pão que comemos, o linho, e lã que vestimos, o azeite, e cera que nos alumiaõ; quantos trabalhos, quantas diligencias, e quanta constancia não foy necessaria para chegarem à perfeição que tem, para o nosso uso? O dinheiro que gastamos, quantas mudanças, e tranzes não passou; e quantas jornadas não andou, desde as veyas das minas até à palma da nossa mão. Hum edificio de marmores burnidos, e lustrados, quantos mi-

liares de golpes não levou a sua fabrica para chegar ao seu ultimo estado, e perfeição.

13 E se tudo pôde o trabalho, e a diligencia junto com a constancia; quem não tiver constancia no trabalho das obras boas, e virtuosas, não logrará a gloria de conseguir, e colher os seus frutos; porque esta planta he de tal casta, que para os produzir, he necessario ser regada com o suor; como disse Santo Isidoro Pelusiet. *lib. 2. Epist. 12. Gloria sudoribus irrigatur*; e nesta conformidade, não devemos desisttir da empreza de ensinar o nosso escravo; senão continuar com paciencia, e sem desesperar, ainda que não vejamos logo, e para logo logrado, e conseguido o nosso intento; que isto mesmo he o que o
Espírito

Espirito Santo aconselha aos pays de familias, e nelles aos senhores, e possuidores de escravos; *Proverb. cap. 19. vers. 18. ibi: Erûdi filium tuum, nè despêres.*

14 E se tivermos outro escravo já perito na Doutrina, por elle poderemos fazer ensinar os que a não souberem; mas sempre he bem que seja na nossa presença, para hirmos corregindo as faltas do instruidor; e tambem porque fóra da nossa vista, o mais certo he não se obrar cousa alguma; que por isso certo Senador Romano, que se servia de multidaõ de escravos, ainda quando elle mesmo os não doutrinava, assistia sempre pessoalmente ao seu ensino com toda a attençaõ, dizendo, que este era, e devia ser o principal cuidado de hum senhor;
ou

ou pay de familias; como refere Erasmo. lib. 5. *Apophet. apud Celad. in Comment. in Ruth. §. 131. ibi: Ille dives magnam servorum turbam domi alebat, quorum præcipuam agebat curam, discentibus adstans: interdum, Et ipse docens eos, dicens, hanc oportere præcipuam esse patris familias sollicitudinem.*

15 E se acharmos que a falta he de applicaçãõ, e cuidado do escravo em aprender; dous remedios temos que lhe applicar. O primeiro he repartirlhe o paõ da doutrina, e repetirlhe tambem à proporçaõ o castigo. Darlhe hum periodo sòmente do *Padre nosso* para estudar, e nos dar conta na seguinte liçaõ; *exempli gratia: Padre nosso, que estás no Ceo.* E se der conta, e boa conta delle, augmentaremos a liçaõ seguinte,

seguinte , levando sempre com ella a antecedente , *exempli gratia*: *Pa-dre nosso, que estás no Ceo: santificado seja o teu nome.* E se ao dar a sua conta tropeçar , emendaremos ; e contados os erros , o castigaremos no fim della , com outras tantas palmatoadas , quantos os erros forem.

16 Faremos como deve fazer o Confessor prudente ; pois assim como este fizudamente , e com dissimulação ha de ouvir o penitente , e hirlhe ensinando sómente o que for necessário para se explicar , e no fim reprehendello , e corrigillo então de todos os peccados juntamente , e não darlhe pelo meyo , a cada peccado sua correccão ; para que isso o não perturbe , e altere , com perigo , ou prejuizo da inteireza

reza da confissão; assim também para que o escravo se não perturbe, e erre mais vezes do que talvez erraria, devemos reservar para o fim o castigo dos erros todos juntamente.

17 E este he o primeiro remédio; com o qual a experiencia tem mostrado, que muitos reputados por rudes aprenderão com felicidade: sendo a razão; porque como estes pretos em todas as operações, que envolvem algum trabalho, são naturalmente frios, e sómente obraõ com fervor nas da conveniencia, e interesse proprio; de sorte que quando comem suaõ, e quando trabalham estaõ frescos, como diz Pexenfelder. *tom. 2. hist. 58. Qui sudant, quando vorant, frigescent, quando laborant*; por isso he necessario aquentallos

tallos tambem com a palmatoria neste ensino, para que com cuidado, e fervor estudem, tomem, e aprendaõ a Doutrina.

18 O segundo remedio he, o de que usou D. Joaõ de Mello Bispo Conde em Coimbra, nos fins do seculo passado. Havia este solícito Prelado ordenado hum claro, e breve resumo da Doutrina Christã para os rudes camponezes; e havia prohibido aos Parocos sob pena de excommunhaõ o desobrigarem da Quaresma a qualquer delles, sem que primeiro o foubesse de memoria; e succedendo hirse queixar ao mesmo Prelado hum velho, da pouca memoria, que Deos lhe dera, e por razã da qual naõ podia decorar o sobredito resumo, rogando-lhe, que com elle dispensasse,

Hh

atten-

attenta a sua idade , e rudeza ; o Prelado o invidou a fazer mayor diligencia , com o premio de dous mil reis de esmola , pelo trabalho de o aprender.

19 E com effeito voltando o camponez , depois de tempo competente , com a lição bem estudada , e melhor sabida , o Bispo o recebeu benignamente , e lhe satisfez os dous mil reis ; mas na retirada o mandou prender , e reter na prizaõ os dias , que com os dous mil reis se pudesse nella sustentar ; por evitar , que os mais camponezes , se quizessem inculcar rudes , por igual conveniencia ; mas publicado o caso logo nos primeiros dias , e fazendo-lhe o camponez humilde petição , em que confessava a sua culpa , o mandou logo soltar , e recolher

lher em paz a sua casa.

20. A este exemplo pois, se virmos, que o nosso escravo, como rude, e brutal, não dá pela vara do castigo, picallohemos com a espora do premio, promettendo-lhe, *exempli gratia*, a camiza, o calção, o chapeo, ou tambem algum dinheiro, se dentro em proporcionado termo der conta da Doutrina, que lhe ensinarmos; porque como estes Africanos naturalmente são cubicosos, e interesseiros, segundo tambem disse o mesmo *Pexenfelder. tom. 3. histor. 145. ibi: Cupida, atque improba sunt servorum ingenia*, pôde succeder, que aproveite o mayor cuidado, e diligencia, em que elle entrar, assim como aproveitou, a que fez, e em que entrou o camponez.

21 Mas se experimentarmos, que toda via não tem capacidade para aprender a Doutrina, com aquella explicação commua, com que todos a sabemos, e devemos saber; passaremos a ensinalha na forma mais breve, e accomodada, que determina a Constituição Bahiense: a qual no n. 577. e no n. 578. diz o seguinte: *E porque os escravos de nosso Arcebispado, e de todo o Brasil são os mais necessitados da Doutrina Christã, sendo tantas as Nações, e diversidades de linguas, que passam do gentilismo a este Estado, devemos buscarlhes todos os meynos para serem instruidos na Fé, ou por quem lhes falle no seu idioma, ou na nossa lingua, quando elles já a possam entender. Enão se nos offerece outro meyo mais prompto, e mais proveitoso, que*
o de

o de huma instrucção accommodada à sua rudeza de entender, e fatuidade do fallar.

22 Et dito n. 578. ibi : Por tanto serão obrigados os Parocos a mandar fazer copias [se não bastarem as que mandámos imprimir] de huma breve fôrma de cathecismo, que aqui lhes communicámos, para se repartirem pelas casas de seus freguezes, em ordem a elles instruirem os seus escravos nos *Mysterios da Fé*, e *Doutrina Christã* pela fôrma da dita instrucção. E as suas perguntas, e respostas serão as examinadas para elles se confessarem, e commungarem christãmente, e com mais facilidade, do que estudando de memoria o *Credo*, e outras lições, que só servem para os de mayor capacidade.

23 E a tal fôrma da *Doutrina*
mais

mais breve a divide em varias instrucções , que todas incluye a mesma Constituição do n. 579 até o n. 584 *inclusivè* ; e faõ na fôrma seguinte : *Instrucção dos Mystérios da Fé, accõmodada ao modo do fallar dos escravos* : Quem fez este mundo ? *Deos*. Quem nos fez a nós ? *Deos*. Deos onde está ? *No Ceo , na terra, e em todo o mundo*. Temos hum só Deos , ou muitos ? *Temos hum só Deos*. Quantas Pessoas ? *Tres*. Dize os seus nomes ? *Padre, Filho, Epirito Santo*. Qual destas Pessoas tomou a nossa carne ? *O Filho*. Qual destas Pessoas morreo por nós ? *O Filho*. Como se chama este Filho ? *Jesu Christo*. Sua Mãe como se chama ? *Virgem Maria*. Onde morreo este Filho ? *Na Cruz*.

24 Depois que morreo, onde foy ?

foy? Foy lá abaixo da terra buscar as
almas boas. E depois onde foy? Ao
Ceo. Ha de tornar a vir? Sim. Que
ha de vir buscar? As almas de bom
coração. E para onde as ha de levar?
Para o Ceo. E as almas de máo co-
ração para onde haõ de ir? Para o
inferno. Quem está no inferno? Ef-
tá o diabo. E quem mais? As almas
de máo coração. E que fazem lá? Ef-
tão no fogo, que não se apaga. Haõ
de fahir de lá alguma vez? Nunca.
E profegue. Quando nós morre-
mos, morre tambem a alma? Não.
Morre só o corpo. E a alma para on-
de vay? Se he boa, vay para o Ceo;
e se não he boa, vay para o inferno. E
o corpo para onde vay? Vay para
a terra. Ha de tornar a fahir da ter-
ra vivo? Sim. E para onde ha de
ir o corpo, que teve alma de máo
cora-

coração? *Para o inferno.* E para onde hade ir o corpo, que teve alma de bom coração? *Para o Ceo.* Quem está no Ceo com Deos? *Todos os que tiverão boas almas.* Haõ de tornar a fahir do Ceo, ou haõ de estar lá para sempre? *Haõ de estar lá sempre.*

25 *Instrucção para a confissão.*
Para que he a confissão? *Para lavar a alma dos peccados.* Quem faz a confissão esconde peccados? *Naõ.* Quem esconde peccados para onde vay? *Para o inferno.* Quem faz peccados ha de tornar a fazer mais? *Naõ.* Que faz o peccado? *Mata a alma.* A alma depois da confissão torna a viver? *Sim.* O teu coração ha de tornar a fazer peccados? *Naõ.* Por amor de quem? *Por amor de Deos.* Acto de contrição para os ef-

escravos, e gente rude: *Meu Deos, e meu Senhor: o meu coração só a vós quer, e ama: eu tenho feito muitos peccados, e o meu coração me dóe muito por todos os que fiz. Perdoai-me meu Senhor; não hey de fazer mais peccados: todos boto fora de meu coração, e da minha alma por amor de Deos.*

26 *Instrucção para a Communhão:*
Tu queres Communhão? *Sim.* Para que? *Para pôr na alma a nosso Senhor Jesu Christo.* E quando está nosso Senhor Jesu Christo na Cõmunhão? *Quando o Padre diz as palavras.* Aonde diz o Padre as palavras? *Na Missa.* E quando diz as palavras? *Quando toma na sua mão a Hostia.* Antes que o Padre diga as palavras, está já na Hostia nosso Senhor Jesu Christo? *Não: Está só o pão.* E quem poz a nosso Senhor Jesu Christo na

Hostia? Elle mesmo, depois que o Padre disse as palavras. E no Calix que está, quando o Padre o toma na mão: Está vinho, antes que o Padre diga as palavras. E depois que diz as palavras, que cousa está no Calix? Está o Sangue de nosso Senhor Jesu Christo.

27 *Instrucção para os mesmos escravos rudes moribundos: O teu coração crê tudo o que Deos disse? Sim. O teu coração ama só a Deos? Sim. Deos ha de levarte para o Ceo? Sim. Queres ir para onde está Deos? Sim. Queres morrer porque Deos assim o quer? Sim. Repitaõ-lhe muitas vezes o acto de contrição; e advirta-se, que antes de se fazer a instrucção acima dita, se ha de dizer aos que a ouvirem, que cousa he confissão; que cousa he communhão; que cousa he Hostia;*

tia; e que cousa he Calix; e tambem, que cousa he Missa; e tudo por palavras toscas, mas que elles as entendão, e possão perceber, o que se lhes ensina. E se não souber a lingua do confessado, ou moribundo, e houver quem a saiba, pode ir vertendo nella estas perguntas, assim como o for instruindo.

28 E sendo caso, que nem ao menos estas breves instrucções possa algum delles aprender, por mais diligencias, que concorraõ da nossa parte; já entãõ por conta dos Parocos corre a sua precisa instrucção; na fôrma da mesma Constituição; a qual no n. 55 diz assim: *Porém porque a experiencia nos tem mostrado, que os muitos escravos, que ha neste Arcebispado, são muitos delles tão bucaes, e rudes, que pondo seus Senhores a diligencia possivel em os*

ensinar, cada vez parece, que sabem menos; compadecendo-nos de sua rusticidade, e miseria, damos licença aos Vigarios, e Curas, para que constando-lhes a diligencia dos Senhores em os ensinar, e rudeza dos escravos em aprender, de maneira, que se entenda, que ainda que os ensinem mais, não poderão aprender, lhes possaõ administrar os Sacramentos do Bautismo, Penitencia, Extrema-Unção, e Matrimonio, catequizando-os primeiro nos Mystérios da Fé, nas disposições necessarias para os receber, e obrigações em que ficaõ: de maneira, que de suas respostas se alcance, que consentem, e tem conhecimento; e tudo o mais, que suppoem de necessidade os ditos Sacramentos.

29 E no seguinte n. 56 prosegue ao mesmo intento com o seguinte:

E se-

E sejam advertidos os Vigarios, e Curas, que desta licença não tomem occasião para administrarem os Sacramentos aos escravos com facilidade; pois se lhes não dá, senão quando confiar, que precedeo muita diligencia da parte dos Senhores, e pela grande rudeza dos escravos, não bastou, nem bastará provavelmente, a que ao diante fizerem; antes procedão com attenção, examinando-os primeiro, e ensinando-os, a ver se podem aproveitar; porque não dem motivo aos Senhores a se descuidarem da obrigação; que tem de ensinar aos seus escravos; a qual cumprem tão mal, que raramente se acha algum, que ponha a diligencia, que deve, errando tambem no modo de ensinar, porque não ensinão a Doutrina por partes, e com vagar, como he necessario à gente rude, senão
por

por junto, e com muita pressa.

30 Além disto, a respeito dos cativos, que vierem de novo, temos mais a obrigação de cuidar, e fazer toda a possível diligencia, para que se convertaõ à nossa santa Fé Catholica, e se bautizem; e sendo do sexo feminino, e trazendo algum filho menor de sete annos, devemos logo ordenar, e effectuar o seu bautismo; como tudo dispõem tambem a Constituição no n. 25. ibi: *Mandamos aos nossos subditos, que se servem de cativos infieis, trabalhem muito, porque se convertaõ à nossa santa Fé Catholica, e recebaõ o Sacramento do Bautismo, vindo no conhecimento dos erros, em que vivem, e estado de perdição, em que andaõ, e para esse effecto os mandem muitas vezes a pessoas doutas, e virtuosas, que lhes*

lhes declarem o erro, em que vivem, e ensinem o que he necessario para sua salvação.

31 E no n. 53. ibi : E sendo os taes escravos filhos de infieis, que não passem de idade de sette annos, ou que lhes nascerem depois de estarem em poder de seus Senhores, mandamos sejam bautizados, ainda que os pays o contradigão; por quanto ainda que os filhos dos infieis não devem ser bautizados sem licença dos pays, antes de chegarem a uso de razão, ou idade, em que peçaõ o bautismo [excepto naquelle caso, em que só a mãy o contradiz, e o pay consente, ou que consente a mãy, e sómente contradiz o pay] contudo só ha lugar o sobredito, quando os pays são livres, e não cativos. E passando de sette annos, mandamos aos Senhores os apartem da conversação dos

dos pays , para que mais facilmente possam converterse , e pedir o baptismo : e depois de serem Christãos , terão os Senhores grande cuidado de os apartarem dos pays infieis , para que os não pervertão , e de lhes mandar ensinar tudo ; o que he necessario para serem bons Christãos.

32. Tres razões principalmente nos devem mover ao cumprimento destas obrigações; a primeira consiste em nos constituirmos por este modo Ministros Evangelicos, e propagadores da Fé, e Religião Christã; no que vão involutas muitas utilidades espirituaes; que por isso S. Agostinho diz, que não cuide-mos serem estes exercicios sómente para os Bispos, e Sacerdotes; senão que também o são para nós, e que pelo modozinho, que pudermos,

mos, sejamos, e nos façamos também Ministros de Christo, prégando o seu nome, e ensinando a sua Doutrina; *ut habet ad cap. 12. Joan. ibi: Nolite tantummodo bonos Episcopos, & Clericos cogitare; & vos pro modulo vestro ministrare Christo nomen, & doctrinam ejus, quibus poteritis prædicando.*

33 A segunda razão consiste, em que o retardar, ou não apressar o Bautismo aos escravos, tanto adultos, como meninos, he privar estas creaturas de muitos bens espirituaes; porque em quanto não são regeneradas para Christo nas vi-taes, e salutíferas agoas deste Sacramento, estão prisioneiras em poder do demonio, o qual realmente mora, e assiste nellas; tanto assim, que por esta causa, o Sacerdote primei-

ro que bautize, faz os exorcismos à porta da Igreja, mandando imperiosamente ao demonio, que faya, e despeje aquella casa.

34 E depois, tanto que a creatura he bautizada, entra nella o Espirito Santo, e toda a Santissima Trindade, e a santifica com a sua graça, e lhe infunde os dons, e virtudes concomitantes da mesma graça, e fica filha de Deos, herdeira do Ceo, membro vivo de Christo, e da Santa Igreja Catholica esposa sua; e tudo isto com huma trocaõ extraordinaria, e com huma trocaõ admiravel mudança, como se da morte sahisse para a vida; porque com effeito, estando a alma morta para Deos pela culpa de Adaõ, que lhe tirou a graça do Espirito Santo, que he a vida da alma,

ma , assim como a alma he a do corpo ; desta morte resurgio , e se mudou , e trocou para aquella vida.

35 E por esta razã he que antigamente se costumava pôr a pessoa , que se havia bautizar , virada para o Poente ; e depois a voltavaõ para o Nascente ; significando-se nesta acção externa , e visivel , aquella interna , e invisivel resurreiçã , e mudança da morte da culpa , e escravidã do demonio , para a vida da graça , e servidaõ de Deos : como vem a dizer S. Jeronymo , fazendo menção deste visão ~~fo~~ , in cap. 6. Amós , ibi : *In mysteriis primo renuntiamus ei , qui in Occidente nobiscum moritur cum peccatis ; Et sic versi ad Orientem , pactum inimus cum Sole justitiæ , Et ei servituros nos promittimus* : e S. Cyrillo diz , expli-

cando esta mesma acção ; que se lhe abre à creatura bautizada o Paraíso da parte do Oriente , e passa da região das trevas , que fica da banda do Poente , para a região da luz , que fica ao Nascente ; *ut habet in Catec. mystag. tract. 3. tom. 2. ibi : Aperitur tibi Paradisus Dei , quem ad Orientem plantavit : ab Occasu , converteris ad Ortum , quæ est regio lucis.*

36 Para confirmação desta virtude , e efficacia do Sacramento do Bautismo , permittio muitas vezes Deos nosso Senhor , que esta interior , espirital , e invisível mudança se mostrasse , e fizesse patente aos olhos humanos , por alguns sinais exteriores , de que ha muitos exemplos ; e entre elles he notavel , o que refere Thomás Bosio *lib. 1. de not. Ecclesiæ. cap. 16.* e Santo Antonino
2. p.

2. p. *histor. tit. 20. §. 8. cap. 9.* de huma Princeza , a quem nasceo hum filho tão deforme, e horroroso , que não parecia individuo da especie humana ; de forte, que o pay o não quiz reconhecer por filho , indignando-se , e suspeitando haver alli talvez alguma aleivosia de adultério ; e sendo bautizado , este que parecia monstro , immediatamente que furgio acima das sagradas ondas bautismaes , appareceo nos olhos de todos tão formoso, e engraçado , que o Rey , e muitos dos seus vassallos , até então infieis , se abalaraõ , com a evidencia da maravilha , a abraçar , como com effeito abraçaraõ a Fé de Christo , com muito grande augmento da Igreja de Deos naquellas partes.

27 No qual caso a fealdade antece-

tecedente, e monſtruoſa daquelle parto (por permiſſão Divina a bem da converſão de tantas almas) ſignificava, e representava aos olhos de todos a torpeza, e fealdade da culpa original, contrahida, e transfundida naquella alma pela deſcendencia de Adaõ; e a poſterior formoſura, e belleza, com que depois ſahio da pia bautiſmal, ſignificou; e representou aos olhos de todos a belleza, e formoſura da graça, que na meſma alma entrou, por virtude da regeneração obrada no ſaudavel Sacramento do Bautiſmo; o qual por iſſo he bem, que os Senhores o apreſſem, e o não retardem aos ſeus eſcravos, aſſim adultos, como meninos; para que não eſtejaõ ſuas almas feyas, e deformes em poder dos demonios; ſenaõ que logo,

go, e para logo, se lhes anticipe a formosura da graça, e filiação de Deos.

38 E tambem, para que com mais promptidão, e fidelidade os sirvaõ; que esta he a terceira, e ultima razão; pois a Fé, que se recebe no Bautismo, faz o servo mais prompto, e fiel no serviço de seu senhor, como diz Du-Hamel, expondo as palavras da recômmendação, que S. Paulo fez a Philemo, do servo Onesio, que lhe havia bautizado; *in cap. unic. vers. 16. ad illa verba: Quanto autem magis tibi, qui fidelis erit in domesticis tuis rebus; nam fides eum promptiorem ad obsequium effecit.*

SETIMA PARTE.

Do que respeita à instrucção nos bons costumes.

I **D** Evem tambem os pof-
fuidores destes cati-
vos, em quanto elles existirem, e
viverem na sua obediencia, e sujei-
ção, ordenarlhe, e instruirle a sua
vida, com aquelles bons costumes,
que deve ter todo o Christaõ; fa-
zendo que ouçaõ Missa nos Do-
mingos, e dias de preceito; que ob-
servem os Mandamentos da Ley
de Deos, e da Santa Madre Igreja;
que jejuem nos dias determinados,
naõ sendo trabalhadores, ou offi-
ciaes de exercicio braçal; e que se
confessem, e communguem; ensi-
nan-

nando-lhe, que primeiro cuidem os peccados para os dizer ao Confessor; e que lhe digaõ todos, ainda que elle lhe não pergunte por alguns; e que devem ter dor, e arrependimento delles, e proposito de se emendar; e que depois da confissão haõ de rezar, ou fazer a penitencia, que elle lhes der.

2 E aos que houverem de cõ-mungar, ensinarlhe-haõ, que engulaõ a particula toda inteira de humavez, sem a dividir dentro da bocca em partes, e que se lhe pegar no ceo da bocca, com a lingua a vaõ despegando, e ajuntando com muito sentimento, e reverencia, até que despegada de todo, a engulaõ; e que antes disso, não tomem o lavatorio; e que sejaõ devotos de N. Senhora, e lhe rezem todos os dias

as suas contas, ou a Salve Rainha, ou Ave Maria algumas vezes, conforme a capacidade de cada hum.

3 Esta obrigação anda tambem involuta no quarto preceito do Decalogo, como dizem, e explicaõ os Theologos; e a sua transgressão por omissão grave, he peccado mortal; *ut habet Abreu Instit. Paroch. lib. 8. cap. 7. n. 393. ibi: Domini verò debent servis specialem curam circa vitam bene instituendam, juxta illud Pauli Apostoli: Siquis suorum, & maxime domesticorum curam non habet, fidem negavit, & est infideli deterior. Unde graviter peccant, qui notabiliter negligunt ea, quæ pertinent ad servorum conscientiam, non curando, ut christianè vivant, ut Dei, & Ecclesiæ præcepta observent, ut confiteantur, communificent, & missam audiant temporibus*

bus debitis. E o mesmo diz, e explica tambem Navarr. in Manual. cap. 14. n. 21. ibi: Trigesimò peccat dominus, vel herus, qui notabiliter negligit ea, quæ pertinent ad servorum, famulorumve suorum conscientiam, non curando ne assuescant male jurare, vel præcepta Dei, aut Ecclesiæ violare, aut non monent eos confiteri, & communicare, & Missam audire diebus ad id statutis, negligit notabiliter procurare illis Sacramenta.

4 E devem outro fim tomar conhecimento dos peccados publicos, ou manifestos destes seus cativos, para os corregir, e emendar; como o mesmo Abreu prosegue ibidem: *Unde graviter peccant: qui notabiliter negligunt nosse peccata publica servorum, ut corrigant: e mais expressamente. Navarr. eodem n. 21.*

ibi: *Trigesimo secundo ; herus , vel dominus , qui notabiliter negligit nosse peccata manifesta servorum , & famulorum suorum , ut possit eos corrigere , secundum S. Antoninum.* E por peccados, e vicios mais manifestos, e publicos destes cativos se entendem o da ⁱⁿ continencia, o da bebedice, o do jogo, e todos os mais, em que manifestamente se implicarem; pois a todos são naturalmente propensos, e com excesso à sensualidade.

5 Ao qual vicio se entregão tanto, que nem o pejo natural, nem o temor de Deos os cohibe, como admirou em Hespanha, e refere Fr. Luiz de Granada *tom. 2. conc. de temp. conc. 5. de Pœnit.* ibi: *Ab hoc impuro crimine homines , aut timor Dei , aut dedecoris , & ignominiae timor*

mor liberat; utroque autem hoc fræno, plerique horum mancipiorum carent; quia nulla illis aut timoris Domini, aut humani pudoris, & verecundiæ, aut etiam honoris cura est; ideoque effrænata mente in hoc vitium, tanquam equus, & mulus præcipites ruunt: e Salviano lib. 7. de gubernat. Dei, diz, que taõ difficil he naõ fer hum deftes pretos impudico, como deixar de fer preto, ibi: *Tam infrequens enim est hoc, & inusitatum, impudicum non esse Afrum, quàm novum, & inauditum, Afrum non esse Afrum.*

6 E por isso he necessario naõ dissimular com elles; fenaõ que tendo noticia de qualquer acçaõ, ou trato menos honesto, deve castigar-se, e reprehender-se; e naõ lhe dar larguezas de fahir de casa a toda a hora, que quizerem; e muito
me-

menos nas da noite ; e desviallos outrosim de todas aquellas occasiões , e encontros em que houver presumpção , ou perigo claro de sua ruina nesta materia ; tendo entendido , que do que se lhe não evitar nella , por culpa , e omissão , daraõ seus possuidores estreita conta a Deos nosso Senhor , *quando judicium durissimum his , qui præsunt , fiet ; ut habetur Sapient. cap. 6. vers. 6.*

7 E sendo caso , que lhe confite do concubinato de algum delles , tem obrigação de o evitar por todos os modos possiveis ; dos quaes o melhor he o do casamento , como se declara na Constituição Bahiense n. 989. a qual nesta materia diz , e resolve completamente o ponto , na fôrma seguinte : *E porque o amancebamento dos escravos necessita*

cessita de prompto remedio , por ser usual, e quasi commum em todos deixarem-se andar em estado de condemnação, a que elles por sua rudeza, e miseria não attendem: ordenamos, e mandamos, que constando na fôrma sobre dita de seus amancebamentos , sejam admoestados , mas não se lhes ponha pena alguma pecuniaria, porém judicialmente se fará a saber a seus Senhores do máo estado, em que andaõ; advertindo-os, que se não puzerem cobros nos ditos seus escravos, fazendo-os a partar do illicito trato, e ruim estado, ou por meyo de casamento [que he o mais conforme à Ley de Deos, e lho não pôdem impedir seus Senhores, sem muito grave encargo de suas almas] ou por outro que seja conveniente, se ha de proceder contra os ditos escravos a prisão, e degredo, sem se attender à perda,

da, que os ditos senhores pódem ter em lhe faltarem os ditos escravos para seu serviço ; porque o serem cativos, os não izenta da pena , que por seus crimes merecerem.

8 E tenhaõ mais entendido os ditos possuidores dos cativos , que elles pódem casar , com quem lhes parecer ; e que lhe não podem impedir o Matrimonio, e o uso delle em tempo , e lugar conveniente , tratando-os por essa causa mal, ou vendendo o direito , que nelles tiverem , a pessoas , que os levem fóra da terra ; porque isto he peccado mortal ; e além disso os taes possuidores tomaõ sobre si, e suas consciencias, todos os peccados de incontinencia , e os mais, que de semelhante separaçãõ se seguirem ; como declara a dita Constituiçaõ
no

no n. 303. ibi: *Conforme o direito Divino, e humano os escravos, e escravas pôdem casar com outras pessoas cativas, ou livres, e seus Senhores lhe não pôdem impedir o Matrimonio, nem o uso delle, em tempo, e lugar conveniente, nem por esse respeito os pôdem tratar peyor, nem vender para outros lugares remotos, para onde o outro, por ser cativo, ou por ter outro justo impedimento, o não possa seguir; e fazendo o contrario, peccaõ mortalmente, e tomãõ sobre suas consciencias as culpas de seus escravos, que por esse temor se deixaõ muitas vezes estar, e permanecer em estado de condemnação. Pelo que lhe mandamos, e encargamos muito, que não ponhaõ impedimentos a seus escravos para se casarem, nem com ameaças, e máo tratamento lhes encontrem o uso do Matrimo-*

Mm } monio

monio em tempo , e lugar conveniente , nem depois de casados os vendaõ para partes remotas de fóra , para onde suas mulheres, por serem escravas, ou terem outro impedimento legitimo, os não possam seguir.

9 E quanto aos outros vicios de bebedice, jogo, e todos os mais, a que se entregarem estes cativos, respectivamente se deve ter o mesmo cuidado, e vigilancia, castigando, e reprehendendo nelles qualquer acção viciosa, que nos constar, evitando-lhe quanto pudermos, todas as occasiões certas, e presumiveis do seu damno; e principalmente he grande preservativo dos vicios o trabalho, e occupação, moderada, e tal, que os livre da ociosidade; que por isso nos mostra no Brasil a experiencia, que os escravos

cravos das lavouras de mandiocas, tabacos, e affucares, e os dos engenhos, e os cortadores de lenhas, nunca são tão viciosos, como são os outros do serviço das casas, e companhia dos Senhores, que regularmente são, os que mayores molestias, desgostos, e enfados lhe causão; porque assim como a terra vaga, e por lavrar, logo produz espinhos, e ortigas; assim elles, estando vagos, e sem trabalho, que podem produzir, senão fructos de malicia, e fragilidade?

10 Cuidem pois os Senhores, e excogitem mesmo em casa exercicios de serviço, em que continuamente os occupem, porque se a Adão posto no Paraíso logo Deos o occupou, não sómente em vigiar, senão tambem em trabalhar nelle;

Mm ii

ut

ut Genes. cap. 2. vers. 15. ibi: Posuit eum in Paradiso voluptatis, ut operaretur, & custodiret illum, necessario he, que estes escravos domesticos, visto estarem, como no paraíso à porta de seus Senhores (principalmente quando estes são pessoas mais ricas, ou distinctas) não somente vigiem, senão que juntamente trabalhem; fazendo, exempli gratia, as meyas, os cestinhos, e os chapeos de palha; para que com isso, ou com cousas semelhantes, evitem o meterem-se nos cantos das lojas a jogar os dados, buzios, e cartas; e o sahirem a beber pelas tavernas, o furtar, o armar contendas com outros, e todos os mais erros costumados.

II E considerem, que se Adaõ, achando-se no estado da innocencia,

cia, e natureza sã, e inteira, cahio miseravelmente em culpa ; que se pôde esperar destes brutos ociosos, no estado da natureza lapſa, e corrupta, fenaõ que continuamente commettaõ, e estejaõ cahidos nos vicios capitaes, que ſaõ os ſete demonios, que actualmente giraõ por todo o mundo, e onde achaõ caſa vaga, entraõ logo a habitalla? E ſe o demonio accõmette até os que acha trabalhando nas couſas fantas, e do ſerviço de Deos, como não accõmetterà aos eſcravos ocioſos, ſe nem no ſerviço de ſeus donos, os achar ao menos occupados?

12 Importa logo, que os Senhores tomem para ſi, e para os ſeus eſcravos, os dous conſelhos de S. Paulo, e do Eccleſiaſtico; de S. Paulo
lo

lo *ad Ephef. cap. 4. vers. 27.* ibi: *No-
lite locum dare diabolo*, nem em fi,
nem nelles dem lugar de vago ao
demonio, em que elle possa intro-
duzir as suas maldades; e do *Eccle-
siastico cap. 33. vers. 30.* ibi: *In opera
constitue eum; sic enim condecet illum;*
junto *vers. 29.* ibi: *Multam enim ma-
litiam docuit ociositas.* Constitua ca-
da hum os seus escravos em algum
trabalho, exercicio, ou occupaçoã
honestã, e nunca os tenha de va-
zio; porque a ociosidade he mestra
das muitas maldades, que nelles la-
mentamos.

13 Além disto, para o mesmo
fim dos bons costumes destes cati-
vos conduz muito, que seus se-
nhores, e possuidores, lhes dem
bom exemplo em humas cousas; e
que em outras, lhe não dem escan-
dalo,

dalo , ou máo exemplo. S. Francisco em huma carta , que escreveo aos Prelados da sua Ordem , lhes deu este dictame maravilhoso , e digno da sua fantidade: *Tiray o vosso dizer do vosso obrar , para que os vossos subditos tirem o seu obrar do vosso dizer.* O mesmo dictame figaõ os senhores , e possuidores destes cativos. Diz qualquer Senhor ao seu escravo , que ouça Missa; veja o escravo , que o Senhor tambem a ouve. Diz-lhe , que se confesse ; veja que tambem elle se confessa. Diz-lhe , que jejue ; veja que tambem o Senhor jejua ; *U sic in cæteris.* E eis-aqui o darlhe bom exemplo.

14 Diz o Senhor ao escravo , que seja casto , e tenha vergonha ; naõ veja o escravo no Senhor acção alguma contraria à continencia,

cia, e honestidade. Diz-lhe, que não jogue, e que não beba; não veja o escravo ao Senhor com jogos, nem com bebidas; *Et sic in reliquis.* E eis aqui o não lhe dar escandalo, ou máo exemplo. Isto mesmo he o que veyo a dizer em breves palavras Quintiliano *Inst. Orat. lib.6. cap. 2. ibi: Primum est igitur, ut apud nos valeant, quæ valere apud alios volumus:* tenhaõ primeiro validade, e observancia em nós, as cousas, que persuadimos, para que depois a tenhaõ naquelles, em quem as quizermos introduzir: e a razão he; porque como diz S. Gregorio Papa, as palavras, que vão acompanhadas com as obras; ou a doutrina, que acompanha o exemplo, esta fim he a que obra; porque ella he, que tem mayor efficacia para penetrar os

os corações de quem a ouve; *ut habet lib. 1. Epistol. 24. ibi: Illa vox fortiùs auditorum cor penetrat, quàm dicentis actio commendat.*

15 Como se poderá inclinar o escravo a ouvir Missa, por mais que o Senhor lho diga, vendo que elle no Domingo, ou dia santo sahe já tarde de sua casa, e dirige os passos para a outra do divertimento, e conversação? Como pôde inclinar-se a frequentar os Sacramentos da Confissão, e Communhão, vendo que o Senhor em dias de Jubileo, levanta-se mais cedo, e vay divertir-se na sua quinta, ou na sua rossa? Como poderá inclinar-se a ser casto, se talvez elle mesmo he o mensageiro das correspondencias illicitas de seu Senhor? Como poderá não inclinar-se, ou cohibir-se de

Nn jogar,

jogar , vendo que seu Senhor he tambem hum bom taful? E como poderá cohibirse de beber aos vintens pelas tavernas, vendo que talvez seu Senhor manda continuamente prover a frasqueira nos armazens?

16 Diz o Senhor ao escravo: *Homem , ouve Missa, confessa-te , não andes amancebado , olha que ha inferno; e que por esse máo caminho , que levás , vas direito cahir nelle. Responde o escravo dentro em si : Vai-te embora homem , que isso he mentira , e não fallas de veras ; pois se isso fosse verdade , tambem tu te havias emendar , e te havias retirar de ir pelo mesmo máo caminho , por onde dizes , que eu vou. E eis aqui como as palavras do Senhor desacompanhadas do exemplo , não penetraõ , nem abalaõ o coração do escravo.* Fi-

17 Fica o escravo, nestes termos, reputando por falsa toda aquella boa doutrina, que o Senhor lhe dá; porque? Porque ^{não} vay provada, como devera ir. E como se prova a verdade da doutrina? Com testemunhas. E quaes são essas testemunhas? São as acções de quem a dá, quando se conformaõ com aquillo mesmo que ensina.

18 Entaõ he que as doutrinas vem allegadas, e vem *in continenti* provadas; porque o mesmo, que as allega, he testemunha de facto proprio, que as verifica; assim o diz o Seneca *Epist. 30. ibi: Non enim dicuntur tantum illa, sed probantur; tunc non tantum præceptor veri, sed testis est.* Todos os homens naturalmente nos fiamos mais dos olhos, do que dos ouvidos; damos mayor cre-

dito ao que vemos, do que ao que ouvimos; e por isso são para nós mais abonadas testemunhas os exemplos, do que as doutrinas; por cuja razão S. Luiz Gonzaga, como refere Bernard. tom. 5. Flor. a quem lhe disse, em certa occasião, que não fizesse tantas penitencias, e seguisse o conselho de outros Padres nesta materia; respondeo: *Assim he que me aconselhaõ; porém eu vejo, que elles fazem o contrario; e antes quero seguir o seu exemplo, do que o seu conselho.*

19 Importa pois para a reforma dos costumes dos escravos, que principie esta primeiro pela dos Senhores, no que lhe for necessario, visto que elles haõ de seguir mais, o que virem, do que o que lhe differem; e se pela mayor parte, os mesmos costumes.

costumes, e inclinações, que os Senhores tem, effes mesmos se divisaõ nos seus escravos; e pelos dos escravos, se julgaõ os dos Senhores, como notou S. Jeronymo *in Epistol. ad Demetr.* ibi: *Mores, & studia dominorum plerumque ex ancillarum, & comitum moribus, ac sermonibus judicantur.* Vejaõ os escravos bons costumes em seus Senhores, para que os possaõ copiar, e trasladar em si; e para que entaõ os Senhores tenhaõ gosto de se ver, e rever nos seus escravos.

20 Huma objecção porém, e à primeira vista urgente, se poderá oppor contra a precedente doutrina; e vem a ser, que muitos possuidores de escravos ha de costumes irreprehensiveis; e com tudo os seus escravos são de costumes depravados,

dos, e entregues a todo o genero devicios; antes pela mayor parte, os escravos destes timoratos são ainda peyores, que os de pessoas de vida mais cõmuã: logo não he o bom exemplo tão efficaz para instruir, e reformar os seus costumes, como neste ponto se tem até agora inculcado. A esta razão se responde, que o bom exemplo dos Senhores he hum dos requisitos necessarios para a boa instrucção dos servos.

21 Mas para obrar este bom exemplo, haõ de concorrer com elle todos os mais requisitos igualmente necessarios, pois diz o proloquio vulgar, e regra juridica: *Singula, quæ non prosunt, simul collecta juvant; deducta ex L. rationes, & ex L. instrumenta. Cod. de prob. & ex cap.*

cap. cum causam 15. de probat. cum similibus. Não basta sómente o bom exemplo; deve-se este juntar com a correccão verbal, e verberal, como fica expendido na quarta, e quinta parte deste Discurso; e por isso se esses possuidores timoratos forem froxos, e faltarem à dita correccão, de pouco aproveitará o seu bom exemplo tão sómente.

22 E do mesmo modo, se também forem froxos, e descuidados em applicar os escravos, a que se confessem, e cõmunguem algumas vezes no anno, deixando-os passar de Quaresma a Quaresma, sem se chegarem aos Sacramentos, pouca, ou nenhuma emenda pôdem ter nos seus vicios, e máos costumes; pois estes são influidos por tentações, e
fug-

sugestões do demonio ; e para vencer estas , he necessario auxilio Divino , e não bastaõ as pobres forças do livre arbitrio da creatura , ainda que sejaõ excitadas do bom exemplo de outrem ; pois bom exemplo tiveraõ as Virgens fátuas na diligencia das prudentes , e comtudo nada lhes aproveitou , porque lhe faltaraõ os mais preparatorios ; donde diz S. Jeronymo *Dialog. 2. contra Pelag* ; que se bastassem as forças do nosso livre alvedrio para vencer as tentações , não differa o Senhor no Evangelho: Vigiai, e oray, para não cahires em tentação , *ut ibi: Si libertas arbitrii satis esset ad vincendam tentationem, non dixisset Christus: Vigilate, & orate, nè intretis in tentationem.*

23 E os mais preparatorios , ou
requi-

requisitos , para vencer a creatura as tentações, e suggestões do demonio, e alcançar auxilios para isso ; consistem em se chegar a Deos, pelos santos Sacramentos da Penitencia , e Eucharistia; conforme aquillo do Profeta Zacharias *cap. 1. vers. 3. Convertimini ad me, & convertar ad vos*; e de Santiago *cap. 4. vers. 8. Appropinquate Deo, & appropinquabit vobis*; que por isso se confessaõ, e cõmungaõ os enfermos, e moribundos , para receberem forças , com que resistaõ às tentações, e suggestões do inimigo , que naquella ultima batalha são mayores.

24 Logo se os possuidores de escravos, ainda que aliás lhe dem bom exemplo, não os applicarem a se chegarem a Deos, e receberem algumas vezes os Sacramentos , não

Oo

po-

poderaõ conseguir a reforma dos seus vicios ; por isso Drexelio *in Noem. cap. II.* diz que muitos pays de familias se queixaõ continuadamente dos máos costumes, e vicios dos seus escravos, e escravas; porém que elles mesmos tem a culpa, porque rarißimas vezes os mandaõ à Igreja, para se confessarem, e cõ-mungarem, e ouvirem a palavra de Deos; ut ibi: *Queruntur non raro patres familias de famulorum, & ancillarum corruptis moribus; sed ipsi, qui familiam ducunt, in culpa sunt, qui suos ad templa, ad expiandam conscientiam, ad obeunda sacra, rarissimè mittunt.*

25 Concluamos pois, que neste negocio da instrucção, e reforma dos costumes destes cativos, devem concorrer da nossa parte copu-
lativa-

lativamente tres cousas , que são ,
o nosso bom exemplo ; a correccão ,
e castigo das suas acções viciosas ; e
a applicação delles a receberem os
santos Sacramentos da Igreja ; e se
ainda assim concorrendo todas es-
tas , continuarem em ser máos , e
viciosos , então sómente nos resta
considerar , que os possuímos por
permissão Divina , para exercicio
da nossa paciencia ; pois como diz
Santo Agostinho *in Psalm. 54. ad 1.
vers.* não imaginâmos , que balda-
damente conserva Deos os máos
neste mundo , sem que delles mes-
mos haja de resultar algum bem.

26 Porque , ou os conserva pa-
ra que se emendem , ou para que
sirvão de exercitar o sofrimento , e
a paciencia dos bons ; *ut habet ibi:
Ne putetis gratis esse malos in hoc*
A. 10 Oo ii mun-

*mundo, & nihil boni de illis agere
Deum. Omnis malus, aut ideò vivit,
ut corrigatur; aut ideò vivit, ut per
illum bonus exerceatur; e em taes
termos, rogaremos, e pediremos a
Deos, que estes mesmos máos es-
cravos, que agora nos excitaõ, se
convertaõ a elle, de tal sorte, que
tambem comnosco venhaõ a ser
depois exercitados no soffrimento
dos mais trabalhos, e misérias da
presente vida; dizendo com o mes-
mo Santo Doutor: *Utinam ergo,
qui nos modo exercent, convertantur;
& nobiscum exerceantur.**

OITAVA, E ULTIMA PARTE.

*Do que respeita aos ultimos fins
destes cativos.*

I **P**Or ultimos fins destes cativos, entendo neste lugar, os ultimos fins da sua sujeição servil ; quando extincta já de todo a causa de penhor, e retenção em que haviaõ ficado , pelo beneficio da redempção forem completamente restituídos à sua primitiva, e natural liberdade com que nascerão. Estes fins pôdem fer de quatro modos: *Primeiro* , quando o cativo pagar a seu possuidor a dinheiro o preço total, ou parcial da sua redempção , na fôrma explicada na segunda parte deste Discurso; *Segun-*

gundo , quando o cativo houver servido os annos, que bastarem para compenfar o mesmo preço, como tambem alli deixamos expellido; *Terceiro*, quando fallecendo o possuidor do cativo, lhe fizer quita do tempo, que ainda lhe faltar, e o deixar desfobrigado; *Quarto, e ultimo*, quando o cativo, antes de findar o tempo da sua servidaõ, fallecer da vida presente.

2 A fôrma, com que, em cada hum destes casos, se devem portar os seus possuidores, e o que entaõ lhes devem fazer, he o argumento desta oitava, e ultima parte. Confiste o substancial desta fôrma, em agradecermos a Deos nosso Senhor, por palavra, e por obra, o beneficio, que nos fez, no logro, e uso de qualquer destes pretos, que saõ
crea-

creaturas suas racionais ; pois he sem duvida certo , que precisa a sua Divina permissão , não nos servirão , nem prestariaõ elles ; e não devemos passar em claro por esta tão finalada beneficencia , como se nós mesmos os houvessemos creado , e conservado vivos , para o nosso uso , e para o nosso serviço , e companhia , que nos fizeraõ ; que por isso até no uso , e logro das cousas materiaes , e inanimadas , que por Divina disposição servem aos nossos membros , e sentidos , he devido a Deos nosso Senhor este sincero , e humilde agradecimento , como disse S. Antonino *in Summ. 1. p. titul. 3. cap. 9. §. 6.*

3 Onde expende , que cada creatura das que nos servem neste mundo , continuamente nos está
da

da parte de Deos clamando ao coração com estas tres mysteriosas, e mudas vozes: *Accipe*, *Redde*, *Cave*. Com a primeira clama *Accipe*, toma homem o meu uso, e o meu prestimo; pois para te servir fuy creada, e estou subsistindo por Divina permissão. Com a segunda clama *Redde*, rende a Deos as graças; olha, e repara bem, que nisto te faz grande, e finalado beneficio. E com a terceira clama *Cave*, teme, e guarda-te homem de seres ingrato; foge do castigo, que terás, se lho não souberes agradecer; e tambem do castigo, que terás, se te queixares, e não lewares a bem, que elle [se for de sua Divina dignação] use de mim, como for servido, para te castigar nesta vida com misericordia.

4 Pelo que, havendo nós aceitado o primeiro clamor do Divino *Accipe*, em quanto durou o tempo da sujeição servil, que nos teve cada hum destes cativos; chegados agora ultimamente ao fim dessa sujeição, segue-se, que demos tambem satisfação ao Divino *Redde*, rendendo-lhe as devidas graças por palavra, e por obra, do beneficio, que acabamos de receber. Por palavra, dizendo mental, ou vocalmente na sua Divina presença aquelles sinceros affectos, ternuras, e expressões de gratificação, que elle mesmo nos inspirar ao coração, acompanhadas de vivas considerações dos seus continuos beneficios; porque sendo Deos nosso Senhor nas creaturas racionaes, como he o Sol nas sensitivas; segun-

Pp

do

do disse S. Gregorio Nazianzeno : *Sicut in rebus sensibilibus est Sol, ita in intelligibilibus est Deus*; se ao Sol adoraõ muitas nações , fõmente porque o reconhecem benefico , como saõ os Persas, *ex Cæl. Rhodig. lib. 18. cap. 7.*; que adorações, que rendimentos, e acções de graças naõ devemos os Fieis àquelle Senhor, por cuja virtude foraõ creadas, e subsistem, e por cujo preceito nos servem obsequiosas todas, e cada huma das creaturas?

5 E por obra, fazendo a estes cativos, no fim da sua sujeição, todo aquelle affago, e bem, que couber nos limites da nossa mayor, ou menor possibilidade; pois assim como he parte da devida gratificação receber agradavelmente, e brindar com competente donativo ao mensageiro

fageiro de qualquer offerta, ou dadia dos homens; assim deve ser parte do nosso agradecimento para com Deos, tratar com agrado, e beneficiar competentemente aquellas creaturas suas, por cuja intervenção, e ministerio, recebemos os dons effectivos da sua infinita liberalidade, e Providencia.

6 E não somente lhes devemos fazer ^{este} affago, e este bem, na razão de mensageiros, e ministros dos Divinos beneficios; senão ainda na precisa razão de creaturas, que quanto de si he, ou mais, ou menos bem, nos servirão, e prestarão; porque o não lhe corresponder com o agradecimento, será indicativo de animo mais que brutal, e insensivel; pois nos brutos imprimio a natureza huns vestigios, e sinaes de

Pp ii

amor,

amor, boa vontade, e agradecimento, às pessoas, que succedeo fervilhos, de que ha muitos exemplos nas Historias; como saõ, o da Doninha, que trouxe na bocca huma pedra preciosa, e a foy pôr aos pés de D. Fernando Annes de Lima, pela livrar, e a outra sua companheira, de huma cobra, com quem as achou contendendo; cuja pedra engastada em hum anel, deixou este Cavalheiro com a sua benção annexa ao seu morgado, como refere Vilasboas *Nobil. Port. cap. 10.*

7 E o da Aguia, que vendo hum camponez levar à bocca para beber huma vasilha de agoa infecta com o veneno de outra cobra, da qual pouco antes a havia livrado, com hum repentino, e accelerado voo, lha lançou fóra das mãos, com

com que o livrou da morte ; da qual porém não escaparaõ os seus companheiros , que ~~primit~~ haviaõ bebido , como refere ~~Plinio~~ Valeriano , *apud Lonher in auct. Bibl. tit. 30. §. 5. n. 3.* ; e o do Leão , que livrou dos mais Leões seus companheiros a hum criminoso , que com outros felhes lançaraõ , para serem despedaçados , pelo beneficio de lhe haver tirado hum espinho cravado em hum braço , e lho haver curado , em tempo que o mesmo criminoso vivera nas brenhas escondido ; caso que refere Aulo Gelio *lib. 5. cap. 24.*

8 E nas creaturas insensiveis , vemos tambem huns arremedos de reciproco amor , correspondencia , e agradecimento ; porque os rios voltaõ para o mar , donde sahiraõ ,
com

com continuo, e incessante movimento, recebendo o beneficio de humas agoas, e agradecendo-o logo *in continenti* com outras. Os elementos em perpetua circulaçãõ se beneficiaõ, e gratificaõ a cada instante, convertendo-se mutuamente huns com os outros; e como discretamente ponderou Theodoretto *Orat. 1. de Provid.*; os dias de Verãõ, que recebem da noite o beneficio de mais algumas horas para o trabalho, e colheita dos frutos, depois lho agradecem no Inverno, dando-lhe tambem muitas horas para o descanso; donde veyo a dizer Santo Ambrosio 6. *Hexamer. cap. 4.*, que de tudo isto, devem os homens aprender a serem agradecidos, e a se envergonharem da nota de ingratidaõ; da qual até as mesmas

mas creaturas insensiveis, e irracionais fogem, ut ibi: *Quis enim non erubescat gratiam bene de se merentibus non referre, cum videat etiam bestias refugere crimen ingrati.*

9 E nesta conformidade, para não sermos ingratos com estes cativos, que nos servirão, devemos, quando elles pelo primeiro modo chegarem ao ultimo fim da sua sujeição, ou servidaõ, trazendo-nos o dinheiro dos annos, que ainda lhe faltavaõ, recebellos com todo o affecto, e affabilidade, com serena fronte, e sobancelhas altas, e não com fronte rugada, e sobancelhas cahidas; isto he, alegres, e não carancudos; porque não sendo assim, mostraremos, que não conhecemos, e que dissimulamos, e negamos o beneficio, que Deos, e elles

les nos fizeraõ; e já aqui hiraõ involvidas tres ingratidões; pois como diz Seneca de *benef. lib. 3. cap. 1. Ingratus est, qui beneficium accepisse se negat, quod accepit; ingratus, qui non reddit; ingratus, qui dissimulat.*

10 Devemos, depois deste affago, passarlhe logo documento, ou carta de liberdade, que verdadeiramente será huma quitação do pagamento, que nos fizeraõ, parte em dinheiro, e parte em serviços; e nella declararemos, que nos serviraõ tantos annos, e que nos pagaraõ tanto a dinheiro, a razão de tanto por cada hum, que he a vigesima parte do seu valor; e que com isso ficou extincta a causa de penhor, e retenção em que se achavaõ; e vaõ de todo desembaraçados, e plenamente restituídos à natural liberdade com que nasceraõ. E

II E logo entregando-lhe a tal carta, lhe diremos, que de todo o coração lhe perdoamos os descuidos, que tiveraõ no nosso serviço, e os enfados, e molestias, que nos causaraõ; e que nos perdoem tambem as faltas, que tivemos na sua correccão, na sua instrucção, e no seu sustento, e tratamento, e repartiremos com elles algum dinheiro, ou outra cousa, conforme nossas possibilidades, de fórte que não fayaõ da nossa casa totalmente com as mãos vazias; para o que, por mayor que seja a nossa pobreza, sempre acharemos com que os contentar; pois como diz S. Joaõ Chrisostomo. *Homil. de duab. viduis titul. 5.* sómente não tem, quem não quer dar; que quem quer dar, por mais pobre, e miseravel que seja, sem-

Qq

pre

pre acha que offerecer: *Nullus miser est, nisi qui misereri noluerit; quia nec quisquam misereri desiderans, poterit non habere quod tribuat.*

12 E naõ pareça aos possuidores destes cativos, que semelhante procedimento he cousa inaudita, e nunca vista no mundo; porque na Ley antiga, mandando Deos, que quem comprasse algum escravo Hebreo, depois de servir seis annos, no setimo o deixaria ir livre; accrescentou logo, que porém naõ consentisse por modo algum, fahir com as maõs vazias da sua casa; *ut habetur in Deuteron. cap. 15. vers. 12. & 13. ibi: Cum tibi venditus fuerit frater tuus Hebræus, aut Hebræa, & sex annis servierit tibi, in septimo anno dimittes eum liberum: & quem libertate donaveris, nequaquam vacuum abire*
pa.

*patieris; fenaõ que dos seus gados ,
da sua eira, ou celeiro , e do seu la-
gar , repartiria com elle , e lhe da-
ria viatico ; ut prosequitur versu 14. ibi :
Sed dabis viaticum de gregibus, & de
area , & torculari tuo , quibus Domi-
nus Deus tuus benedixerit tibi.*

13 E já nesta Ley temos exem-
plar do que se deve seguir neste
ponto; porque as Leys cerimoniaes,
e judiciais, ainda que espiraraõ no
ingresso da Ley Evangelica, quan-
to à sua obrigação, e observancia;
com tudo quanto às doutrinas, que
em todas ellas se encerraõ, sempre
permanecem para o nosso exemplo,
e imitação; como já na quinta par-
te deste Discurso, fallando da quan-
tidade do castigo, deixamos dito, e
provado; o que se entende quan-
do para a sua imitação, occorrer a

mesma razaõ, em que qualquer dellas se fundava; como he no caso, e termos em que fallamos, de não deixar fahir da nossa casa com as maõs vazias o escravo, que alguns annos nos servio; no qual caso se dá a mesma razaõ, e fundamento da transcripta ley, que Deos nosso Senhor declarou ser alli a de servirem os escravos a seus Senhores, com conformidade ao jornal dos jornaleiros; *ut habet vers. 18. ibi: Non avertas ab eis oculos tuos, quando dimiseris eos liberos; quoniam, juxta mercedem mercenarii, per sex annos servivit tibi; ut benedicat tibi Dominus Deus tuus in cunctis operibus, quæ agis.*

14 E foy o mesmo, que dizer; que assim como o jornaleiro cada dia dos que trabalha, além do seu sus-

sustento, acquire o seu jornal, e este lhe he devido; assim, e na mesma conformidade, cada dia, que o escravo serve, além do seu sustento, acquire o correspondente agradecimento de seu Senhor, que igualmente se lhe deve; e que por isso, assim como se não póde despedir o jornaleiro, sem se lhe pagar o merecido jornal no fim do seu trabalho; assim tambem se não deve despedir o escravo no fim da sua servidão, sem se lhe meter nas mãos o competente agradecimento.

15 E como os escravos, nos termos, em que fallamos, tem de nos servir, não sómente seis annos, como era costume naquelle tempo, senão dez, quinze, e vinte annos, como diffemos na segunda parte deste Discurso; por isso com muito

to mayor razaõ devemos , seguindo o exemplo daquella Divina Ley, naõ o deixar fahir da nossa casa , e companhia, triste, e com as maõs vazias; ao mesmo passo , que lhe devemos hum agradecimento igual, e conforme ao jornal, que aliás teriamos de lhe pagar, se elle nos servisse como jornaleiro, todo o tempo , que nos servio como escravo.

16 E nesta conformidade, cada hum dentro de seu coraçãõ dirá deste modo : O meu escravo tem servido dez annos , sem exceiçaõ de Domingos , e dias santos ; e pelos outros dez , que lhe faltavaõ , aqui me paga cincoenta mil reis em dinheiro. Se eu para o meu serviço deste tempo alugasse outro algum escravo a tostaõ por dia , como pagaõ pedreiros , carpinteiros , e lavra

vradores , vencia o tal escravo trinta mil reis em cada hum anno; e no decurso dos dez annos , tinha vencido trezentos, ou mais mil reis : logo outros trezentos mil reis venceo tambem o meu escravo neste tempo; pois diz Deos na Sagrada Escritura , que os escravos servem , com conformidade ao jornal dos jornaleiros. Ajuntando pois aos trezentos mil reis os cincoenta , que agora me paga , fomaõ trezentos e cincoenta mil reis ; dos quaes tirando os cem , que elle me custou , ainda tenho de lhe agradecer duzentos e cincoenta mil reis.

17 E como lhe hey de agradecer taõ grande, e avantajada quantia? Reconhecendo a minha obrigação , e dando finaes deste meu reconhecimento , como Deos mandou

dou no Deuteronomio. Porey nelle os meus olhos. Tratallo-hey nesta despedida com affago, amor, e benevolencia. E não consentirey de modo algum, que faya da minha casa, e companhia, triste, e com as mãos vazias. Hey de contentallo, com o que puder; ou seja a vestia, e calção novo; ou seja o par de camizas, e chapeo; ou seja o par de patacas, dessas mesmas, que me trouxe; ou seja finalmente aquillo, que a minha abastança, ou pobreza permittir.

18 E quanto ao segundo modo; chegado que seja o escravo ao ultimo dos annos de serviço [que como diffemos na segunda parte deste Discurso, podem orsar até os vinte, porém nunca excedellos] teremos cuidado de os chamar, e
lhe

lhe dizer , que tem acabado o seu tempo; e logo lhe passaremos carta na fôrma , que fica expendido , perdando-lhe, e pedindo-lhe perdaõ, e contentando-o, com o que pudermos, e com mais alguma ventagem, por isso mesmo, que nos servio mais tempo , sem que nelle podesse lucrar cousa alguma , com que mais cedo se livrasse da servidaõ.

19 Porém se quizer permanecer na nossa companhia, e naõ houver razãõ em contrario , nella o deixaremos ficar; passando-lhe porém sempre a carta para seu titulo; porque tambem isto he parte do agradecimento, que se lhe deve; e tambem Deos o mandou assim repetidas vezes na Ley Escrita; a saber, no *Exod.cap.21.vers.5.* & 6. *ibi: Quòd si dixerit servus: Diligo dominum meum,*

Rr

&

Uxorem, ac liberos, non egrediar liber: offeret eum dominus diis, U applicabitur ad ostium, U postes, perforabitque aurem ejus subula: U erit ei servus in sæculum.

20 E no Deuteronomio, cap. 15. vers. 16. U 17. ibi: *Sin autem dixerit: Nolo egredi: eò quòd diligat te, U domum tuam, U bene sibi apud te esse sentiat: assumes subulam, U perforabis aurem ejus in janua domus tuæ, U serviet tibi usque in æternum.* E já se vê, que para isto naõ he necessaria, nem praticavel a antiga solemnidade de o levar à presença dos Juizes, significados na palavra *diis* [como expõem Tirino] e furar-lhe a orelha; porque esta cerimonia expressa naquelles textos involvia outros mysterios, e era fundada em outras razões, que já cessaraõ,

raõ, e naõ faõ adaptaveis aos escravos, de que fallamos; e por isso basta que imitemos sòmente o substancial da disposiçaõ; e naõ he necessario imitar tambem as circumstancias accidentaes da sua solemnidade.

21 E se o escravo se achar enfermo, ou estiver já velho, que tudo val o mesmo, *censura juris, ex text. in cap. 1. §. Sin autem Episcopus de Cleric. ægrot. vel debil. in sexto, cum similibus*, com muito mayor razã o devemos conservar; porque entã a sua mayor necessidade puxa pelo nosso mayor agradecimento, e obrigaçaõ; de sorte, que obrando o contrario, podemos justamente temer, e recear o castigo; do que temos exemplo no livro 1. dos Reys *cap. 30.*; onde no *n. 11. e seguintes* se refere, que andando

Rr ii

El.

ElRey David em campanha, lhe trouxeraõ os exploradores hum fervo, ou escravo, que acafo encontraraõ no campo, quasi morto com a fome de tres dias, de fôrte, que para tornar em si, e poder fallar, e dizer quem era, foy necessario darlhe de comer, e de beber, como diz o texto *vers. 12. ibi: Quæ cum comedisset, reversus est spiritus ejus, & refocillatus est; non enim comederat panem, neque biberat aquam, tribus diebus, & tribus noctibus.*

22 E perguntado, disse ser escravo de hum Amalecita, que por adoecer, o lançara fôra, e desamparara, depois da batalha, que pouco antes tiveraõ, e haviaõ vencido os do batalhaõ de feu Senhor; e inquirindo David, se sabia guiallo para onde se achava o tal troço, ou bata-

batalhaõ, respondeo, que se lhe prometteſſe com juramento naõ o matar, nem entregar ao dito feu Senhor, entaõ o guiaria; *ut verſ. 15. ibi: Dixitque ei David: Potes me ducere ad cuneum iſtum? Qui ait: Jura mihi per Deum, quòd non occidas me, & non tradas me in manus domini mei, & ego ducam te ad cuneum iſtum. Et juravit ei David; e com effeito jurando David, o guiou; e dando ſobre o Amalecita, e ſeus ſocíos, em vinte e quatro horas os deſtruo, e acabou a todos: ut verſ. 17. ibi: Et percuffit eos David à vespere uſque ad vespere alterius diei, & non evaſit ex eis quiſquam.*

23 No qual caſo permittio Deos noſſo Senhor, que o meſmo eſcravo, em que todos tinhaõ peccado, conſentindo que ficaffe ao deſamparo
no

no campo, onde perecesse à fome; e necessidade, esse mesmo fosse a occasião do seu estrago: *Ut scirent, quia per quæ peccat quis, per hæc, & torquetur; ut habetur lib. Sapient. cap. II. vers. 16.*; pois se não pôde negar, que se o Amalecita, e seus focios conservassem na sua companhia, e não desamparassem o escravo enfermo, não fora elle achado no campo; não fora levado a David; e não o guiara contra elles; e com isso evitavaõ aquella tão grande, e horrivél fatalidade. Tomemos logo daqui exemplo, e conservemos na nossa companhia o escravo doentio, inerte, ou velho: pois poderá succeder, que assim mesmo feito espantallo na nossa casa nos desvie talvez della o infortunio, ou seja da perda da fazenda, ou da honra, ou da mesma vida. E

24 E quanto ao terceiro modo de chegarem estes cativos ao fim da sua sujeição fervil ; que he , quando os Senhores por sua morte, lhe fizerem quita do tempo , que ainda lhes faltar para compensarem o preço do seu resgate, ainda que esta quita se deve fazer a todos, total , ou parcialmente , conforme o mayor , ou menor tempo , que cada hum delles houver servido ; com tudo plenamente se deve fazer àquelles cativos, que forem bons , e fieis aos seus possuidores ; pois ainda que Pexenfelder *tom. 3. hist.* 145. diz, que estes escravos pretos sómente são bons, em quanto a seu salvo, não podem ser , e se não podem mostrar mãos: *Multi ex hac tribu tandiu sunt boni , quandiu haud tuto possunt esse mali ;* e S. Thomás
ex-

expondo aquellas palavras do Evangelho de S. Mattheus *cap. 24. vers. 45.:* *Quis putas est fidelis servus?* diz, que raro he o escravo fiel: *Rarus est fidelis servus*, com quem concorda Tito Bostrenf. in *Luc. cap. 12. ibi: Non ignorans dixit, quis putas est? Sed ut quod rarum est, & multo honore dignum, demonstraret, si fidelis quis inveniatur.*

25 E ainda que haja muitas historias de escravos, que foraõ máos, e infieis a seus Senhores; huns furtando-lhe a fazenda para si, e para seus desperdiços; outros tirando-lhe a honra, e deixando-se para isso corromper com donativos, e promessas; levando cartas, avisos, e presentes, em damno, e prejuizo da honestidade, e recolhimento de suas filhas; e em fim outros coooperando

rando por diversos modos, para outros insultos semelhantes, e peyores; com tudo tambem se não pôde negar haver muitos escravos bons, e fieis, que zelaraõ, e defenderaõ a fazenda, a honra, e a propria vida de seus Senhores, e ainda o bem commum da Republica, como foraõ os que refere Soares Bahiense no Pro-gymnasio Literario n. 31.; em cuja conformidade no Direito Civil se acha no Codigo o titulo: *Pro quibus causis servi pro præmio libertatem accipiunt*; com algumas Leys, em que se dá liberdade por premio aos escravos fieis a seus Senhores, e aos escravos fieis ao bem commum da Republica.

26 E a estes cativos, que forem bons, e fieis a seus possuidores, os devem elles amar, como a sua al-

Ss

ma,

ma, e tratar como a irmãos, conforme a doutrina do Ecclesiastico *cap. 33. vers. 31. ibi: Si est tibi servus fidelis, sit tibi quasi anima tua: quasi fratrem sic eum tracta;* e isso não sómente em vida, fenaõ tambem por morte, não os deixando em servidaõ, nem em pobreza, como o mesmo Ecclesiastico diz no *cap. 7. vers. 23. ibi: Servus sensatus sit tibi dilectus quasi anima tua; non defraudes illum libertate, neque inopem derelinquas illum;* onde se deve notar a energia, com que falla este texto, dizendo, que o Senhor não defraude o escravo fiel da liberdade; no que suppoem divida, e obrigaçãõ de lha deixar.

27 De sorte, que o não deixar o Senhor a liberdade, fazendo a dita quita, a qualquer outro escravo,
dos

dos que o servem na fôrma cômua , e ordinaria , sem especialidade , humas vezes bem , e outras mal , será não usar com elle de benevolencia , e benignidade , e faltar por mort e à obrigação de caridade , e amor fraternal , que se deve a qualquer proximo ; porém o não fazer a tal quita , e não deixar plenamente livre por sua morte o escravo bom , que lhe foy fiel ; isso será além da obrigação de caridade , faltar tambem à obrigação de justiça , não lhe pagando o que rigorosamente lhe deve , e defraudando-o do que por direito lhe compete.

28 E se o escravo além de ser bom , e fiel , houver utilizado a seu possuidor com officio , ou agencia , que tenha , e de que haja percebido alguns lucros ; não sómente lhe

Ss ii

deve

deve deixar a liberdade, fenaõ que
tambem o deve beneficiar com al-
guma coufa, que mais lhe deixe da
sua propria fazenda; que isso vem a
fer, naõ o deixar pobre, como diz
o transcripto texto in verbis: *Ne-
que inopem derelinquas illum.* Deve
usar com elle em taes termos pro-
porcionalmente, o que obrou a-
quelle Senhor do Evangelho com
o servo, que lhe lucrou cinco ta-
lentos; e tambem com o outro,
que sõmente lhe lucrou dous; aos
quaes ambos pela sua fidelidade, e
pela sua agencia, naõ sõmente os
tirou do estado da servidaõ, e os
elevou ao foro de Senhores na sua
casa; fenaõ que juntamente divi-
dio com elles os seus bens, metten-
do-os de posse com igualdade; *ut
habetur Matth. cap. 25. vers. 21. &*
23.;

23.; e dizendo a cada hum delles de persi: *Euge serve bone, & fidelis; quia in pauca fuisti fidelis, supra multa te constituam: intra in gaudium domini tui. Id est*, expoem Du-Hamel, *intra in domum meam: fruire bonis meis.* E faça-lhe ao menos agora por sua morte isto mesmo, que já lhe devera ter feito em sua vida.

29 E quanto ao quarto, e ultimo modo, com que esta servidaõ, ou sujeicaõ servil se finaliza; que he fallecendo da vida presente qualquer destes cativos; em tal caso, devem os possuidores fazer a suas almas, e ainda a seus corpos, aquellos bons officios, e beneficios, que pede a nossa christandade, e a ley do proximo, que professamos, no que certamente ha muitos descuidos nos tempos presentes; se bem
que

que mayores, e mais frequentes os houveraõ nos passados; nos quaes se achavaõ no reconcavo, e fertões deste Arcebispado, homens taõ inhumanos, que além de não soccorrerem as almas dos escravos fallecidos, com Missas, e suffragios, até por se pouparem à pouca despesa do seu pobre funeral, e humilde sepultura, os mandavaõ enterrar indignamente nos campos, como se fossem jumentos; de sorte, que para se obviar taõ impio procedimento, foy necessario impor-se pena pecuniaria aos incurfos nesta barbaridade, além da excõmunhaõ mayor contra elles fulminada na Constituição do mesmo Arcebispado n. 844., onde se diz o seguinte:

30 *E porque na visita, que temos feito de todo o nosso Arcebispado, achámos*

mos [com muito grande magoa de nosso coração] que algumas pessoas esquecidas, não só da alheya, mas da propria humanidade, mandão enterrar os seus escravos no campo, e mato, como se foraõ brutos animaes: sobre o que desejando nós prover, e atalhar esta impiedade, mandamos sob pena de excomunhaõ mayor, ipso facto incurrenda, e de cincoenta cruzados pagos do aljube, applicados para o accusador, e suffragios do escravo defunto, que nenhuma pessoa de qualquer estado, condiçaõ, e qualidade que seja, enterre, ou mande enterrar fóra do sagrado a defunto algum, sendo Christão bautizado, ao qual conforme a Direito se deva dar sepultura Ecclesiastica, não se verificando nelle algum impedimento dos que ao diante se seguem, pelo qual se lhe deva negar. E mandamos aos Parocos,

rocos , e nossos Visitadores , que com particular cuidado , inquireão do sobre-dito.

31 E para que totalmente cesse esta falta de piedade , devem saber os possuidores destes cativos , que naquellas palavras de S. Paulo , *Epist. 1. ad Timot. cap. 5. vers. 8. Si quis suorum , & maximè domesticorum curam non habet , fidem negavit , & est infideli deterior ;* as quaes já acima expendemos a respeito dos Senhores , e possuidores de cativos , que não trataão delles em vida , dando-lhe , como devem , o sustento , vestuario , e a doutrina , e lhe não acodem com o necessario nas enfermidades ; tambem se comprehende este cuidado de tratarem delles por morte , amortalhando , e sepultando seus corpos decentemente ,
e foc-

e soccorrendo suas almas com Missas, e suffragios; de sorte, que do Senhor, ou possuidor, que faltar a alguma destas duas obrigações, também se pôde dizer com S. Paulo neste texto, que he peyor que infiel, e que nega nas suas obras a mesma fé que conhece, e que professa.

32 Porque quanto à primeira falta, hum dos artigos da Fé he, *Crer na resurreição da carne*; isto he, que cada hum de nós ha de resuscitar com o seu mesmo corpo, e com os seus mesmos ossos, e carne, que agora tem; por não ser difficuloso a Deos, que tudo creou de nada, tornar a compor a todos novamente das mesmas cinzas, em que se resolvem; e quando honramos com a mortalha, com a sepultura, e com

Tt

os

os funeraes, os corpos dos defuntos, entende-se, que tudo isto fazemos protestando, e dando testemunhos da fé, com que cremos a sua resurreiçaõ: logo o não lhe fazer estes devidos beneficios, he negar nas obras, e não dar testemunhos dessa mesma fé.

33 E he fer cada hum peyor, que infiel, ou gentio; porque gentios, e infieis ha, que sem terem a luz da fé, nem crerem o dito artigo, honraõ com mortalhas, sepulturas, e funeraes gentilicos, e a seu modo os corpos de seus defuntos; como tudo diz, convencendo este mesmo ponto, o expresso texto de *Direito Canonico in cap. cum gravia 17. caus. 13. q. 2. ibi: Et si hæc faciunt, qui carnis resurrectionem non credunt; quantò magis debent facere,*
qui

qui credunt; ut corpori mortuo, sed tamen resurrecturo, impensum ejusmodi officium, sit etiam quodammodo ejusdem fidei testimonium.

34 E quanto à segunda falta; que o Senhor, ou possuidor do escravo fallecido, que lhe não soccorre a sua alma com Missas, e suffragios, mostra negar a fé, nas suas obras, tambem he claro; porque de fé he, que ha Purgatorio, onde as almas dos fieis, que morrem em graça de Deos, satisfazem com acerbissimas penas, que padecem, os peccados commettidos nesta vida, como está definido no Concilio Florentino *sess. ultim. in Decret. fidei*; e no Tridentino *sess. 6. Canon. 30. & sess. 25. in Decret. de Purgat.*; e consta de muitos lugares da Sagrada Escritura; e entre elles muito expressamente

Tt ii

famente do *cap. 12.* do livro segundo dos Machabeos.

35 E do mesmo modo he tambem de fé, que as nossas almas são immortaes, como consta de muitos lugares do novo, e velho Testamento, *ex Genes. cap. 37. vers. 25. Exod. cap. 3. vers. 6. Eccles. cap. 12. vers. 7. Matth. cap. 12. vers. 28. U cap. 22. vers. 32. Luc. cap. 16. vers. 22. Apocal. cap. 6. vers. 9. U cap. 14. vers. 13.; U sic etiam* de fé he, que com os nossos suffragios as podemos aliviar, e livrar daquellas penas; porque ellas, e nós estamos como membros vivos, unidos todos no corpo mystico de Christo; e por isto cõunicamos, e participamos huns das boas obras dos outros; que isto he o que cremos no artigo da Cõmunicação dos Santos; *ut exponit*

ponit Nogueir. de Bull. cruciat. disp.
26. sect. 7. n. 53.

36 E por isso assim como os fieis, que soccorrem com Missas, e suffragios as almas dos defuntos de sua obrigação, confessaõ com as obras, e daõ testemunho da fé, com que crem estes ditos artigos; assim tambem os fieis, que pelo contrario não soccorrem com Missas, e suffragios as almas dos defuntos da sua obrigação, nesta sua omissaõ negaõ, e não daõ testemunho da viva fé, com que devem crer os mesmos artigos. E como entre os defuntos da obrigação de cada hum se entendem tambem ser os servos, e os escravos a respeito de seus possuidores; porque em tudo o que respeita ao seu bem temporal, e espirital correm paridade com os filhos,

lhos, como repetidas vezes fica expellido; segue-se, que faltando os taes possuidores a foccorrer as suas almas com Missas, e suffragios, não dão testemunho da viva fé, com que deviaõ crer, que estaraõ no Purgatorio padecendo acerbissimas penas, e que dellas as pôdem aliviar, e livrar por meyo dos seus suffragios, e do santo Sacrificio da Missa.

37 Por esta razaõ de crer vivamente os sobreditos artigos, mandou Judas Machabeo doze mil drachmas [que eraõ certas moedas de prata] aos Sacerdotes do Templo de Jerusaleem, para offerecerem Sacrificios, e Orações pelas almas de alguns dos seus servos, e soldados fallecidos, que o haviaõ servido nas campanhas; como se refere na Sagrada Escriitura dito *lib. 2. Machab. cap.*

cap. 12. vers. 43. ; obrando assim , impellido da viva fé , que tinha da resurreiçaõ dos seus corpos , e immortalidade de suas almas , e da cõmunicaçaõ das boas obras dos vivos para com os mortos , ut ibi : Et facta collatione , duodecim millia drachmas argenti misit Jerosolymam offerri pro peccatis mortuorum sacrificium , benè , & religiosè de resurrectione cogitans . Et vers. 44. ibi : Nisi enim eos , qui ceciderant , resurrecturos speraret , superfluum videretur , & vanum orare pro mortuis ; o que como cousa santa , e pia lhe approvou , e confirmou por ultima conclusaõ o mesmo sagrado Texto no vers. 46. ultimo daquelle cap. ibi : Sancta ergo , & salubris est cogitatio , pro defunctis exorare , ut à peccatis solvantur .

38 E à vista disto , se não quere-
mos

mos os possuidores destes cativos faltar com as nossas omisões à viva fé, com que devemos crer os artigos da sua resurreição, da immortalidade das suas almas, e da comunicação dos Santos; e se queremos dar authenticos testemunhos dessa mesma viva fé, com que tudo devemos crer, imitemos o exemplo do sobredito Machabeo, mandando oferecer muitos sacrificios, isto he, dizer muitas Missas pelos escravos, que toda a vida, até fallecerem, nos serviraõ, assim como elle fez aos soldados, e fervos, que talvez sómente o serviriaõ naquella occasiaõ.

39 Pois além de satisfazermos com isso à nossa obrigação, mereceremos grandes premios na outra vida; e tambem nesta, como elle mereceo,

receo, e se refere no mesmo livro ;
 onde depois daquella piedade , se
 diz, que lhe mandara Deos nosso Se-
 nhor da sua mão huma espada
 guarnecida de ouro, segurando-lhe ,
 que com ella entraria sem receyo
 nas batalhas, e venceria seus inimi-
 gos, sendo mensageiros deste Divino
 presente dous defuntos tão distin-
 ctos , e qualificados, como eraõ o
 Sacerdote Onias , e o Profeta Je-
 remias, de cuja mão a recebeo ; *ut*
habetur cap. 5. vers. 12. cum sequentib. ;
U vers. 15. U 16. ibi: Extendisse au-
tem Jeremiam dexteram, U dedisse Ju-
dæ gladium aureum dicentem: Accipe
sanctum gladium munus à Deo, in quo
dejicies adversarios populi mei Israel.

4º Pois que melhor , e mais *invencivel*
 universal espada de ouro, nos pó-
 de Deos nosso Senhor dar em agra-

Vv

de-

decimento da caridade, que exercemos com as almas dos cativos, que nos servirem, e fallecerem na nossa sujeição, do que a de auxilios efficazes da sua graça, com que possamos vencer as batalhas, e tentações dos demonios nossos invisiveis inimigos?

41 E pelo contrario se faltarmos a esta obrigação, podemos além da perda do premio temer, e recear o merecido castigo; que quando não seja outro, será ao menos, o de sentirmos tambem a mesma falta de caridade dos vivos para com as nossas almas, quando se acharem no mesmo estado, que talvez não tarde muito tempo; pois os parentes se descuidarão; os amigos nem de nós terão lembrança; as Irmandades, os testamenteiros,
e as

e as Confrarias teraõ demoras, ou teraõ os descaminhos, que muitas vezes succedem por falta de fidelidade nos seus administradores.

42 Nesta conformidade diz o Venerando Bispo Joaõ de Palafox na 3.^a p. do Anno espirital *Seman. 4.* de Julho n. 52: Quem se naõ lembra dos seus amigos, dos seus companheiros, de seus pays, irmãos, conhecidos, e obrigados, e os deixa padecer no Purgatorio, que espera que seja delle, se tambem lá for? Que memoria pertende tenhaõ? Que Missas, que suffragios, e que esmolas? E no sobredito texto de Direito Canonico *in cap. cum gravia 17. caus. 13. q. 2.* se insinua, que use cada hum de piedade com os seus obrigados fallecidos, com a mayor diligencia, que puder, para que de-

pois os seus obrigados vivos, lhe fação tambem o mesmo com igual cuidado , ibi : *Diligentius tamen faciat hoc quisque pro necessariis suis , quò pro illo fiat similiter à suis.*

43 E além disto , já acima deixamos dito , e outra vez agora repetimos , que estes cativos são nossos conservos , a respeito de Deos ; e por isso se em vida , e por morte usarmos de piedade com elles , com seus corpos defuntos , e com suas almas , tambem este Senhor a terá de nós ; porque as obras da nossa piedade , e misericordia com elles , são premissas , cuja consequencia he a piedade , e misericordia de Deos connosco , como se deduz do que o Senhor disse ao Servo do Evangelho *apud Matth. cap. 18. vers. 33. ibi: Opportuit & te misereri conservi tui;*
e se

e se nas Missas, suffragios, e Orações por suas almas formos poupados, e diminutos; o mesmo seráõ por permissão sua aquelles, de quem por morte esperarmos semelhantes beneficios; pois, como diz o citado Palafox, hum dos effeitos ordinarios da Divina Justiça neste ponto, he sermos tratados pelos mais, assim como os outros forem tratados por nós.

44 E por isso cuidemos muito em encher nesta parte a medida da nossa obrigação, em quanto vivos; para que por nossa morte, enchaõ tambem a sua os nossos obrigados, attendendo a dizer o mesmo Senhor por S. Lucas, que na mesma fôrma, que agora medirmos, se nos medirá entãõ; e que se agora enchermos bem a medida para os outros, fará elle, que entãõ a mesma
me-

medida se encha de tal fórte para nós, que a recebamos boa, refeita, calcada, e trasbordando; *ut habetur in cap.6. vers. 38. ibi: Date, & dabitur vobis: mensuram bonam, & confertam, & coagitatam, & superefluentem dabunt in sinum vestrum; eadem quippè mensura, qua mensi fueritis, remittietur vobis.*

45 Esta he a fórma, com que se devem portar os possuidores destes cativos, nos ultimos fins da sua sujeição servil; com cuja exposiçaõ, temos tambem chegado aos ultimos fins deste Discurso. Resta, que quem até aqui o houver lido, principie logo a praticar o mesmo, que acabou de ler; porque tudo saõ doutrinas fundadas em Leys Divinas, e humanas, das quaes, para cada hum se justificar perante Deos, no
que

que respeita a commerciar, haver, e possuir competentemente os mencionados cativos, não basta que seja leitor sómente; necessário he, que seja juntamente obrador, na conformidade do que diz S. Paulo, *ad Romanos cap. 2. vers. 13. Non enim auditores legis justi sunt apud Deum; sed factores legis justificabuntur.* Obre pois com elles o que neste Opusculo fica dito; e do modo injusto de os commerciar, haver, e possuir *jure emptionis*, transfira-se logo para o modo justo de os commerciar, haver, e possuir, *jure redemptionis*; e aos que assim houver, e possuir, sustente, vista, e instrua com mayor providencia, e cuidado, do que até agora o praticava, seguindo em tudo os dictames, e doutrinas apontadas.

46 E para obrar isto mesmo, he

he necessário pedir a Deos nosso Senhor a sua graça; e que lhe assista com a luz interior do entendimento, e moção interna da vontade; porque sem isso não poderá vencer as contrarias, e repugnantes leys da nossa propria ambição, e amor proprio; pois elle mesmo nos diz por S. Joaõ *cap. 15. vers. 5. Sine me nihil potestis facere*; e S. Agostinho *tract. 81. Sive ergo parum, sive multum, sine illo fieri non potest, sine quo nihil fieri potest*. O mesmo Senhor se digne dirigir tudo o que temos dito, à sua honra, gloria, e louvor; que estes, de nossos pensamentos, obras, e palavras, devem em fim ser os nossos ultimos fins.

LAUS DEO, ET DEI GENITRICI.

RE-

REPERTORIO

DAS COUSAS MAIS, E MENOS
notaveis deste Discurso.

A

Acto; o que não val pelo modo nullo, se poderá sustentar-se pelo valido, 3. parte n. 6.

Acto nullo; se não he da mesma ordem do valido, a elle se não pôde reduzir, 3. p. n. 10.

Acto do agente; quando obra *ultra intentionem agentis*, 3. p. n. 10. & n. 16.

Acção de graças a Deos nosso Senhor, que devem fazer os possuidores dos cativos, p. 8. à n. 2.

Agradecimento; de alguns brutos a seus bemfeitores, p. 8. n. 6.

Agua; a quem livrou o camponez de hũa cobra: e ella o livrou do seu veneno, 8. p. n. 7.

Alimentos; devem os Senhores prestar aos cativos, p. 4. n. 4. e seguintes.

Almas; sua immortalidade he de fé, p. 8. n. 35.; e satisfazem por seus peccados no Purgatorio, n. 34.

Almas dos cativos devem os Senhores soccorrer com Missas, suffragios, e orações; e pela medida que lhos medirem, serão tambem medidos os seus, p. 8. n. 42. e 43.

Amor do proximo deve se exercer com obras, e não sómente coma lingua, e palavras, 4. p. n. 15.

Alheação dos cativos remidos, como se entende, 2. p. n. 9. e n. 10.

Amor de Deos, e do proximo são connexos, p. 4. n. 14.

Annos; os que faltarem aos cativos remidos, pagarão cada hum pela vigesima parte do seu valor, 2. p. n. 36.

Annos; se devem entrar na conta para a compensação dos cativos, os que até agora tiverem já servido, 2. p. n. 37.

Affaltos dos pretos gentios, não são guerras legítimas; são

Xx

rou

- roubos, e latrocinios, 1. p. n. 3. e 4.
Affaltos sobreditos, devem-se regular pelo mesmo direito de negociação piratica, 1. p. n. 5. e 6.
Affoutes; como se portaráo neste castigo os possuidores destes cativos, 5. p. n. 23.
Averiguação da legitimidade das escravidões não fazem os Comerciantes destes cativos, quando os tomao aos gentios, 1. p. n. 12.
Aves, que aprenderão Orações inteiras, e as repetiaõ, 6. p. n. 9.

B

- B** *Arbaridade* he mandar sepultar os cativos fóra de lugar sagrado, p. 8. n. 29. e 30.
Barbaridade he atormentar os cativos com pingos de lacre, e semelhantes crueldades, p. 5. n. 19.
Bautismo; que effeitos causa nas almas dos bautizados, p. 6. n. 33.
Bautismo; he iniquidade vendello a troco de perpetua escravidão, 2. p. n. 7.
Bautismo; devem os possuidores dos cativos não retardar aos meninos, e aos adultos, p. 6. n. 30.
Beneficios; devemos agradecer a Deos o que nos faz no uso das creaturas, 8. p. n. 2.
Beneficios; se devem fazer aos cativos fallecidos com mortalha, sepultura, e suffragios, p. 8. n. 29.
Beneficios; quaes devem fazer os possuidores aos cativos no fim da sua servidaõ, p. 8. n. 5.
Boa fe em que consiste, 1. p. n. 28.
Boa fé; quem com ella possue, como, e quando he obrigado a restituir, 1. p. à n. 51.
Boa fé, cessa pela noticia superveniente, 1. p. n. 57.
Bom agrado; com elle devem despedir os possuidores aos cativos no fim da servidaõ, p. 8. n. 5.
Bom exemplo; devem os Senhores dar aos servos, e cativos, p. 7. n. 13.
Bom nome; tambem os cativos tem, e não se lhe deve offender, 5. p. n. 33.
Bom;

Bom ; o que desi he , não se deroga pelo que he melhor ,
2. p. n. 26.

Brutos , a liberalidade os faz bons , 4. p. n. 24.

C

Cafigo , deve ser bem ordenado no tempo , quantida-
de , qualidade , e modo , 5. p. n. 3.

Cativos ; os de que se trata , são os donos da sua liberdade ,
da qual sempre retém , e nunca perderão o dominio , 1.
p. n. 16.

Cativos remidos ; servem até pagar o seu resgate , 2. p. n. 11.
e 3. p. n. 18. são como escravos , ibidem.

Cativos remidos ; tendo servido o tempo , que baste para
compensar o seu resgate , ficam livres , 2. p. n. 12.

Cativo ; provando em Juizo , que não foy tomado legitima-
mente com averiguação , e certeza de ser bem cativado ,
deve-se julgar por remido , e não por comprado , 3. p. n. 23.

Cativo , que findado o tempo , quizer permanecer em casa ,
os Senhores o deixem ficar , p. 8. n. 19. e seguintes.

Comercio , ou negociação de cativos sem exame , e averigua-
ção previa , he reprovado , 1. p. n. 9. e 3. p. à n. 26.

Comerciantes de cativos , compraõ , ou mandaõ comprar já
com animo , e resolução de comprarem pessoas livres , 1.
p. n. 9.

Comerciantes de cativos , andaõ em estado de eterna condem-
nação , 1. p. n. 12.

Comerciantes de cativos , raro , ou quasi nenhum será , o que
tenha nesta materia ignorancia invencivel , que o escuze
de peccado , 1. p. n. 13.

Comerciantes de cativos , tem fundamento para se persuadi-
rem , e saberem , que os pretos gentios são mal , e injusta-
mente reduzidos a cativo , 1. p. n. 15.

Comerciantes de cativos ; peccão mortalmente , comprando
sem preceder exame , e averiguação das escravidões , 1.
p. n. 15.

Comerciantes ; como praticarão a via de redempção , 2. p. n. 21.

- Comercio* de redempção de cativos, as Leys o favorecem, 3. p. n. 17.
- Comercio* de cativos sem averiguação dos titulos da sua escravidão, he peccaminoso, e contra justiça, e caridade, 1. p. n. 12.
- Composição* amigavel com os cativos sobre o tempo preterito, pode-se fazer, 2. p. n. 37.
- Compra*, e venda, não tem fórma extrinseca, além do consenso *de re*, & *pretio*, 3. p. n. 13.
- Costumes* injustos, e nutritivos de peccados, são abrogados, e annullados pelos sagrados Canones, 3. p. n. 2.
- Cousas alheyas*, ou que se presume o são, he peccado mortal comprallas, 1. p. n. 14.
- Cousas alheyas* são as liberdades, que se compraõ, e vendem na negociação destes cativos, 1. p. n. 16.

D

- D** *Anno*, e detrimetos causados aos cativos pela injusta compra dos Comerciantes, lhe devem estes resarcir, 1. p. n. 17. n. 18 e n. 58.
- Demonstrações*, vestigios, e arremedos de amor, e gratificação, até nas creaturas insensiveis, e nos elementos se dizizaõ, p. 8. n. 6.
- Desordens*; quaes se devem evitar no castigo dos cativos, 5. p. n. 3.
- Demonio*, assiste nas almas antes de bautizadas as creaturas, p. 6. n. 33.
- Demonios*, são os vicios capitaes, que occupão toda a casa vaga, p. 7. n. 11.
- Deformidade* da culpa original, significada na fealdade de hum menino, que depois de bautizado ficou formoso, p. 6. n. 36.
- Deuteronomio*, as suas leys, no que respeita à doutrina, servem para a nossa imitação, e como, p. 5. n. 24. e p. 8. n. 13.
- Direito* de penhor, e retenção, se acquire nos cativos remidos por commercio, e pode-se passar, e ceder a outrem, 3. p. n. 18.
- Divisão*, e repartição da liberdade, como a faraõ o possuidor,

- dor, e o escravo duvidoso, 1. p. n. 46. e 47.
- Divizivel*, e estimavel he a liberdade da parte dos possuidores; mas não da parte dos escravos, 1. p. n. 43. e n. 45.
- Dominio* não acquirem os gentios nos cativos, que apanhaõ furtivamente, nem os pôdem vender, 1. p. n. 9.
- Donativo*, com que se brinda o mensageiro de alguma offer-
ta, he parte do agradecimento devido a quem a envia,
8. p. n. 5.
- Doutrina* Christã, como a devem ensinar os Senhores aos ca-
tivos, p. 6. per totam.
- Doutrina*, e sua explicação para os cativos buçaes, p. 6. n.
21. e seguintes.
- Doutrina*; que diligencias faraõ os Senhores para que os cati-
vos a aprendaõ, p. 6. n. 11. e seguintes.
- Doutos*, e timoratos, reprovaõ o comercio de cativos de Gui-
né, 1. p. n. 1. e n. 9.
- Duvida* propriamente tal, quando, e como se conhece ser,
1. p. n. 37.
- Duvida*; quando he igual, deve-se dividir a cousa entre o
duvidoso dono, e o possuidor de boa fé, 1. p. n. 40.
- Duração*; quanta será a dos cativos remidos na sua servidaõ,
2. p. n. 32. usque adn. 37.

E

- E** *Menda* dos cativos, até onde se estende o poder, que
para ella daõ as Leys a seus Senhores, p. 5. n. 20.
- Enfermo*, doentio, ou velho, se estiver o cativo, findo o
seu tempo, deve-se conservar em casa, e não o lancar fó-
ra, p. 8. n. 19.
- Enfermos* estando o cativos, devem os Senhores curallos, e
tratillos, p. 4. n. 9.
- Equidade*, he julgar-se o cativo por remido, e não por livre,
3. p. n. 21.
- Erro* proprio, he não evitar o erro alheyo, 1. p. n. 2.
- Estimação*, ou valor da arte, ou officio, devem pagar os ca-
tivos, que se libertarem, 2. p. n. 28. e porque razaõ, n. 29.
- Esti-*

Estimação do officio, ou arte, por razão della servirão os ingenuos até idade de vinte e cinco annos, p. 2. n. 28. e n. 30.

Estimavel, e divisivel, como, e quando he a liberdade, 1. p. n. 43. e n. 45.

Estimação da arte, ou officio a poderão pagar a dinheiro os ingenuos, não querendo servir, 2. p. n. 31.

Espada de ouro, que Deos mandou a Judas Machabeo, p. 8. n. 39.

Esponsaes, incluem-se no Matrimonio, 3. p. n. 15.

Escandalo, ou máo exemplo, não devem os Senhores dar aos cativos, p. 7. n. 14. e 15.

Escurpulo, se regula pelo seu fundamento, e não pela propria existimação, 1. p. n. 37.

Escravos; servem com conformidade ao jornal dos jornaleiros, p. 8. n. 13. e 14.

Ethiopes são frivolos para o trabalho, e são ambiciosos, p. 6. n. 17. e n. 20.

Ethiopes são muito inclinados à sensualidade, p. 7. n. 5.

Exame da legitimidade das escravidões, não o fazem os Comerciantes dos cativos, 1. p. n. 12.

Exame das escravidões manda os Regimentos fazer, 3. p. n. 26., & vide etiam n. 22.

Exemplar dos nossos olhos nas mãos de Deos, são os olhos dos cativos nas nossas mãos, p. 4. n. 22.

Exemplos de maldições, ou pragas, que succederao para castigo de quem as impreca, e de quem dá a isso causa, 5. p. n. 36.

Exemplo bom devem os Senhores dar aos cativos, e como, p. 7. n. 13. e seguintes.

Exemplo de Judas Machabeo, se deve seguir nos suffragios pelos servos, p. 8. n. 38.

F

F *Ato*; quem a algum se acha obrigado, satisfaz pagando o interesse, 2. p. n. 31.

Factos; por elles se regula o animo, e intenção de quem os obra, p. 5. n. 24.

- Fé* recebida no baptismo, faz os cativos mais promptos, e fieis no serviço dos Senhores, 6. p.n. 38.
- Fé* nega nas obras, quem não tem cuidado dos seus domesticos, na saúde, na doença, e por morte, p.4. n. 13. e 14. e p.8. n. 31. e seguintes.
- Fé*, e seus mysterios, e documentos, como os Senhores devem instruir os cativos, p. 6. n. 5. e seguintes.
- Fé* boa, ou boa fé, em que consiste, 1. p.n. 28.
- Fieis*; aos escravos, que o são a seus Senhores, e à Republica, dão as Leys do Codigo a liberdade por premio, p. 8. n. 25.
- Fieis*; aos cativos, que o forem, devem os Senhores amar como irmãos, e como a propria alma, p. 8. n. 26.
- Fieis*; aos cativos, que o forem, não devem os Senhores por sua morte, deixar em servidão, nem em pobreza, p. 8. n. 27. e 28.
- Fôrma*; he a que dá ser, existencia, e vida ao acto, 3. p. n. 9.
- Fôrma*, com que podemos reduzir aos termos licitos a posse dos pretos cativos, 2. p.n. 25.
- Formosura* milagrosa causada pelo Baptismo, p. 6. n. 36.
- Frutos* dos escravos, são os seus serviços, 1. p. n. 51.
- Frutos*, ou serviços dos escravos, como os devem restituir os possuidores de boa, e de má fé, 1. p.n. 51. 52. 53. e 54.
- Frutos*, ou rendimentos de qualquer cousa, sempre igua- laõ a vigesima parte do seu valor, 2. p. n. 34.
- Foro* interno, e externo, quando são diversos, 1. p.n. 39. e 2. p. n. 23.
- Funeraes*, que se fazem aos defuntos, são testemunhos da nossa fé, p. 8. n. 32.
- Furto*, que fizerem os cativos, a quem o Senhor não der o sustento, carrega sobre elle, p. 4. n. 34.

G

G *Aviaõ*; das suas garras livrou huma ave, pronunci- ando a Ave Maria, p. 6. n. 9.

Gen-

- Gentios* ; não tem que alterar os Comerciantes com elles nada no commercio de redempção : porque sempre ha de fer o mesmo acto externo de trocar o tabaco , e mais generos , pelos cativos que remirem , 2. p. n. 21.
- Gentios* ; grandes beneficios se lhes faz , remindo-os , e trazendo-os às nossas terras , 2. p. n. 6.
- Gentios* não consentem , que se faça averiguação da justiça das escravidões , 1. p. n. 20.
- Gentios* , reduzem a cativo a infinitos , que apanhaõ nos assaltos , e a outros muitos por modos injustos , e repugnantes ao direito natural , 1. p. n. 11. e 2. p. n. 2.
- Geração civil* , he a sujeição : pois faz , como filhos , aos domesticos , servos , e cativos , 4. p. n. 12.
- Graças* devemos render a Deos pelo uso , e logro das creaturas , ainda materiaes , p. 8. n. 2.
- Graça* recebida no Baptismo , effeitos , que causa , 6. p. n. 33.
- Graça* , e amor de Deos , não habita em quem se não compadece , e soccorre o proximo , que vê necessitado , 4. p. n. 9.
- Gradação* dos cativos , se deve attender na prestação do sustento , e vestuario condigno , 4. p. n. 6.
- Gratificação* dos beneficios , até os brutos a mostráráõ algumas vezes , p. 8. n. 6.
- Gratificação* devem os Senhores ter com os cativos no fim da sua servidão , p. 8. n. 5. e seguintes.
- Guerras* , não são os assaltos dos gentios , com que se cativaõ furtivamente huns aos outros , 1. p. n. 3. e seguintes.
- Gritarias* , e clamores , não devemos usar com os proximos , 5. p. n. 39.
- Grossos bordões* , varas , e outros instrumentos peçados ; com elles se não devem espancar os cativos , 5. p. n. 17. e seguintes.

H

- H* *Istorias* de animaes agradecidos , apontaõ-se algumas , p. 8. n. 6. e 7.
- Histórias* de pragas , que cahiraõ ; referem-se duas , 5. p. n. 36. e 37. *Histo.*

Historia da ave, que livrou do Gaviaõ, repetindo a Ave Maria, 6. p. n. 9.

Historia de hum campones rude, que pelo interesse aprendeo a Doutrina, 6. p. n. 18.

Historia da formosura de hum menino milagrosa, e obrada no baptismo, 6. p. n. 36.

Historia de hum escravo deixado por enfermo, que foy occasião da morte de seu Senhor, 8. p. n. 19. e seguintes.

Historias de escravos fieis, que zelaraõ a fazenda, honra, e vida de seus Senhores; *remissivè*, 8. p. n. 25.

Homens iguaes na natureza aos Senhores saõ os cativos; e como taes se devem tratar, p. 5. n. 15. e 16.

Homens; de o serem, e passarem a brutos, e fêras, degeneraõ os que farjaõ os cativos sobre os açoutes, 5. p. n. 19. e 26.

Homens livres; nelles naõ cabe comercio por titulo translativo de dominio, 3. p. n. 14.

Homens, e mulheres, que apanhaõ os Gentios furtivamente, naõ saõ seus cativos, nem elles os pódem vender, 1. p. n. 9.

Honestidade nos Senhores devem os cativos ver, p. 7. n. 14.

Honra, que se faz aos defuntos com a mortalha, sepultura, e funeraes, he testemunho da fé, com que cremos os artigos da resurreiçaõ da carne, e immortalidade da alma, p. 8. n. 32. 35. e 36.

Honra da mortalha, sepultura, e funeraes, negalla, he ser peyor que infiel, p. 8. n. 52. e seguintes.

Honra; tambem os escravos a tem, e he peccado injuriallos, 5. p. n. 53.

Humanidade, com ella tratava Lucillo os seus escravos, 5. p. n. 16.

Humanidade; naõ respeita as suas leys, e segue as da fereza, e crueldade, quem castiga os cativos com cem, duzentos, trezentos, e quatrocentos açoutes, p. 5. n. 26.

I

I *Njurias*, e pragas, não devem dizer, e lançar os Senhores aos cativos, 5.p.n. 31. e seguintes.

Infieis; os cativos de idade até sete annos devem logo ser baptizados, e apartados dos pays, se for necessário, p. 6. n. 31.

Infieis, quando ainda o são os cativos, devem os Senhores trabalhar, a que se convertaõ, e baptizem, p. 6. n. 30.

Infieis, honraõ os seus defuntos com sepultura, e funeraes ao seu modo gentilico, 8. p. n. 33.

Ignorantes, se estaõ obrigados a restituicão alguma aos escravos, 1.p.n.27. e seguintes.

Iniquidade grande, he querer vender a reducãõ à fé, e recepçãõ do baptismo, a troco de perpetua escravidãõ, 2. p.n.28.

Injustiça das escravidões dos cativos comprados por gentios, he muito, e mais que muito verosimel, 1. p.n.10.

Injustiça com que se compraõ os cativos, em que se funda, 1. p. n.14.

Ingenhuos nascidos das escravas remidas, quanto tempo devem servir, e utilizar seus patronos, pela criaçãõ, e educaçãõ, 2.p.n. 18.n. 28. en. 30.

Ingenhuos, pôdem-se remir desta obrigaçãõ, pagando o interesse a seus patronos, 2. p. n.31.

Injuria, destroe o que edifica a correcçãõ; e tudo fica baldado, p.5. n. 32.

Ira, e colera, deve-se esperar que passe a sua primeira intensãõ, antes de entrar no castigo dos cativos, 5. p. n.4. e seguintes.

Intençãõ, como a mudarãõ os Comerciantes, 2. p. n.20. e 21.

E como a mudarãõ os compradores, e possuidores, n. 22.

Inimigos domesticos, fazem os Senhores aos cativos, se os trataõ mal, 5. p. n. 30.

Jornal dos jornaleiros; com conformidade a elle, servem os cativos, e se lhes deve gratificar, p. 8. n 13. e seguintes.

Instruccão na Doutrina Christã, como entrarãõ a fazella os possuidores dos cativos, p.6.n.5.

Inf-

Das cousas mais notaveis. 355

Instrucção na Doutrina para os cativos rudes , p. 6. n. 23.

Instrucção nos bons costumes , como a faraõ os possuidores dos cativos , p. 7. n. 1. e seguintes.

Instrucção nos bons costumes ; para elles conduz muito dar aos cativos bons exemplos , e não lhes dar escandalo , p. 7. n. 13. e seguintes.

L

L *Eaõ* ; como elles são os Senhores , que castigaõ os cativos desattentadamente pelo rosto , e mais partes irregulares , 5. p. n. 29.

Leys humanas , impoem penas aos Senhores , que faltaõ ao sustento , e mais necessidades dos cativos , p. 4. n. 5. e n. 10.

Leys , não basta que se leaõ , he necessario , que se obrem , ou executem , p. 8. n. 44.

Legitimidade das escravidões , visto se não poder já nos tempos presentes averiguar , não se pôdem os cativos pretos tomar aos Gentios por via de compra , ou permutação com aquisição de dominio ; senão sómente por via de redempção com aquisição de Direito de penhor , e retenção , 1. p. n. 21. e 2. p. n. 5. e seguintes , e 3. p. n. 3. e 4.

Lembrança ; muito assentadas nella devem ter os Senhores as principaes obrigações , que lhe correm de sustentar , vestir , curar , corregir , e instruir na Doutrina , e bons costumes aos seus cativos , 4. p. n. 3.

Liberalidade , até aos brutos enche de bondade , 4. p. n. 25.

Liberdade , se não deve dar aos cativos para sahirem de casa a toda a hora , e menos de noite , p. 7. n. 6.

Lições da Doutrina Christã , como se daraõ aos cativos , 6. p. n. 5. 6. e seguintes.

Liberdade pro parte , como se deve restituir , 1. p. n. 44. e seguintes , e n. 53. e 54.

Liberdade , com ella nascem os partos das escravas remidas , 2. p. n. 13. e n. 18.

Liberdade de rigor de Direito se devia julgar aos cativos Africanos , 3. p. n. 21.

Liberdade , pôde-se vender aos escravos , 1. p. n. 45

Liberdade alheya , não se póde comparar *in totum* , *nec pro parte* , 1. p. n. 43.

Liberdade , como he divisa , e indivisa , 1. p. n. 43. e n. 45.

Liberdades , são a cousa alheya , que os Gentios vendem , e os Comerciantes lhe compraõ na negociaçaõ destes cativos , 1. p. n. 16.

Lucillo ; benevolencia com que tratava os seus escravos , 5. p. n. 16.

Luz da razãõ , he a aurora , que vem outra vez rayando no fim da colera , 5. p. n. 9.

Luz , devemos pedir a Deos nosso Senhor , para podermos vencer asleys da propria ambiçaõ , e amor proprio , p. 8. n. 45.

M

M *Adrugada* , da noite da colera , como , e quando se entende ser , 5. p. n. 8.

Madrugada ; antes della se levantava a mulher forte dos Proverbios a tratar do sustento dos escravos , 4. p. n. 21.

Madrugada ; nella castigavaõ os Rabinos seus filhos diariamente , para não serem traveßos em todo o mais dia , 5. p. n. 7.

Mal , tolera-se o menor , por evitar o mais grave , 2. p. n. 19.

Mayoria da propensaõ do entendimento , obriga a restituir parte da cousa alheya , 1. p. n. 34. e seguintes.

Mayoria do erro , ou delicto , por ella se ha de regular o castigo dos cativos , 5. p. n. 4.

Maldições , ou pragas , não devem dizer , e rogar os Senhores aos cativos , p. 5. n. 31.

Matrimonio , não devem os Senhores impedir a sua contractaõ , e o seu uso aos cativos , p. 7. n. 8.

Matrimonio dos impuberes se val , 3. p. n. 6.

Melhor ; para o que o he , póde cada hum mudar o conselho , não havendo prejuizo de terceiro , 2. p. n. 21.

Melhor he algumas vezes , o que sómente he bom , do que aquillo , que comparativamente he melhor , 2. p. n. 26.

Misericordia de Deos ; devemos imitalla , e como , 4. p. n. 23. 24. e 25.

Mise-

Misericordia ; o servo , que a não usa com os parceiros , ou conseruos , não merece a do Senhor de todos , 4. p. n. 23. e p. 8. n. 44.

Modo de temperar o amor , e o respeito , que devem ter os cativos , 5. p. n. 38.

Modo , e via de examinar , averiguar , e saber dos Gentios a legitimidade , e certeza das escravidões dos cativos , que vendem , já o não tem , nem podem ter os Comerciantes , 1. p. n. 20.

Modo , com que se podem validamente commerciar , e possuir os pretos cativos . 2 p. n. 5.

Modo de castigar os cativos , não deve ser desordenado por obras , ou por palavras , 5. p. n. 27. e seguintes.

Modos injustos , com que os pretos são cativados , 2. p. n. 2.

Molos , quantos são os com que se finda a servidão , p. 8. n. 1. e seguintes.

Molestias , e enfados , que nos causaraõ , perdoaremos aos cativos , p. 8. n. 11.

Molestias , e enfados , causaõ os cativos ociosos , mais que os trabalhadores , p 7. n. 9.

Mulher forte dos Proverbios , deve-se imitar em dar diariamente o sustento aos cativos , 4. p. n. 21.

N

Negociação de cativos por via de redempção , admittida ella sempre se haõ de vender os cativos a cem mil reis , e mais , como de presente , 2. p. n. 32. E o que entaõ se vem a vender , e comprar , he o direito de os reter , e possuir como cativos , até pagarem , ou compensarem , 2. p. n. 9. e 10.

Negociação de cativos , fazendo-se por via de redempção , não tem os Comerciantes que alterar com os Gentios ; porque sempre fica sendo o mesmo acão de trocar o tabaco , e mais generos pelos cativos , 2. p. n. 21.

Negociação de comprar cativos aos Gentios , sem constar da legitimidade da sua escravidão , he reprovada , 1. p. n. 9. e 2. p. n. 1. e seguintes , e n. 15.

Negociação de comprar cativos , sem averiguação da sua escravi-

cravidaõ, he peccaminosa, e offensiva da justiça, e caridade, 1.p.n.12. e 3 p. n.1.

Noticia, e fama, que corre de serem os pretos furtados, e e mal cativados pelos Gentios, faz propender o entendimento para a parte da injustiça de suas escravidões, na censura dos prudentes, 1.p.n.36.

Noticia, que tiverem os possuidores destes cativos, quanta baste para os não poderem reter, 1.p. n.41.

Noticia; tanto que a tem qualquer pessoa, da illegitimidade, com que estes pretos são cativados, logo cessa a boa fé com que os possuíaõ, 1.p. n.57.

Noticias de quem he Deos, e de como nos creou, e outras mais, que devem os Senhores dar aos cativos, 6.p.n.5.

Nomes injuriosos, não devem os Senhores chamar aos cativos, 5.p. n.31. e seguintes.

Noite do entendimento, he a colera, 5.p.n.6.

Nullos podem ser os actos, e contratos por quatro modos, 3.p.n.7.

Nulla póde ser a venda, por huma de quatro nullidades, 3.p.n.7.

Nullidade ex defectu forma, de nenhum modo se suppre, 3.p. n. 8. e 9.

Nús, ou mal vestidos, não devem os Senhores trazer os cativos, 4.p. n.7. e 8.

O

O *Bras* pias, nella se deve fazer restituiçaõ do damno, causado aos escravos pelos Comerciantes, se forem fallecidos, 1.p. n.19.

Obrigaçaõ alternativa, como se cumpre, 1.p.n.47.

Obrigaçaõ tem os Comerciantes, debaixo de peccado mortal, de não comprarem, ou mandarem comprar aos Gentios estes cativos, visto se não poder averiguar a certeza, e legitimidade das suas escravidões, e devem-se abster de negociar por esta via; porém por outra, podem continuar o negocio, 1.p.n.21.

Obrigaçaõ de restituir parte da liberdade, tem os possuidores, como, e quando, 1.p. à n.41.

Obri-

Obrigaçã alternativa, como se cumpre, 1.p. n.47.

Obrigaçã de servir até a idade de quinze, e vinte e cinco annos, tem os ingenuos, que nascerem das escravas remidas, 2.p.n. 18.n.28. e n. 30. E como se pôdem remir desta obrigaçã, n. 31.

Obrigaçã de dar o sustento aos cativos, naõ se cumpre, dando-lhe o Domingo, ou o Sabbado para o ganharem, 4.p. à n.15. usque ad n. 21.

Obrigações, duas contrahem os Comerciantes destes cativos; huma de refarcir os damnos preteritos; e outra de evitar os futuros, 1.p. n.17. usque ad n. 21.

Obrigações dos Senhores para com os cativos, quaes, e quantas sejaõ, 4.p. n 2.

Officio, se os remidos o aprenderem, entrará no computo do seu valor, 2.p.n.28. e n. 29.

Officio, se o aprenderem os partos ingenuos, quanto tempo servirãõ mais a seus patronos, 2. p. n.28. e 30.

Oliveira; aos seus ramos novos se comparaõ os domesticos, p.5. n.18.

Olhos; assim como temos os nossos nas mãos de Deos, tem os cativos os seus nas nossas mãos, 4.p. n.22.

Onesio; recômdendaçã, que delle fez S. Paulo a Filemo, 6. p. n.38.

Opiniã, como se conhece o acto della, 1. p. n. 37.

Opiniões; duas ha sobre valer o acto nullo, pelo modo com que pôde ter validade, 3.p. n.6. e seguintes.

Ordenações do Reino, mandaõ guardar os Canones no que involver peccado, 3.p.n.2.

P

P Artos das escravas, nascidos no tempo da boa fé, procedem a seu respeito as mesmas regras, que em suas mãys, 1.p.n.55. e 56.

Partos das escravas, nascidos depois da duvida, ou noticia; delles se naõ pôdem senhorear os possuidores de suas mãys, 1.p.n.57.; e no contrario se lhe faz espólio, 2.p. n. 13. e n. 20.

Pã-

Parentesco ; sómente por razão delle com os delinquentes cativaõ os Gentios injustamente a muitos , 1.p.n. 11. e 2. p. n. 2.

Peccado mortal he comprar cousas , que se presumem alheyas , sem previa averiguação disso , 1.p.n.14.

Peccado mortal , he comprar aos Gentios os cativos sem o dito exame , 1.p.n.12. e seguintes.

Piratas , e ladroens gentios , devem restituir a seus donos as cousas furtadas , nas quaes não acquirem dominio , 1.p.n.7.

Piratas , e ladroens gentios , não acquirem dominio , nem ficaõ sendo seus cativos os homens , e mulheres , que apañhaõ , e os devem restituir à sua liberdade , 1.p.n.8.

Possuidor de boa fé , deve ser conservado na sua posse. *in dubio aquali* , 1.p.n.39.

Possuidor , deve vender ao escravo a parte , que nelle tem maior , ou menor , 1. p. n.25.

Possuidores destes cativos , que os compraraõ com ignorancia invencivel , e boa fé , se não quizerem reduzirse aos termos , e via de redempção , estaõ obrigados a lhe darem logo liberdade , metade restituida , e metade vendida , com a importancia dos serviços , desde que nelles cessou a boa fé , 1. p.n.41. usquead n.54. e n.59.

Possuidores destes cativos , que os compraraõ com alguma noticia , e sem ignorancia invencivel , se não quizerem reduzirse aos termos , e via de redempção , estaõ obrigados a lhe darem logo liberdade , em duas partes restituida , e na terça parte vendida com duas partes dos lucros , que os cativos podiaõ ter , se estivessem na sua liberdade , 1. p. n.42. 44.51.52.53.54. e 59.

Possuidores destes cativos , em quanto os possuirem com boa fé , sem noticia do que ha nesta materia , fazem seus os serviços , assim como os possuidores de boa fé , fazem os frutos de cousa alheya , 1.p.n.51. e 2. p. n.37.

Possuidores de boa fé , como praticaraõ a via de redempção com o escravos , que já possuhiaõ , 2.p.n.22.

Possuidores de boa fé , logo que lhes sobrevem a noticia , cessa a boa fé , com que possuem , p. 1. n.57.

Possuidores de cativos , que possuem em boa fé , logo que lhe

lhe sobrevier noticia de que vem mal cativados, que devem fazer, e como se devem portar, p. 1. n. 31.

Possuidores de boa fé, ex vi da duvida, já não podem vender, nem comprar os escravos duvidosos, 1.p. n. 55. e 56.

Propensão mayor do entendimento, para a parte da injustiça das escravidões, não pôde cada hum deixar de a ter à vista da fama, que corre, e do que dizem os AA. 1.p. n. 36.

Propensão mayor do entendimento, obriga aos possuidores destes cativos a restituir-lhe parte da liberdade, ainda que sejam possuidores de boa fé, 1.p. n. 34. 35. 36. e 51.

Profeta Jeremias, por elle enviou Deos huma espada de ouro a Judas Macabeo, p. 8. n. 39.

Protestação da Fé, com que cremos a Resurreição da carne, Immortalidade das almas, Purgatorio, e Communicação dos Santos; são a mortalha, sepultura, funeraes, e suffragios pelos defuntos, p. 8. n. 32. e seguintes.

Prudencia; com ella se devem castigar os cativos, evitadas as desordens, 5.p. n. 3. e seguintes.

Q

Quaes, e quantas sejam as obrigações dos possuidores destes cativos, 4.p. n. 2.

Quaes são as desordens, que se devem excluir no castigo, p. 5. n. 3.

Qual deve ser o nosso agradecimento a Deos nosso Senhor pelo uso, e logro destes cativos; e ainda das cousas materiaes, e inanimadas, p. 8. n. 2. e seguintes.

Qualidade, e graduação dos cativos, se deve attender para a qualidade do seu sustento, e vestuario, 4.p. n. 6.

Qualidade do castigo dos cativos, como, e quando se excede, 5.p. n. 17. e seguintes.

Qualidade dos serviços, se deve attender na compensação dos cativos remidos, 2.p. n. 17.

Quaresma; de hum'a a outra não devem os Senhores deferir os Sacramentos aos cativos, p. 7. n. 22.

Quanto deva ser o nosso agradecimento a estes cativos no fim da sua servidão, p. 8. n. 11.

Zz

Quan:

Quantidade, qual deva ser a do castigo dos servos, e cativos, 5.p.n.21.

Querella civil, concedem as Leys aos escravos, para haverem dos Senhores o sustento, p.4.n.5.

Querella civil, concedem as Leys ao cativo (se o Senhor o não tratar, e curar na enfermidade) para que fique livre, 4.p.n.10. e 11.

Queixa; para que os cativos a não fação da falta do sustento, lhe dão alguns livre o dia de Sabbado, 4.p.n.20.

Questão, que Molina, e Rebello, e os mais AA. omittirão, 1.p.n.32. e 34.

Questão sobre a redução do acto nullo a termos validos, 3.p. à n.5.

Quitação dos annos, que servirão, e dos que pagarão a dinheiro, devem os Senhores dar aos cativos na carta, que lhe passarem no fim da sua servidão, p.8.n.10. e 19.

Quitação, ou carta; devem sempre os Senhores dar aos cativos, findo o seu tempo, ainda que elles fiquem permanecendo na sua companhia, por ser o seu titulo, p.8.n.19.

Quita total, ou parcial do tempo, que faltar aos cativos, lhe devem os Senhores fazer por morte; e sendo bons, e e fieis, deve ser plena, e total, p.8.n.26.

Quinta, ou Rosta; se o Senhor se vay divertir nella, quando se devera ir confessar, e commungar, dá mão exemplo aos cativos, p.7.n.15.

R

R *Abbinos*, acontavaõ os filhos logo de manhã, para não serem traveffos no resto do dia, 5.p.n.7.

Redempção, he parte de compra, e nella se inclue, 3.p.n.15.

Redempção, he via media, que sem prejudicar o commercio, evita todos os encargos, e detrimentos da outra via de compra, e permutação, 2.p.n.3.

Redempção destes cativos; he commercio licito, valido, livre de dolo, de peccados, encargos, e embaraços; e he pio, e catholico; e que não tem pela outra via, 2.p.n.6. e seguintes.

Re:

Das cousas mais notaveis. 363

- Regra*; *Sapientis est mutare consilium*; como, e quando procede, 2.p.n.21.
- Regra*; *In dubis tutior pars est eligenda*, como procede, 2.p.n.27.
- Regra*; *Melior est conditio possidentis*, quando tem lugar, 1.p.n.25.
- Reys* Gentios, são verdadeiramente taes, por graça, e permissão Divina, 1.p.n.3.
- Reys* Gentios permitem a seus vassallos os assaltos, e prezas de cativos, 1.p.n.1.
- Restituição* do damno, causado aos cativos injustamente comprados aos Gentios, devem os Comerciantes fazer aos mesmos escravos, 1.p.n.18. E sendo fallecidos, ou ausentes, devem seguir as regras das outras restituições, n.19.
- Restituição* devem fazer aos escravos, os que os compraõ, tendo alguma noticia da sua injusta escravidão, 1.p.n.23. e seguintes.
- Restituição* da liberdade, como se fará, p.1.n.43.44.53 e 54.
- Restituição*; para se livrarem da que devem fazer os possuidores destes cativos, como se haverão, 2.p.n.23. e seguintes.
- Respeito*, e amor, como o devem temperar os Senhores, p.5.n.38.
- Rigor*, e crueldade na correcção dos cativos, Leys humanas, e Divinas o prohibem, 5.p.n.20.
- Rudes*; sem embargo de o serem estes cativos, devem os possuidores acudir-lhes com todo o necessario, 4.p.n.23. e 24.
- Rudes*, e ineptos, já hoje são menos os pretos que vem, do que vinha algum dia, p.6.n.8.
- Rudeza* de hum camponez, venceo o interesse do premio, 6.p.n.18.

S

- S** *Abbad*; não devem dar os Senhores livre aos cativos, para ganharem o sustento, 4.p.n.19.
- Sacramentos*; devem os Senhores applicar a elles os cativos, p.7.n.22. e seguintes.
- Sentimento*, e pena, mostraõ os cativos, quando os Senhores
- Zz ii

- res lhe dizem injurias , p.5. n.34.
- Serviço* domestico ; nelle devem os Senhores occupar os cativos, e evitarlhe a ociosidade , p.7. n.10.
- Serviços* de cativos por mais inertes, e incapazes , que sejaõ , em vinte annos inteiraõ o seu valor , 2.p.n.35.
- Serviço* dos cativos, feitos no tempo de boa fé , e ignorancia dos Senhores , se devem, ou naõ entrar na conta dos vinte annos, 2.p.n.37.
- Servos* ; aos dous do Evangelho , premiou o Senhor pela fidelidade, e agencia no lucro dos talentos, p.8. n.28.
- Servidaõ* ; por quantos modos se finaliza a dos cativos remidos , p.8. n.1.
- Severidade* , e respeito , devem os Senhores temperar com o amor , e benevolencia , p.5. n.38.
- Singularidade* ; quando as Leys a concedem a fim de alguma utilidade, póde-se interpretar , ampliar , e estender , quanto for necessario, para que a tal utilidade se consiga , 2. p n.33.
- Socio* do escravo commum, deve vender a sua parte ao consocio, 1.p.n.48.
- Socios* ; ficaõ sendo o escravo duvidoso , e o seu possuidor na mesma liberdade, por razãõ da má fé, ou da mayor propensãõ , 1. p. n.46.
- Sustento* devem os Senhores dar aos cativos , mais, ou menos grosseiro , conforme a graduacão d'elles , 4.p.n.6.
- Sustento* devem os Senhores dar , especificamente em farinha, e conducto ; e naõ em tempo para o ganharem os cativos , p.4. n.20.
- Sustento* he jornal dos cativos; e naõ lho dar , he naõ pagar o jornal aos que trabalhaõ , p.4. n.21.
- Sustento* , e tudo o mais necessario , se deve dar aos cativos , ainda que sejaõ maos , 4 p. n.23. e 24.
- Suffragios* devem os Senhores fazer aos cativos , que fallecerem na sua sujeicão servil , 8.p.n.34.
- Suffragios* de Judas Macabeo a seus servos, e soldados fallecidos , p.8. n.37.
- Suspeita* de que algum vende cousas alheyas , basta para nenhuma se lhe poder comprar , 1.p. n.21.

Temor,

T

Temor, e amor dos cativos aos Senhores, como o devem estes conciliar, 5.p.n.38.

Tempo, não he alimento, e cousa comestivel, 4.p.n.20.

Tempo, quanto devaõ servir os cativos remidos, 2. p. n. 32. e 33.

Tempo, quanto devaõ servir os ingenuos partos das escravas remidas, 2.p.n.18.28.e 30.

Tentações, não bastaõ nossas forças para as vencer, p.7.n.22.

Testemunhos da Fé, da Resurreicão da carne, Immortalidade da alma, e Communicação dos Santos, saõ a mortalha, a sepultura, os funeraes, e os suffragios, que se fazem aos defuntos. p.8.n.32. e seguintes.

Testemunhas, que provaõ a verdade da doutrina, saõ as obras de quem a dá, quando se conformaõ com o mesmo, que ensina, p.7. n. 17.

Timoratos, e doutos reprovã a negociaçã, e possessã dos cativos pretos, pelo modo, que actualmente se praticaõ, 1.p.n.1.e n.9.

Título, quando he duvidoso, podemos variar a outro certo, que nos compita para suster, ou roborar o nosso direito, 2. p.n.24.

Titulos das escravidões dos gentios Africanos saõ injustos, e contrarios ao direito natural, e das gentes, 1. p.n.11. e 2. p. n.2.

Trabalho, e constancia pedem as obras da natureza, e da arte, e as espirituaes, 6.p.n.11. e seguintes.

Tratamento necessario se deve dar aos cativos enfermos, e não os deixar ao rigor dos males, e providencia da natureza, 4.p.n.9.

Tratamento bom, e com amor, faz que os cativos sejaõ nossos amigos; e o máo os faz inimigos domesticos, 5.p.n.30.

Travejso; se o cativo o for, he necessario, que a reprehensã se acompanhe com o castigo, 5.p.n.1.

Travejsuras; para evitar as dos filhos, os acontavaõ os Rabinos logo de madrugada, p.5. n.7.

Triste,

Triste; e com as mãos vazias, não devem os Senhores deixar sair de sua casa, e companhia os cativos no fim da sua servidão, e porque? E a conta, que devem fazer para esse effeito, p.8. n.11. e seguintes.

V

V *Alidade*; quando a podem ter os actos nullos, por re-ducção aos validos, 3.p. n.5. e seguintes.

Valor, e preço dos cativos, não se deve entender, o que elles custarão na Costa da Mina, e nos mais portos, senão aquelle preço da primeira venda, que delles se fizer na Alfandega, ou na porta dos Comerciantes, porque neste primeiro preço, já vay incluído o lucro, e interesse do commercio, 2.p.n.15.

Valor dos cativos, augmenta se, se aprenderão officio, e deve-se-lhe computar, 2.p.n.28. e n.36.

Valor dos cativos, por mais inertes, que sejam, em vinte annos o recompensaõ, 2.p. n.35.

Valor das cousas fructíferas, computa-se pelo seu rendimento de vinte annos, 2.p.n.34.

Varinhas, ou cipós delgados, com elles se devem fustigar os cativos, e não com bordões, ou bastões grossos, p.5.n.18.

Vender os cativos remidos, como se póde praticar, 2.p.n.9.

Vender deve o socio ao consocio a parte, que tiver no escravo commum, 1.p. n.48.

Vestuario devem os Senhores dar aos cativos competente, 4.p.n.6.

Via de redempção, faz o commercio de cativos licito, valido, e pio, 2.p.n.6.

Via media em toda a materia ardua, se deve seguir, 2.p.n.3.

Via, e modo de se saber a justiça das escravidões dos cativos comprados aos Gentios, já a não tem os Comerciantes, 1.p. n.20. e 3.p. n.23.

Via de compra, ou outra acquisitiva de dominio, devem-se apartar della os Comerciantes destes cativos, 1. p. n. 20. e n. 58.

Viati-

Das cousas mais notaveis. 367

Viatico de dinheiro , ou outra cousa , devem os Senhores dar , aos cativos no fim da servidaõ , p.8. n.5. e n.11.

Vida , e côstume , dos cativos , devem os Senhores instituir , e ordenar , p.7. n.1. e seguintes.

Vingança , e não ensino , fica sendo o castigo ministrado no tempo da colera , e furor , p.5. n.5.

Vícios dos cativos , devem ser castigados , e reprehendidos , e não dissimulados , p.7. n.6. e seguintes.

Vícios , quaes são os principaes dos cativos , a que se deve acudir , p.7. n.4. e seguintes.

Virtude , não se póde introduzir por meynos viciosos , 5.p.n.31.

Vozes mudas , e mysteriosas , com que nos clamaõ todas as creaturas , de que nos servimos neste mundo , p.8. n.3.

Z

Z *Elo* , e correcçaõ de Deos , não he o castigar os domesticos , e cativos , no tempo da colera , com furor ; he fim vingança , ira , e sanha do demonio , 5.p.n.5.

Zelo ; muitos cativos o tiveraõ da fazenda , honra , e vida de seus Senhores , que defenderaõ , ainda expondo-se , e chegando a soffrer a mesma morte , p.8. n.25. *ubi remissivè.*

F I N I S.

97-67





C 758
R 672e

8500

COLLECTED COMPLETE
12/1/92 - RCR
BORGIA (REV) II, 741-VE

